



Ata da Assembleia Municipal de Tondela de vinte e nove de setembro de dois mil e catorze

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze reuniu a Assembleia Municipal de Tondela na sede da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos que se anexa.

Foram apresentadas duas credenciais: uma do senhor presidente da Junta de Freguesia de Lajeosa do Dão, à luz da qual se fez representar pelo secretário Firmino dos Santos Melo e outra do senhor presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e de Tourigo fazendo-se representar pelo secretário Fernando Rosa Bernardes, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

1- Visita a locais intervencionados no âmbito do Fundo de Emergência Municipal e do PRODER

A visita teve o seu início em S. João do Monte e foram visitadas as localidades de Daires, Souto, Castelo e Corte, onde foi possível observar as intervenções realizadas ao longo da estrada Cruzinha/Corte. Seguiu-se, depois, para Teixo, Malhapão de Cima e Malhapão de Baixo, onde foi possível constatar as intervenções realizadas na limpeza de valetas e em recuperação de caminhos florestais. Foi, de seguida, realizado o percurso Almofala, Teixo, Dornas, Valeiroso, Braçal, S. João do Monte, percurso realizado pela estrada 1510, que, segundo informação do presidente da câmara, será brevemente intervencionada, nomeadamente ao nível da reabilitação do piso e da sinalização horizontal. Toda a visita foi acompanhada pelas explicações do presidente da câmara municipal que respondeu a todas as solicitações efetuadas.

De novo, em S. João do Monte e, no edifício da sede da União de Freguesias de S. João do Monte e Mosteirinho, o presidente da mesa da Assembleia Municipal de Tondela deu início aos trabalhos desta sessão.

Feita a chamada, cerca das dezasseis horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados:



Felisberto Gomes Marques, Carlos Alberto Viegas, Catarina Homem Ferreira, António Figueiredo Pereira, João Carlos Antunes, João Paulo Tavares e Jorge Manuel Soares.

Os deputados tinham apresentado as justificações das faltas e o presidente da mesa considerou-as como relevadas.

2-Período de antes da Ordem do Dia:

2.1.Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de junho de 2014

Não havendo intervenções neste ponto, a ata da sessão de 30 de junho foi posta à votação, sendo aprovada por maioria com cinco abstenções, dos deputados Alfredo Cabral, Arménio Marques, Manuel Veiga, Firmino Melo e Fernando Rosa, que justificaram o seu sentido de voto por não terem estado presentes na anterior sessão.

2.2.Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foram presentes à assembleia: um voto de pesar da União de Freguesias de Tondela e Nandufe pelo Senhor Nelson Claro; um ofício da Associação de Municípios do Planalto Beirão a comunicar o pedido de parecer à CADA, para entrega de documentação solicitada pela assembleia municipal: um convite enviado pela Vários para inauguração da residência autónoma; o jornal Associação; o relatório das atividades e informação financeira do município de Tondela.

2.3.Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Iniciou o ponto o grupo parlamentar do Partido Socialista, intervindo a deputada Marta Franco. (anexo 1)

Seguiu-se o deputado Joaquim Santos que, iniciando a sua intervenção, cumprimentou todos os presentes, mas, principalmente, os deputados Alfredo Cabral e Manuel Veiga. A Alfredo Cabral, desejou-lhe que seja bem-vindo ao Partido Socialista e



referiu que terá toda a liberdade de intervir, de acordo com a sua consciência. Continuou com a sua intervenção escrita. (anexo 2)

Continuou os trabalhos o grupo parlamentar do CDS e interveio o deputado António Dinis. (anexo 3). Apresentou à assembleia uma moção. (anexo 4)

O presidente da mesa passou a palavra á bancada da CDU que declinou o convite. Foi, então, a vez do grupo parlamentar do PSD, que iniciou as intervenções com o deputado Jorge Henriques:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, restante mesa, excelentíssimos senhores membros desta casa, senhores presidentes de junta de freguesia e uniões de freguesias, população da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho, comunicação social.

Queria, antes de mais, cumprimentar os dois membros que hoje tomaram posse.

Queria, também, iniciar, tecendo três considerações a intervenções anteriores do Partido Socialista.

No que concerne à deputada Marta. Eu, e, também o PSD, postulo e defendo que o exercício da atividade política, da atividade cívica, da atividade associativa, que o deva ser com a máxima lisura e transparência. Agora parece-me que focou, aqui, dois casos, esquecendo-se de um muito particular, o caso da REFER. É o único que até agora, que eu conheça, que tem sentença de condenação em 1ª estância. Esqueceu-se de referir, aqui, o Dr. Armando Vara, o Dr. José Penedos, o Dr. Paulo Penedos e esse paladino que ganhava todos os concursos públicos no tempo Sócrates, Manuel Godinho.

Depois no caso, em particular, do meu amigo Joaquim Santos, dizer-lhe que não percebeu de todo a intervenção que tive anteriormente sobre a justiça. Nunca utilizei a expressão que iriam sair daqui ou transitar para o Tribunal da Comarca de Viseu apenas os processos residuais. O que importa, aqui é perceber, se me perguntar enquanto advogado, se o processo está a correr bem? Eu digo que materialmente o processo não está a correr bem. Todos nós temos essa consciência. As plataformas informáticas não funcionam. A justiça está de alguma forma um pouco parada. Agora não me parece que as informações que o senhor tenha sejam as mais corretas. O Tribunal de Tondela não vai ficar reduzido a processos sumários e sumaríssimos, comum, singular, vai ter uma competência de matéria cível, vai julgar ações cíveis até 50 mil euros., vai ter, também,



competência no caso dos antigos inventários que estavam ao abrigo da antiga Lei, antes da entrada em vigor da nova Lei do Inventário. A competência do Tribunal de Tondela não é assim tão limitada quanto o senhor quer aqui fazer crer. Se me pergunta se eu sou a favor de uma reforma do mapa judiciário? Abertamente, lhe digo que sim, enquanto advogado, há muito entendia que havia necessidade de fazer algo no mapa judiciário. Só podemos compreender a reforma se a conjugarmos com o novo Código de Processo Civil. Há alguns erros de aplicação. Estamos todos de acordo. Veremos no futuro. E, como lhe disse anteriormente, a nós não nos preocupam as nomenclaturas dos tribunais ou vir para a praça pública fazer alarido e populismo. Preocupa-nos o bem-estar das populações, e estaremos certamente atentos e procuraremos lutar por uma melhor justiça, particularmente para os cidadãos de Tondela.

No caso do meu amigo António Dinis, estou surpreso. Pensava que o senhor não tinha faltado às últimas assembleias municipais. Então, Frenesius Kabi, Brose, Bodum, Joantina, Continente? Não são investimentos? No caso da Bodum, até votámos uma alteração do Plano de Pormenor da ZIM. Fazia de si uma pessoa mais presente aqui nas assembleias. Quanto à moção, o PSD vai-se abster. Daquilo que tenho conhecimento, e nós também temos interesse nisso, esperamos que a Câmara apresente a esta casa a proposta de regulamento, que penso está para breve.” Continuou com a intervenção escrita (anexo5)

Apresentou, de seguida, um voto de reconhecimento para com os bombeiros voluntários falecidos no incêndio na Serra do Caramulo, em 2013. (anexo 6)

Foi, depois, a vez da deputada Vera Machado fazer a sua intervenção. (anexo7)

Continuou os trabalhos a deputada Cristiana Ferreira. (anexo8)

Foi, entretanto, dada a palavra à deputada Marina Leitão. (anexo9)

Apesar do tempo regimental atribuído ao grupo parlamentar do PSD se ter esgotado, com a concordância de todos os líderes parlamentares, foi concedida a palavra ao deputado António Fernandes Pereira, Presidente da União de freguesias de S. João do Monte e Mosteirinho, atendendo ao facto da assembleia municipal se realizar em São João do Monte. (anexo10)

Com o desenvolvimento dos trabalhos, o deputado Joaquim Santos solicitou a palavra, que lhe foi concedida pelo presidente da mesa:



“Se os dados de que aqui falei estiverem errados, faça-me o favor de me dizer quais são os corretos. Disse, que foram 2 500 processos para Viseu e que ficaram 605 processo em Tondela, que são obviamente, processos comuns singulares, sumários e sumaríssimos. Já toda a gente sabe que são os processos que valem menos de 50 mil euros. O importante é que ficaram 605 processos.

Há aqui uma coisa que me preocupa, porque o que posso concluir é que Tondela é uma zona de grande criminalidade e que acho que não é. Mas dado que de cerca de 3 mil processos, 80% foram para Viseu.

Mais uma coisa, senhor presidente da câmara: quem tem amigos assim, não precisa de ter inimigos. O senhor deve explicar ao senhor membro desta assembleia, porque é que as escolas de Tourigo, Dardavaz e Vilar de Besteiros não fecharam. Elas oficialmente estão encerradas e o membro da bancada do seu partido vem dizer que o que o senhor fez é mérito do seu ministro. Explique-lhe que o mérito não foi do senhor ministro. O mérito foi seu, para ter as salas abertas.

Quanto à Vera, não sei o que é que a conspiração da pólvora tem a ver com o António Costa, mas esses senhores andavam atrasados, porque o Hitler, em 1930 incendiou o Reichstag e acabou com a situação. Muito obrigado.”

O presidente da mesa tomou a palavra para continuar os trabalhos colocando à votação a moção apresentada pelo deputado António Dinis, sendo esta aprovada por maioria, com a abstenção dos deputados Carlos Cunha, Marina Leitão, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Isaac Almeida, José Dias, Armando Laranjeira, Fernando Rosa, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira, José Manuel Mendes. O deputado Joaquim Santos apresentou declaração de voto (anexo 11)

O deputado Manuel Veiga declarou ter-se absterido, “por achar que a moção é escassa. A redução do preço da água deveria ser efetiva e alargada a todos os consumidores”.

Seguidamente, foi colocado à votação o voto de reconhecimento apresentado pelo deputado Jorge Henriques, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.



3-Período da Ordem do Dia:

3.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro

O presidente da mesa deu a palavra ao presidente da câmara municipal para a sua intervenção sobre o ponto em análise:

“Senhor presidente, senhores membros da mesa, caros membros da assembleia municipal, público presente, comunicação social.

As primeiras palavras são de saudação àqueles que, hoje, aqui, nos recebem e pelo ato de terem acolhido a proposta que fizemos da assembleia se poder realizar, aqui, em S. João do Monte. Em primeiro lugar, num sinal de descentralização e de proximidade. Em segundo lugar, por podermos verificar e observar as intervenções feitas em sede de requalificação de infraestruturas no pós do grande incendio de 2013. Não deixo de reconhecer, na pessoa do senhor presidente da junta de freguesia, de agradecer a amabilidade, a cordialidade e a disponibilidade para que esta sessão pudesse ser realizada.

Também, quero dar as boas vindas àqueles que hoje tomaram posse nesta casa, no caso em concreto ao enfermeiro Veiga e ao Dr. Alfredo Cabral, não sem antes deixar de reconhecer os que antes cá estiveram e agora saíram. Institucionalmente e democraticamente, saúdo os que saíram e os que chegam, desejando que possamos defender o debate plural, democrático, construtivo e interventivo, porque é assim que sabemos estar.

Continuando, naturalmente que registei um conjunto de questões que foram colocadas e penso que se justificava que pudéssemos ter aqui uma pequena observação sobre isso. Ouvi de novo, e reiteradamente, a questão do caso BES com o caso BPN, como se eles fossem comparáveis. Não quero avaliar, nem julgar o que está atrás dos casos, se estão casos de polícia ou de corrupção. Neste momento não é essa a questão, que a mim me importa referir. Importa ter presente quais foram as reações num e noutra caso. O que importa saber é qual a implicação que cada um de nós teve numa e noutra situação. O que sei é que, num caso, tivemos um impacto financeiro de oito mil milhões de euros, o que é tão só o orçamento do ministério da saúde durante um ano, é tão só o



custo da dívida pública portuguesa, dos juros, durante um ano. No outro caso, estamos perante informações, que não sei se se enganaram, mas que condicionaram muitas das decisões. Mas sei qual foi a resposta. Numa semana foi acionado o fundo europeu de estabilização financeira. Sei que neste caso, este fundo serviu de suporte a uma situação de emergência e quem beneficiou do fundo irá pagar uma taxa de juro de 2,95. Sei, como todos nós sabemos, que pela frente haverá um ano para privatização do banco, para se poder restituir este fundo.

Não quero aqui avaliar se, por detrás deste caso, há ou não um ato doloso. Claro que existem em ambos os casos. O que importa aqui sabermos é como o nosso país, independentemente de se ser de um partido ou de outro, reagiu perante uma situação destas, porque não estamos livres de poderem existir outros casos como estes, com o efeito de contágio do nosso sistema financeiro. Por isso, entendo que as entidades reguladoras tem de ser o garante institucional destes organismos.

Em relação ao membro António Dinis, gostaria de referir que não me surpreendo com a sua avaliação feita da Ficon. Alias, não serei ingénuo, por ter a convicção que a ultima pessoa a ficar satisfeita com o discurso do presidente da câmara seria o senhor membro da assembleia. Portanto não me surpreende essa avaliação. Preocupa-me sim, o que os nossos concidadãos pensam e a avaliação politica que fazem. E essa avaliação é mais do que legítima, pelas questões de partida e de chegada.

Importa aqui clarificar, no âmbito do encerramento das escolas, aquando da última assembleia municipal estávamos na perspectiva de fechar seis escolas no nosso concelho. Através da Portaria nº 1181 de 2010, todas as escolas com menos de vinte e um alunos tem a determinação legal de vir gradualmente a ser encerradas. Como é do vosso conhecimento, porque foi aprovado na assembleia municipal, a nossa carta educativa defende um modelo gradual e evolutivo, isto é à medida que uma escola não tenha vinte e um alunos a carta educativa prevê o circuito de mobilidade desses alunos.

No caso de Tondela, construiu-se o centro escolar e foram identificados os alunos que para aí drenariam. Defendemos, neste caso, que pudesse existir um perímetro de escolas circundantes que fossem de alguma forma um anel para esse centro escolar. Esse anel seria: Molelos, por isso se fez investimentos para que houvesse um edificio com



quatro salas, garantindo o que está na carta educativa, uma sala por cada ano, refeitório e biblioteca; Canas de Santa Maria onde foram feitos investimentos e obras para que existisse uma unidade com quatro salas, um refeitório e biblioteca.

À época, a nossa carta educativa ainda equacionou a possibilidade de, a sul de Tondela, entre as freguesias de Tonda, Mouraz, Vila Nova da Rainha e Dardavaz poder haver um espaço que pudesse acolher alunos dessa área. Estamos a falar numa perspetiva de há sete anos atrás. Nessa altura, o estudo demográfico demonstrava que a população escolar em Tondela tinha uma redução, em média, entre 2,3 e 2,5 % ao ano, com dados retrospectivos da última década. Hoje, a redução da população escolar é superior a 6%. A sul do concelho, Vila Nova da Rainha fechou, Carvalhal de Mouraz fechou e portanto não há um número de alunos que justifique criar uma turma para cada ano letivo. Por isso, não está no nosso plano de trabalhos nenhum centro escolar nesta zona. Defendemos que essas escolas se possam manter enquanto tiverem as condições mínimas para funcionar, ou seja, vinte e um alunos, dois professores. Quando não o tiverem, temos que reavaliar essa situação. É isto que também está na carta educativa. Quanto ao então Agrupamento de Escolas de Campo de Besteiros, que inclui as freguesias de Tourigo, Barreiro de Besteiros, Castelões, Campo de Besteiros, Santiago de Besteiros, Silvares, Caparrosa, Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fraguas: estas freguesias estariam a drenar gradualmente para o centro escolar de Campo de Besteiros, quando o número de alunos não permitisse o funcionamento de duas turmas. É isto que nós reiteramos com a mesma convicção. O que hoje temos no território é uma escola em Tourigo com trinta e um alunos e, outra em Vilar de Besteiros, com trinta e oito. Assumimos, aqui na última assembleia, sem falsas ilusões, sem demagogia e populismo, que em primeiro lugar sem todos os ónus políticos que daí resultariam, mas por princípio, e em primeiro lugar, iríamos defender esta permanência por terem mais de vinte e um alunos. Em relação às quatro outras escolas, que estavam na lista, Parada de Gonta, Santiago de Besteiros, Caparrosa e Outeiro de Baixo, fizemos várias reuniões explicando uma coisa que me parece muito simples, disponibilizando-nos para ajudarmos a resolver problemas, enquanto se não encontrassem as soluções que fossem mais adequadas. Parada de Gonta tinha doze alunos, no próximo ano letivo, se todos os alunos que estão matriculados no 4º ano transitarem, ficaria com sete alunos, poderá entrar um no 1º ano. Claro que não me perguntem se um senhor



presidente da junta está contente, quando a escola da sua freguesia fecha nestas condições. Sei, também, que em muitos casos, houve pais que entenderam que ter uma escola a funcionar com quatro anos e um só professor e, em que num ano só estaria em causa um aluno, em que aquele aluno não sentiria competição. Houve pais que entenderam que por essa razão seria mais favorável deslocar o seu educando para uma escola maior. A escola de Parada de Gonta foi uma das que encerrou neste quadro, os alunos foram reintegrados em escola de acolhimento, dando sempre a possibilidade aos pais, em função da sua opção, de escolherem a escola. Alguns vieram para o centro escolar em Tondela e outros ficaram em Canas de Santa Maria.

Santiago de Besteiros tinha catorze alunos. Procurámos avaliar quais as condições que tinham, recordando que, há cinco anos atrás, a escola de Muna tinha encerrado e já à época, alguns dos pais tinham colocados os seus filhos na escola de Santiago e outros acharam mais oportuno desloca-los para o centro escolar de Campo de Besteiros. Com todas as dificuldades, mas felizmente no nosso concelho há ponderação e equilíbrio. Hoje com estas transformações estamos a viver um clima de paz no domínio da educação; não estou a dizer que estamos contentes com o resultado final, estamos a dizer que conscientemente soubemos demonstrar o que era possível atingir.

A escola de Caparrosa, tinha uma criança no 1º ano e no total catorze, que são três de Silves, de Caparrosa uma, as restantes de Caparrosinha e de Paranho. Ainda chegámos a pôr uma hipótese, que era funcionar uma turma em Caparrosa só com alunos do 3º e 4º ano, mas alguns pais entenderam, legitimamente, que seria mais defensável o centro escolar. O senhor presidente da junta teve o cuidado de alertar que há na freguesia oito crianças que não estão matriculadas na freguesia e que se encontram a frequentar o 1º ano. Com elas estariam reunidas as condições para termos mais de vinte e uma crianças. Nós respeitamos a liberdade dos pais. O nosso sistema de educação permite que qualquer pai escolha o lugar para o seu filho estudar.

Em Dardavaz, Outeiro, está a funcionar uma turma em sala de apoio. Das várias reuniões que aí fizemos, toda a comunidade escolar sabe que no próximo ano letivo se não houver vinte e um alunos, ninguém pode garantir que aquela escola funcione.



Sobre a situação de Tourigo e de Vilar de Besteiros, assumimos e dissemo-lo aqui na última assembleia: iremos abrir após este processo, um processo de revisão da nossa carta educativa, É que desenhar uma carta educativa há sete anos com uma redução da população escolar de 2,5% é uma coisa, outra é hoje estar a analisar a situação com um quadro regressivo de 6%. Não é caso único, não há nenhum concelho no distrito de Viseu com aumento da população escolar. Claro que isto induz a outros tipos de preocupações como o registo da diminuição da natalidade. Temos um problema estrutural no país que implica que haja uma plataforma de consenso nacional, porque senão daqui algumas décadas também é um problema de sustentabilidade inter geracional. Acho que as forças políticas, em Portugal, têm que contribuir para um debate sério sobre o modelo de sustentabilidade geracional que não passa só pela carga fiscal, também por políticas de apoio à família, uma retaguarda social e se calhar com uma rede diversificada como estamos a ter, para que muitas pessoas possam ainda viver nas suas comunidades.

No caso da educação, sinto-me de consciência tranquila por ter, até ao limite, gerido dentro daquilo que era possível fazer.

Sobre o PRODER e do FEM: o que visitaram e o que ouviram, penso que é bem ilustrativo das intervenções realizadas. Neste momento, estamos a concluir praticamente todas as obras financiadas no quadro do Fundo de Emergência Municipal. No que diz respeito ao PRODER, cujo valor das várias componentes totaliza 820 mil euros estão em fase de fechar os respetivos concursos, que têm a ver com linhas de água e tratamento de encostas e foi objeto de renegociação, em termos de apoio financeiro.

Sobre a Ficton, registo todas as opiniões, mas registo muito mais aquelas que são consensuais no âmbito da nossa comunidade e das nossas gentes. O sentimento é altamente positivo, daquilo que incorporou de positivo para a afirmação do nosso concelho.

Dar nota, de duas referências do programa “Aproximar”. Será um dos municípios da CIM que vai ser pioneiro neste programa. O programa irá garantir que possamos ter uma gestão diferente em particular no espaço do cidadão, onde desejaremos que, na área de influência da Serra do Caramulo, possamos ter um espaço de cidadão de resposta e onde, também, no domínio de transporte porta a porta, identificamos que pode haver uma



área que envolva as áreas do território de Caparrosa e Silvares pela diversidade, entre um espaço demográfico mais concentrado e mais disperso, que possa servir de embrião pioneiro para o programa “Aproximar”.

No âmbito de um protocolo com a GNR, procurar-se-á desenhar brevemente, um projeto piloto para fiscalização das operações de rearborização, em particular nesta área da Serra do Caramulo.

Respeitando o quadro legal e, no âmbito do que esta assembleia aprovou que o ROC possa desempenhar as suas funções, foi remetido à assembleia a título de conhecimento o relatório de informação sobre a situação económico-financeira reportada a 30 de junho de 2014. Não deixo de sublinhar o registo que aqui está e, em particular, o facto de que hoje no período comparativo ao homologo, há um abaixamento da dívida que me parece ser muito significativo, com uma poupança que ronda os três milhões de euros. Estamos com um desvio orçamental, em termos de receita, que ronda os dois milhões de euros, face ao que tínhamos previsto e que está devidamente justificada. O município tem um corte do poder central que ronda os duzentos mil euros. Retificamos o alcance de 2003 e isto tem um impacto financeiro de um milhão e duzentos mil e temos seiscentos mil euros de despesa que não está submetido, no caso da ER230, porque a esta estrada associámos uma segunda componente que teria de ter ligação física a esta estrada, dentro de Molelos, das Cantarinhas ao Fungão, e enquanto a reprogramação não estiver fechada e aprovada, estão bloqueadas as submissões de despesas. Ora neste momento, face ao estado avançado da obra da 230, está a faturação presa; está faturada e paga mas não submetida, logo a receita não pode vir.

O presidente da câmara municipal continuou apresentando as atividades da câmara realizadas desde a última assembleia (anexo 12) com a visualização das mesmas em diapositivos.

Seguiu-se um período de intervenções, iniciado pelo deputado Jorge Henriques. (anexo 13) que referiu, ainda:

“Em resposta àquilo que referiu o Eng.º António Dinis, sobre o facto de Tondela estar atrás de Viseu no desenvolvimento industrial. A causa mais significativa que leva à



revisão orçamental tem a ver com o reforço da derrama. Se isto não traduz desenvolvimento industrial, então não sei o que traduz. Vi, ontem, na Folha de Tondela um pequeno apontamento, em que Tondela tem um valor de exportações de 330 milhões e Viseu 90 milhões. Se isto não é o desenvolvimento do concelho de Tondela, não sei o que será.”

Seguidamente, interveio a deputada Vera Machado. (anexo 14)

Dada a palavra ao deputado Abílio dos Santos este interveio, de seguida (anexo 15) e apresentou u voto de congratulação sobre os atletas da Vários e da sua participação nos jogos de Antuérpia. (anexo 16)

No seguimento, tomou da palavra o deputado António Dinis:

“Senhor presidente. Começaria por fazer só uma referência às questões das exportações. Evidentemente, a minha intervenção começou por felicitar e dizer que temos um desempenho exportador fantástico, tendo já feito referência em assembleias anteriores. O deputado Jorge Henriques, certamente não esteve em assembleias de mandatos anteriores, relativos aos anúncios de grandes investimentos para o concelho. Tenho pena, mas veria na comunicação social e faria o comparativo. A questão não se coloca em dizer que Tondela não é um concelho altamente industrializado. Se se lembram, referi numa assembleia, quais eram as grandes décadas no desenvolvimento do concelho e referi um grande impacto que foi a industrialização do concelho. Portanto, que fique claro: o que vamos fazer é comparações, assim como a Ficon, não está em causa sequer e quando o senhor presidente diz que eu seria o ultimo a ficar entusiasmado com o seu discurso, seria o penúltimo ou o antepenúltimo, o problema não se coloca aí. Aquilo foi o sentir de que ficou, na minha perspetiva, e de muito mais gente, aquilo que era a festa, o movimento, tudo o que estava associado à inauguração da Ficon, é a minha opinião e partilhada por muito mais gente, inclusive alguns que estão nesta sala.

Cumprimento a Eng^a Marina, e acho que fez uma intervenção excelente relativamente à natalidade, acho que é um problema que nos deve preocupar a todos. Evidente que temos algumas ferramentas locais, que tem a ver com a fiscalidade, por exemplo. Quero dizer que é um problema de toda a gente, é verdade, é transversal a todo



o país, agora vamos ver a dimensão do problema. Essa é a grande questão e quais são as medidas que, localmente, podemos ou não tomar para minimizar o problema. Sabemos que se abate principalmente nos territórios de baixa densidade, temos de ver é a proporção. Temos de ver qual é a taxa de natalidade e o índice de envelhecimento no nosso concelho em relação aos concelhos vizinhos e quais são as medidas fiscais que nós, assembleia e executivo, podemos tomar no sentido de tentar dar melhores condições naquilo que são as competências dos municípios. Isto vem a propósito do ponto que vem nesta ordem de trabalho, a redução do IRS. O CDS, no ano anterior, já propôs a redução do IRS. Há concelhos vizinhos que a tem abaixo dos 5%, depois não queremos estabelecer as comparações, a parte que deveria ficar para o município é entregue aos munícipes, é errado? O CDS já defendeu outra filosofia, mas admito que haja outras perspetivas. Diagnosticamos o problema e o que fazemos para o resolver? Essa é a grande questão. Desafio o PSD, em particular o Jorge que um homem que se preocupa com essas coisas, a ver os índices de envelhecimento do concelho e da taxa de natalidade, ver que o problema é transversal, mas verá onde a incidência é maior, isso a mim é que me preocupa. Reparei que, no concelho, só seis crianças é que pediram apoio ao município para os transportes. Naturalmente, é pouco.

Em relação, ao número de alunos da escola de Dardavaz, senhor presidente gostava de saber se tem ou não menos de vinte e um alunos. Coloquei um conjunto de questões em relação ao centro escolar de Campo de Besteiros, o senhor presidente não tomou nota e não respondeu. Depois farei chegar essas questões. Taxa de ocupação, número de alunos, etc., que eu aqui referenciei.

Finalmente, alguma nuance, com o populatismo das reduções para os funcionários do município. Vamos ser claros, estive com esse pelouro de 2005 em diante e mantive de anos anteriores. Não sei quem foi o vereador ou o presidente da câmara que quis ser popular na altura, houve alguém que deliberou e eu mantive, agora sei que a câmara vai alterar, estamos de acordo, não quer ser popular. Não sei quem foi que colocou essa medida tão popular de injustiça. Mantive uma regra que vinha de anteriores. Não sei quem foi o injusticeiro que propôs essa medida e que durou vários anos.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Felicitar o Motorfestival e aquilo que foi o evento, altamente meritório. Sei bem que o município apoia e está de braço dado com o projeto e, portanto, aquilo que é positivo é que nós devemos destacar.

Ainda bem que a situação financeira do município é boa, o que nos permite voltar à questão dos incentivos fiscais. Já propusemos isso, de redução do IRS, e eventualmente, como já falei há um ano atrás, em relação à derrama. Fazer, porque não como outros municípios, reduzir ou isentar alguns novos projetos que venham a ser criados no concelho. Não sei porque não, se outros o fazem. Estão errados, eventualmente sim, mas deveríamos tentar. Há outras políticas em relação à natalidade, não sou muito apologista de algumas, como a entrega de certas quantias monetárias por cada nascimento. Não sei se é bom ou mau, mas sei que há municípios que tem políticas ativas para estímulo e captação de novos casais. Se é positivo ou não, não sei. Tenho é quase a certeza, com uma situação financeira como esta que temos alguma margem para aliviar os nossos municípios. Teríamos de ver em relação às condições do município e gradual, estamos de acordo. Há municípios vizinhos que o fazem. O desafio que o CDS aqui lança e vamos votar contra esse ponto na ordem de trabalhos, é que achamos que devemos dar esse estímulo às pessoas para que se possam libertar um pouco daquilo que é o enorme aumento de impostos no país e que no concelho podemos fazer alguma coisa. “

Os trabalhos continuaram com a intervenção do deputado António Lopes. (anexo17). Seguiu-se com o deputado Luciano Costa (anexo18)

O deputado Jorge Marques continuou os trabalhos, com a seguinte intervenção:

“Boa tarde a todos. Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara. Não poderia ficar de consciência tranquila, sem vir agradecer o empenhamento que o senhor presidente tem tido na resolução dos problemas que vão surgindo no andamento dos trabalhos da ER230. Ao senhor presidente e à equipa técnica do município, Campo de Besteiros está muito grata.”

Seguidamente, o deputado Joaquim Santos tomou da palavra:

“Falou-se aqui há pouco, que apenas seis crianças pediram apoio para os transportes escolares. Ontem fui abordado por duas mães que se queixavam do preço do



passa escolar. Não tenho dados sobre isso, mas gostaria que o senhor presidente me dissesse se houve ou não aumento acentuado do valor do passe e se houve quanto foi.

Nós hoje, os representantes da assembleia na assembleia intermunicipal Viseu Dão Lafões fomos convidados para estar às cinco horas, em Viseu, para a apresentação da marca turística “Viseu Dão Lafões”. Recebi, este convite, (anexo 19) como membro da comunidade e enviei para o secretariado da CIM Dão Lafões a comunicação que não estaria presente, porque era coincidente com a assembleia municipal. Quem marcou esta data, deveria ter em conta, que cinco vezes por ano há assembleias municipais que, por norma, são, quase todas, no final do mês, nos vários concelhos e que a data estava mal marcada. O senhor presidente vai-me dizer que esta marcação é da responsabilidade da presidência da CIM, mas o senhor também é vice-presidente. Isto que estou a dizer, é apenas para dizer que fico espantado e receoso por estarmos a ser “engolidos” pela câmara de Viseu. A sede da comunidade é em Tondela, desde o seu início, mas tem havido várias iniciativas e todas elas tem sido em Viseu, e não é só de agora. O Partido Socialista é maioritário, mas antes não era e passava-se a mesma coisa. Isto é apenas um pró-forma, a sede estar em Tondela. Quero dizer, senhor presidente que, enquanto membro da assembleia intermunicipal, estarei para dar o meu voto para que não sejam atropelados os interesses de Tondela, independentemente da maioria que lá existe. Estou a dizer que defenderei a permanência da sede da comunidade em Tondela e daquilo que depender de mim, também, denunciarei na próxima assembleia intermunicipal e perguntarei ao presidente da comunidade o porquê destes eventos serem sempre realizados em Viseu e não em Tondela sede da comunidade. Muito obrigado”

Foi, de seguida, dada a palavra ao deputado António Ferreira. (anexo 20)

Continuando os trabalhos, foi colocado à votação o voto de congratulação apresentado por Abílio dos Santos, tendo este sido aprovado por unanimidade.

Entretanto, o presidente da mesa da assembleia deu a palavra ao presidente do município:

“Gostaria de começar por responder a algumas questões que foram aqui colocadas.



vamos ter capacidade de captar fundos senão formos capazes de dar valor àquilo que devemos transformar localmente.

Em relação à questão da exportação, os dados são objetivos. O concelho de Oliveira de Frades é o concelho mais exportador da região, à conta de uma unidade produtiva que se chama Martifer. De seguida, estão quase próximos os concelhos de Mangualde e de Tondela. O de Mangualde à conta de uma unidade que se chama Peugeot Citroen. Tondela tem os indicadores que tem. O município não é gerador de emprego por si. O município tem de ser facilitador, instrumento ativo nas políticas de ação. Hoje o que é determinante na captação de emprego, em primeiro lugar ou é um investimento ligado a recursos locais, caso dos investimentos das eólicas, que forma investimentos locais e que se fazem uma vez, não deixando de ser verdade que temos em cima da mesa outro investimento nesta área. Mas como todos sabemos o setor das energias eólicas é deficitário. Só existiram esses investimentos, porque nas nossas faturas energéticas está lá um coeficiente que todos pagamos para alimentar estes sistemas. Como deficitária foi a barragem que foi feita, aqui, em São João do Monte. Dez milhões de euros de investimento. Claro que quando os investimentos eram apoiadas em parcerias e era a banca a investir e injetar, nunca faltou dinheiro para esses setores. Nós, hoje, temos muita situação de produção de energia limpa que é altamente deficitária, porque em horário noturno o sistema energético não está a injetar na rede nacional, porque não há consumo. Os sistemas de maior desenvolvimento, normalmente, associam o sistema elétrico a sistemas aerogeradores, a sistemas de barragens para bombear água de noite para durante o dia estar com energia hídrica a produzir energia elétrica. Nós não estamos nessa fase.

Dos equipamentos que estão feitos não deixo de elogiar a Labesfal Frenesius Kabi, porque neste período e neste ciclo, foram anunciados de janeiro para cá, investimentos não previstos inicialmente, nomeadamente a nova unidade associada à área nuclear, que tem a ver com a captação de investimento que estava inicialmente em Londres e que se vai deslocar para Portugal, associado à produção de fármacos ligados a problemas de cancro. Isto é muito importante para a região. Os demais investimentos estamos a acompanhá-los. A Bodum para investir carece que tenhamos de deslocalizar o ecocentro e na última assembleia expliquei qual era o investimento. O investimento existe se avançarmos com isso. A situação da Bodum, tal como no passado, deve merecer-nos



sempre o olhar particular e focalizado. É um investimento que não tem raízes nacionais e, ao contrário das empresas que aqui estão que têm um pendor nacional, temos de dar-lhe todas as condições com a salvaguarda de acompanhar a natureza do investimento. Investimento Joaninha - desbloqueámos neste mandato a possibilidade do uso do terreno/espço, onde se irá localizar o investimento.

A diplomacia faz-se na resolução dos problemas, não se faz nas bandeiras que se querem levantar. Não contem com o presidente da câmara para jogos de populismo, contem sim, para uma avaliação crítica de verdade. O investimento Continente, é um mau investimento? É discutível. Foi gerador de postos de trabalho? Foi. São maioritariamente do concelho de Tondela? São. Mas vai matar três ou quatro postos de comércio local? Vai. O saldo final é positivo? É. A realidade é esta e estamos a acompanhar com todo o interesse os investimentos. Acima de tudo, a dar confiança aos nossos investidores. A mim tanto me interessa captar investimento como dar condições àqueles que cá estão. Isto vem a propósito da dita política fiscal. Não defendo uma política igual a outros municípios, que se predispõem a conceder uma isenção em sede de derrama para os novos investimentos. Pergunto, o empresário que cá está e está a fazer investimentos, porque é que há-de ser discriminado em relação a outros. A justiça social faz na retribuição dos apoios, não se faz na exclusividade da captação de receitas para uns e não para outros. Dizer que poderíamos baixar a derrama, poder tirar um ou dois pontos na percentagem dos 5% do IRS, que alguns poucos pagam. É muito lindo. Até parece que estamos a fazer entesouramento com esse dinheiro. As opções são todas políticas. Não tenho nenhum obstáculo em discutir esses assuntos. Mas ao lado vou colocar à discussão o apoio de não poder fazer, se a receita é menor. Temos de ter em discussão, se a receita fiscal é justa e por outro lado se a distribuição das políticas sociais são ou não equilibradas. E não se podemos cortar em derrama ou no IRS ou nas tarifas A, B ou C. A discussão é se a coleta da receita está ou não a ser bem aplicada em redistribuição social. A discussão é saber se os transportes escolares do 1º ciclo de Parada de Gonta ou de Caparrosa estão bem dimensionados ou se queremos agrupa-los com os alunos do 2º e 3º ciclo e obriga-los a que saiam às sete da manhã de casa. Saber se temos dinheiro para pagar 750 mil euros de transportes escolares ou se devemos aplicar 200 ou 500 mil euros e resolver isso. Já no ano passado fizemos as contas, quanto é que implicava em sede de IRS a redução dos 5%



que estão em causa e implicaria aproximadamente 200 mil euros nas receitas municipais. Quem é que paga esses valores? Também temos de saber isso, se são aqueles que tem isenção ou redução no sítio que habitam ou se tem a redução no sítio onde dizem que tem a residência. Essa questão um dia, também tem de ser avaliada. Em todo o caso, não deixarei de dizer que a discussão séria é saber se a receita está a ser bem-feita e se a distribuição está a ser ou não ser justa.

Neste momento, do que se falou foi que em redução de transportes ou de refeições foram resolvidos os seis casos. O Joaquim Santos há pouco colocou uma questão e permita-me que repita, foi que este ano o transporte escolar no ensino secundário, ou seja 10º, 11º e 12º ano não é gratuito. A exemplo da generalidade dos outros municípios, cerca de cento e cinquenta, onde incluo Viseu, Ovar e Santarém estão a aplicar esta medida e, sobre o preço do passe escolar, as pessoas pagam 50%. Antes não pagavam. Nos casos onde há escalão A, o transporte é gratuito. No caso onde há escalão B, pagam 25%. A generalidade das pessoas que estão num raio de 12 a 15 km pagam em médio 12,50€ a 15€. Quem paga mais é quem está no Caramulo ou São João do Monte. Reafirmo que ninguém deixará de frequentar a escola se não tiver recursos para pagar o transporte. Havendo necessidade, os serviços da ação social do município devem fazer a instrução do processo para uma análise económico- financeira e propor uma redução. Estamos cá para isso, que não haja nenhuma dúvida acerca dessa situação. Temos de ter critérios de justiça. Para alargar a rede ao primeiro ciclo, como estamos a fazer isso tem custos.

Dardavaz tem menos de vinte e um alunos. Tem dezasseis alunos. Campo de Besteiros tem menos de cento e vinte alunos, tem cerca de cento e dez a cento e vinte alunos. O edifício foi dimensionado para dez salas, das quais estão seis turmas aí instaladas. Algumas destas salas estão a ser ocupadas por alunos do 5º ano, porque o edifício base tem alguma degradação. Não deixo de dizer que virá à revisão orçamental o reforço para ação em que o município vai executar a cobertura dos pavilhões da escola de Campo de Besteiros, durante este ano civil, tendo para isso conseguido um protocolo com DGEST para financiar esta recuperação que irá custar cerca de 104 mil euros.

Agradeço aos presidentes da junta de freguesia de Dardavaz e de Ferreirós as referências feitas, bem como ao presidente da junta de Campo de Besteiros que sabe que



temos tido uma cooperação leal pelas necessidades das populações. Quem é eleito é eleito para resolver com diálogo e cooperação os problemas das comunidades. Sinto que tenho a consciência tranquila com o tratamento das autarquias no nosso concelho.

A questão da CIM. Disse e bem que, no passado, alguns dos eventos foram apresentados em Viseu. Não ignoramos, que o presidente da CIM atual, disse numa entrevista, que sempre pretendeu a localização da CIM em Viseu. Confrontado com isso, disse que não era aquilo que queria dizer, que foi mal interpretado. Como sabe, também, há a firme convicção do presidente da câmara de Tondela em demonstrar aos seus colegas, presidentes de câmara, que será um erro estratégico pensarem que há ganhos regionais com essa eventualidade. Estamos cá para fazer essa discussão e para explicar quais são os passos que estão em cima da mesa. Como é sabido, com a publicação da extinção do património das assembleias distritais, após 90 dias dessa publicação, caberá ao presidente da assembleia distrital convocar uma assembleia para que seja ela, e não o senhor presidente da câmara de Viseu, a pronunciar-se acerca do fim da materialidade da assembleia distrital. A assembleia distrital pode deliberar entregar o seu património, a Casa do Adro, os funcionários e os custos associados, à CIM. Cabe à CIM aceitar ou não a doação. E num terceiro momento, sob proposta de algum dos seus membros, pode discutir a eventualidade de uma deslocalização. Até ao Natal deveremos ter evolução sobre os factos, que não haja dúvidas sobre a nossa firme convicção de tudo fazer para a permanência da sede da CIM no nosso concelho. A sessão de hoje foi marcada entre a agenda do senhor presidente do Turismo do Centro e a do senhor presidente da CIM e, tanto quanto sei, alguns dos autarcas manifestaram dificuldades de presença, porque tinham assembleias municipais.

Senhor presidente da junta de freguesia do Guardão, relativamente ao Motorfestival, aquilo que abordou é o nosso sentimento comum que é ter investimentos deslocalizados e descentralizados no concelho como forte de desenvolvimento local.”

3.2. Análise, discussão e aprovação da 3ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e catorze



O presidente da mesa deu a palavra ao senhor presidente da câmara para apresentação do documento:

“Senhor presidente da assembleia, caros membros da assembleia. Há pouco já fui referenciando os pontos que levaram a esta revisão orçamental. Esta revisão surge em grande parte por dois indicadores. Por um lado, os valores muito positivos em sede de derrama, nós neste momento atingimos uma receita de derrama que passa um milhão e vinte e um mil euros, quando tínhamos projetado seiscentos e trinta e dois mil euros. O cálculo dos impostos projetam-se com base na receita dos dois últimos anos. Não era previsível antecipar esta receita. Há um desvio positivo, o que é muito bom.

Na cooperação técnico financeira está um reforço de cento e dois mil trezentos e setenta euros, referente ao protocolo a celebrar com a DGEST para a substituição da cobertura de Campo de Besteiros. E de igual forma, estou predisposto a negociar para uma intervenção na escola básica de Tondela.

Em sede de despesa há um conjunto de reforços, entre elas nos transportes escolares.”

Não havendo intervenções, foi colocada à votação a 3ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e catorze, que foi aprovada por unanimidade.

3.3. Análise, discussão e aprovação do relatório para contração de empréstimo no âmbito do Fundo de Emergência Municipal

O presidente da câmara explicitou:

“A questão resume-se a duas opções estratégicas. Penso que já expliquei como se calcula o limite do endividamento do município, é uma vez e meia as suas receitas que tem em sede de impostos diretos, isto quer dizer que o município teria, hoje, a possibilidade, se não existisse nenhuma outra variável, de contrair despesa num montante bem superior a dezoito milhões de euros. Entretanto o Orçamento de Estado diz que sobre essa margem só pode utilizar 20%. Ora partimos, em janeiro, com uma capacidade de endividamento de 1,7 milhões. Por força dos empréstimos que pagámos, que amortizámos neste período, hoje, a capacidade de endividamento é de quatro milhões e cinco mil euros.



Mas não é isto que nós queremos. Só devemos apoiar este empréstimo, porque é uma migalha residual, são duzentos e cinquenta mil euros. A Lei que cria o Fundo de Emergência Municipal diz que para os 40% de capitais próprios é possível a contração de empréstimo sem ser relevante para a margem de endividamento.

Aconteceu isto com esta obra e com as obras que no atual quadro comunitário nacional poderiam ir buscar financiamento ao BEI, Banco Europeu de Investimento. Aliás a assembleia municipal anterior aprovou várias minutas de protocolo de empréstimo para esse fim, que até hoje estão bloqueadas no Tribunal de Contas. Para uma dessas obras, a ER 230, disparámos para o Tribunal de Contas a solicitação de visto que ronda os duzentos e cinquenta mil euros. Sem o visto não há empréstimo. Tal como aqui está em causa a instrução de um pedido que há-de ir a visto do Tribunal de Contas.

Este ponto desdobra-se em duas partes: em primeiro o relatório de análise, em segundo a assembleia tem que, também, autorizar a assunção de compromissos plurianuais. Isto, porque temos uma autorização genérica que diz que até três anos a assembleia delegou esses poderes, mas como este empréstimo se estimou a cinco anos ele tem que ter esta autorização específica.

Na análise comparativa que aqui trazemos, pedimos a simulação a cinco e a dez anos, para verificar qual era a evolução possível. Não deixo de dizer que a nossa opção foi por cinco anos, por ser o menor tempo e por uma lógica de solidariedade inter geracional, procurámos acomodar este sacrifício ao exercício do mandato. Estamos a acomodar e porque financeiramente é mais barato.

Terceira questão, tem a ver com as taxas de juro. Não deixa de ser relevante que ao município tenha sido proposta uma diferença tão abruta entre umas e outras instituições de crédito e consigamos numa delas 2,2%. O município está a fazer aplicações financeiras, e uma delas de quinhentos mil euros e a taxa de juro que é proposta é superior á taxa de juro a pagar por este empréstimo.”

Não havendo intervenções foi colocado o à votação, sendo aprovado por unanimidade.



3.4. Análise, discussão e aprovação da autorização de assunção de compromissos plurianuais à luz da alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, consequentes à contratação do empréstimo no quadro do FEM

Não houve intervenções, pelo que foi a proposta colocada à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

3.5. Análise, discussão e aprovação da fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis

Foi dada a palavra ao presidente da câmara que explicitou:

“ Senhor presidente. Entramos nos pontos de políticas fiscais e o que é proposto é que temos várias opções para olharmos para o mesmo problema. Uma delas é saber o que era justo, se é mais justo tributar quem mais recebe e por isso paga mais IRS, ou se é mais justo poder aplicar a taxa mínima, de 0,30%, de IMI aos imóveis urbanos. Se temos de optar por um caminho, este caminho está feito para nós. Hoje muitas das famílias tem um património em que pagar os custos desse património é altamente doloroso, porque não têm rendimentos para pagar IMI respeitante a essa avaliação. No ano passado assumimos esta proposta, colocando o IMI na taxa mínima possível e sabemos das consequências que daí resultaram. Também já refletimos qual foi o incremento que esta ano tivemos em sede de IMI, por força das novas avaliações que não ultrapassa muito mais do que oitenta a cem mil euros; vamos ver qual será a evolução até ao final do ano. Sabendo que há uma cláusula de salvaguarda, no próximo ano será ajustado.

A opção está aqui feita que é manter a taxa de IMI para o mínimo e no caso de IRS manter os valores que temos propostos. É um caminho pelo qual optamos para proteger quem tem menos.”

O deputado Joaquim Santos interveio:

“ Obviamente que vamos aprovar esta proposta. Só queria colocar aqui uma questão que é se, efetivamente, o consignado no ponto três, isto é, se está ou não a ser aplicada a taxa tripla para os imóveis degradados e devolutos e como está isso a ser controlado”.



O presidente da câmara respondeu:

“ Em resposta à pergunta que faz, senhor deputado, está a ser aplicada a majoração a alguns. O que estamos a aplicar é o critério universal de poder ter a possibilidade de triplicar o valor, quando estes prédios são identificados, para, de seguida, ser comunicado às Finanças quais são os prédios que estão sujeitos a este valor. O nosso objetivo é, com as juntas de freguesia, identificar ou ajuda a identificar, nos seus locais, quais são os prédios que consideram em ruínas ou devolutos e que devem ser objeto desta penalização. Esta penalização não visa ter uma atitude executória, visa ajudar a libertar para o mercado da ação imobiliária, porque o que acontece em muitas das nossas povoações é estarem prédios com vários herdeiros que não se entendem e que são casebres em ruínas e até haver pessoas que os queiram comprar. As pessoas tem de sentir com essa penalização uma força para regularizar e transformam e recuperam ou colocam no mercado. Já com a aplicação desta penalização, nomeadamente na área degradada do Caramulo, alguns pavilhões, ex senatórios vieram a ser brutalmente penalizados. Não podemos ter os mesmos critérios, quando se trata de herança que se recebe e por força da demografia não há gente para ocupar esse prédio, está devoluto, mas não por vontade própria. Outra coisa é degradação ou ruína, mesmo pelo impacto ambiental.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

3.6. Análise, discussão e aprovação da fixação da Participação Variável no IRS

O presidente da câmara explicitou o que estava em causa, neste ponto:

“ A proposta que aqui trazemos é manter os 5% sobre a tributação em sede de IRS. Não deixarei de dizer, que hoje e cada vez mais há uma estratificação sobre o público-alvo onde isto está a ser tributado. Neste momento, em média, a margem é muito reduzida, estamos a falar de menos de duzentos mil euros por ano de contribuição. “

O presidente da mesa abriu a possibilidade de intervenção nos trabalhos e o deputado Joaquim Santos apresentou uma declaração de voto (anexo 21)

Foi, depois, a vez do deputado António Dinis intervir e continuar os trabalhos:



“Nós defendemos uma redução do IRS, mas aqui há questões que são muito importantes, que hoje ficaram aqui bem claras, que têm a ver com questões de diferenciação em relação ao senhor presidente da câmara; eu respeito aquilo que é a sua posição, que é ter taxas máximas, excetuando-se a do IMI e que já não é de agora, vem de algum tempo. E considera de, alguma forma popularucho, alguns municípios terem políticas fiscais de captação de investimentos para os seus territórios. Foi há algumas décadas atrás que se conseguiram alguns resultados diferenciadores para o concelho por termos políticas diferenciadoras, se calhar populistas na altura, mas a verdade é que se conseguiram investimentos. Temos de ter consciência que hoje estamos a competir com outros territórios, nós não reduzimos, mas outros vão certamente fazê-lo. O senhor presidente certamente vai tentar conseguir investimentos, mas isto não chega, os outros também o vão tentar fazer e com outras armas.

Diz, aqui, uma coisa que me causa um bocado de estranheza. Que só temos seis pessoas a solicitar apoios social e por isso não temos um território pobre, o que nos deixa contentes, mas por outro lado diz que poucos pagam IRS. Aqui existe uma divergência: as pessoas do concelho não pagam IRS? Este benefício não é para a população do concelho? Desculpe lá, mas acho que há muita gente a pagar IRS. Depois a questão da redistribuição, tenho algumas dúvidas de perceber e o senhor presidente da câmara disse, quando foi aqui referenciado os campos sintéticos, e na altura disse que não queria ser comparado com Viseu, porque tem os mesmos que Tondela com duas ou três vezes mais pessoas a participar. Só aí estão meio milhão de euros. Portanto tenho alguma reserva em relação ao seu sentido de redistribuição. E quando falar do contra ciclo, por causa da questão da redução da entrada nas piscinas, agora é que as pessoas tem menos dinheiro, não percebo qual é o contra ciclo. Quando têm menos dinheiro é que o senhor vai tirar essa benesse, passou certamente pelo seu tempo, por outros vereadores e não sei quem foi o presidente da câmara que decidiu isso. Mantive, assumo aqui, se calhar fui popularucho e agora não percebo qual é o contra ciclo.

Finalmente, não disse qual era a taxa de ocupação do centro escolar de Campo de Besteiros. Tem cem, cento e dez alunos para uma capacidade máxima de, imagino, duzentos ou mais alunos. Deixo aqui esta referência, porque estamos a cerca de 50% da taxa de ocupação daquele centro escolar. Não é uma questão de pôr ou não em bandeira,



senhor presidente, não entendo que defender uma redução da fiscalidade excessiva das pessoas seja populismo. O CDS PP tem dentro da coligação defendido isto. No município, quando sei que a situação económica é controlada, de IMI até vamos arrecadar mais de cem mil euros, tenho alguma dificuldade em perceber. Acho que é teimosia. Acho que é um benefício para todos os Tondelenses que pagam IRS.

Não vou voltar à questão da água, porque já apresentei duas propostas e foram as duas rejeitadas, uma delas sobre a sobretaxa. Não sei o que fazer para reduzir os encargos das pessoas, a sobretaxa não pode ser, a outra não pode ser, o IRS pode ser mas não pode ser, tenho alguma dificuldade senhor presidente. Espero que volte atrás, se não for este ano que seja no próximo ano. Não é demagogia, não tem a ver com distribuição social. Espero que o PSD e alguns deputados percebam que não estamos a discutir nada de fantasioso. Alguns municípios que têm zero, estão é a aliviar os seus cidadãos das políticas fiscais que a coligação PSD e CDS, e nisto o CDS também está envolvido, que infelizmente tivemos de pôr às populações. Temos alguma margem para o fazer. Não o fazemos e depois queremos que venham para o nosso território todos contentes. Acho que mais cedo ou mais tarde vai ter de pensar nisto melhor. Não é uma questão de bandeira. Não sei se são 20% ou 70% dos agregados do nosso concelho que pagam IRS, imagino que são mais do que os muito poucos que pagam IRS. Eu e o CDS vamos votar contra. “

De seguida, interveio o deputado António Ferreira:

“ Só para dizer, e não sei se é possível, quando se fala na questão da natalidade e, porque não fazer uma redução a quem tem agregados familiares mais elevados. Aí eu concordaria, vamos promover, mas nesse sentido. “

A deputada Marina Leitão continuou os trabalhos:

“Só queria fazer referência a algumas coisas. Primeiro, o problema da natalidade não se resolve com ações pontuais; todas as experiências que foram feitas, até agora, e estou a lembrar-me de Vila de Rei em que recebiam uns cheques. Sou mãe de quatro filhos e tenho uma filha que tem três filhos. Sei o que representa, ou não, este tipo de ações. Penso que o país precisa de refletir sobre o assunto. Esta é uma forma fácil. Se fosse perguntar a esta gente mais nova que tem crianças pequenas se algumas coisas que



Alcides
Q
Q

aqui foram ditas as fazia mudar de local onde habitam, ir para outro concelho, se as fazia ter mais filhos, iriam responder-me que não. Se até agora não foi resolvido é porque tem sido abordado de forma errada.

Segundo, queria dizer ao Dinis que estive vinte anos na câmara e tive o pelouro do desenvolvimento económico, posso dizer que a abordagem foi sempre oposta daquela que aqui colocou, inclusivamente na discussão do regulamento das zonas industriais, em que todos facilitavam, porque deixavam qualquer um ir para lá e depois não conseguiam atrair investimento. Os empresários quando estudam os locais onde fazem os investimentos e depois andam de concelho em concelho, pensam mais nouro tipo de coisas, nomeadamente no rigor com que é apresentada a situação e na facilidade com que conseguem resolver os problemas. Penso que esta é a verdade dos factos. Nunca tivemos uma atitude de diminuição de impostos para atrair investimentos, em nenhum dos anteriores presidentes de câmara. Tenho de dar os parabéns ao senhor presidente de câmara e aos senhores vereadores por, em tempo de crise, terem tentado atrair investimento e minimizado as situações que foram aqui referidas. “

Tomou da palavra o presidente da câmara:

“ Serei muito sintético. Queria clarificar, para não haver dúvidas: se o centro escolar está construído para dez salas e estão seis ocupadas, se em média uma turma tem vinte e cinco alunos, julgo que não há dúvidas qual a taxa de ocupação.

No concelho há seis casos instruídos de pedidos de apoios, os que são escalão A e B não necessitam de instrução de processo. Em média no nosso concelho, 50% dos alunos tem escalão A ou B. Quem está hoje a pagar tem de ter rendimentos que não estão aqui enquadrados. Piscinas, “eu mantive”, ninguém mantém num órgão colegial, quem mantém é a câmara. Como, hoje, não sou eu que estou a mudar, é a câmara. É bom que se coloquem as coisas como elas são. Terceira e última questão: infraestruturas desportivas. Não podemos confundir as coisas, estamos a investir meio milhão de euros nas infraestruturas desportivas, mas, no polidesportivo de Nandufe, são trezentos e trinta mil euros e vamos conseguir colocar a obra em overbooking por isso vamos buscar 85%. Uma obra que é financiada com fundos comunitários pode custar 100 ou 500 mil e esse dinheiro não pode ser aplicado nouro local. Não podemos dar a ideia que tudo é



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

misturável, temos de ter rigor no que dizemos. Não podemos confundir o que não é comparável.

Aceito que me digam que é um erro estratégico não baixar o IRS, estamos cá para discutir, porque é que na nossa ótica colocar o IMI na taxa mínima tem uma vantagem adicional para as populações, porque é que a aplicação em funções sociais, na minha ótica, seja no apoio à educação. Nós estamos hoje a investir diretamente nas refeições escolares, em média um euro em cada refeição; são oitocentas refeições por dia. Oitocentos euros não é nada, mas multipliquem por cento e setenta dias de escola e digam me se não são perto de cento e cinquenta mil euros. Somem os transportes escolares. Se calhar o que estamos a fazer é só para pagar o diferencial das refeições. Acho que isto é uma medida social de apoio às famílias.

Podemos discutir políticas sociais, podemos discutir se é preferível ter AEC's que são deficitárias na gestão da câmara, investirmos para as AEC's funcionarem. O que recebemos do poder central não chega. Acho que é uma política social garantir que a partir das três e meia haja atividade na escola, porque os pais estão a trabalhar e há resposta. O que me dizem os empresários é que querem que os seus trabalhadores tenham estas respostas sociais e dizem que não me preocupe com a derrama. Quem paga este milhão de derrama que aqui está são quatro empresas. É bom termos esta noção. O empresário quer ter um colaborador motivado e que não esteja a pensar se é tarde e tem que ir buscar o filho. Quer saber é se tiver de estar mais uma hora a trabalhar e se tem resposta social. Espero que eu, órgão político e colegial, saiba que neste domínio de apoio à família temos de investir. Porque aquele que tem redução de 5% de IRS não é por isso que tem mais filhos. Muito obrigado”

Colocado a proposta à votação, foi aprovada por maioria com votos contra de António Dinis e abstenções de Joaquim Santos, Jorge Batista, Marta Franco, Alfredo Cabral, António Dias, Firmino Melo, Jorge Marques e António Sérgio.

António Dinis entregou declaração de voto. (anexo nº 22)

3.7 Análise, discussão e aprovação da fixação da Derrama



Alcides
R
D

O presidente da câmara tomou da palavra para dar algumas explicações sobre a proposta:

“ A proposta que trazemos à assembleia municipal colheu o apoio do órgão executivo, no quadro que aqui está e nos valores aplicados. Não deixo de dizer o que há pouco disse: hoje, no concelho, quatro grandes empresas é que pagam mais de 90% desse valor. Não deixo de referir uma questão muito importante, uma empresa que se instale não é por ter derrama que não se vai instalar. Em fase de amortização do investimento a matéria coletável não irá permitir um valor tão considerável. Haja empresas a conquistar o mercado internacional que surgem os investimentos.”

O deputado António Dinis solicitou a palavra e interveio:

“Só para dizer que vamos votar favoravelmente a derrama, essa questão não se coloca. Sabemos que é importante a derrama, a questão é para eventuais investimentos é uma ferramenta que está disponível. Não estou a inventar nada, há muitos municípios que o fazem, basta estar atento aos outros territórios. Tenho dificuldade em entender que os indivíduos que o fazem são popularuchos. Entendo essa perspetiva, mas não é isso que estou aqui a dizer, é uma forma de competir em relação aos outros territórios. Há outros fatores, a Eng^a Marina falou doutros. Tenho ideia que a derrama foi instituída com o presidente Carlos Marta, foi o Dr. António? Se calhar estou equivocado, de o Dr. Carlos Marta dizer: “ainda bem que coloquei a derrama”. Se estou equivocado, peço desculpa. “ Entregou declaração de voto, que se anexa com o nº 23.

Não havendo mais intervenções, a proposta foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade.

3.8. Análise, discussão e aprovação da fixação da taxa Municipal de Direitos de Passagem

O presidente da mesa solicitou ao presidente da câmara uma breve explicação sobre o documento em análise. Este informou:

“ O valor que está aqui proposto é um valor referenciado, aceitando um comentário previsível, que julgo ser legítimo, de quem diga que este imposto é mais do



que devido, mas que deveria ser o operador a paga-lo, sem o fazer refletir no consumidor. Acho defensável que esta assembleia possa solicitar à Associação Nacional de Municípios para que possa haver uma alteração legislativa, no sentido de o fazer repercutir sobre o operador e não sobre o consumidor final, mas isto é uma questão mais transversal.”

De seguida, o deputado Joaquim Santos interveio:

“Como tenho referido em anos anteriores, esta taxa, tem um pai que era o anterior presidente da câmara de Viseu e antigo presidente da ANMP. Como digo sempre, é injusta por duas razões, além de por não ser o operador a pagar e por a câmara municipal ter a faculdade de cobrar taxa aos munícipes e o particular não o ter. Se eu tiver um terreno onde passam operadores de telecomunicações não me dão nada, enquanto à câmara dão. Existe uma desigualdade. Entendo que deve ser a câmara a fazer esta diligência com a ANMP, visto ter aí assento. Mas acho que até lá a melhor forma era a câmara não efetuar a cobrança desta taxa. Para a câmara municipal isto não representa praticamente nada, não sei mas devemos estar a falar de cerca de mil ou dois mil euros.”

Apresentou uma declaração de voto. (anexo 24)

O deputado Jorge Henriques continuou os trabalhos:

“Não pelos motivos que estão subjacentes à declaração de voto do Partido Socialista que é contra a aplicação da taxa, porque entende que também os particulares a deveriam cobrar. O nosso entendimento e a nossa proposta será no sentido de propor a esta assembleia que se vote favoravelmente uma moção (anexo 25) no sentido de recomendar ao executivo camarário que solicite à Associação de Municípios a pertinência ou não de poder aplicar esta taxa. Até lá que se discuta o ponto, e o PSD votará favoravelmente.”

O presidente da câmara clarificou que não era só o órgão executivo que tinha assento na ANMP, a assembleia municipal também tem através dos seus representantes.

O deputado Manuel Veiga declarou que se iria abster, porque seria mais logico não se votar, porque pelo princípio deveriam ser os operadores a pagar esta taxa. Entende que é correto a cobrança aos operadores, o que não está correto é estes imputarem aos munícipes.

Joaquim Santos voltou ao debate:



Claudio
R
Q

“ Quando esta lei foi aprovada, a intenção seria, obviamente, os operadores pagarem. Vou dar um exemplo, a EDP paga à câmara municipal a utilização de solos. Obviamente que nós quando recebemos uma fatura da EDP estão lá estas coisas todos incluídas, mas não são descaradas, se bem que atualmente já existe concorrência e podemos optar por um ou por outro fornecedor, ainda que a margem seja pequena.

Porque é que referente aos telemóveis, os operadores pagam e bem aos proprietários dos locais onde está implementado as antenas, porque é que não pagam ao individuo que tenha postes da PT. Ainda por isso, continuo a alertar o caso da implantação dos postes que se encontram da ER 627, em que a PT “brinca” com a câmara, com a freguesia, com toda a gente e com as pessoas que circulam na estrada, pondo em risco de vida, apesar das duas cartas enviadas pela câmara está tudo na mesma, isto ao fim de muitos meses. Já lhe disse que endosse esta responsabilidade para a junta de freguesia e garanto-lhe que ao fim de uma semana os postes não estarão lá.

Voltando à questão essencial, vou votar contra a moção, porque contraria o espirito de que estamos a falar, acho que ao fim de tudo o que já foi dito, os representantes do nosso município na Associação de Municípios devem fazer chegar a nossa indignação, e não é necessário nenhuma moção, principalmente “envenenada” como está”.

Colocada à votação a moção, esta foi aprovado por maioria com os votos contra de: Joaquim Santos, Jorge Batista, Marta Franco, Alfredo Cabral, Jorge Marques e António Sérgio. Abstiveram-se os membros: António Dinis, António Dias, Manuel Veiga e Firmino Melo.

Joaquim Santos apresentou declaração de voto. (anexo 26)

Colocada à votação a fixação da TMDP, foi aprovada por maioria com os votos contra de: Joaquim Santos, Jorge Batista, Marta Franco, Alfredo Cabral, Jorge Marques e António Sérgio. E a abstenção de Manuel Veiga.

3.9. Outros assuntos de interesse para o Concelho

Iniciou o ponto, o deputado José Manuel Mendes com a sua intervenção. (anexo 27)

Seguiu-se, o deputado Jorge Henriques:



“Muito rapidamente, vinha aqui neste momento, pedir a demissão de dois membros desta assembleia, particularmente Joaquim Santos e António Dinis. Passo a explicar porquê: há uns tempos, li no Jornal de Tondela um comunicado do movimento MUAP em que considerava que os eleitos locais autarcas eram vendidos ao poder económico das Águas do Planalto que não acreditavam nos eleitos locais para defender essas populações. Sei que os meus amigos Joaquim Santos e António Dinis são membros ativos do MUAP. Estar na política para além da lisura e honestidade exige também coerência. Como membros do MUAP se subscrevem tal comunicado são eleitos locais também, logo terão de se demitir, não representam os interesses que quem os elegeu ou então terão de se demarcar ao comunicado. Muito obrigado”

Solicitou a palavra o deputado Joaquim Santos que interveio:

“Muito obrigado, senhor membro da assembleia municipal Jorge Henriques, porque assim tira-me alguma inibição de trazer, agora, aqui um documento a esta hora a esta assembleia, já era para ter sido na outra assembleia, não foi porque era tarde.

Quero-lhe dizer o seguinte, sou com muito orgulho membro do MUAP, tal como o meu amigo e colega de assembleia António Dinis, todos nós quando participamos no Movimento de Utente das Águas do Planalto não participamos como membros da assembleia municipal, participamos como cidadãos, porque temos coragem para o fazer independentemente das posições dos nossos partidos. Esse comunicado que saiu é bem claro o que quer dizer, só quem tiver má-fé, que é o seu caso pelos vistos, é que se sente e vem para aqui com um disparate destes. Se o MUAP diz assim: “os eleitos locais tomam aquela posição” muito bem mas “os eleitos locais que não tomam aquela posição” assumem aqui que não a tomam e dizem porque é que não a tomam. Tomam e agem, o senhor não age, porque lhe falta coragem, não ser que esteja muito satisfeito e diga aqui, ou se lhe aparece todos os meses em casa, uma fatura para pagar como aparece a toda a gente, não é o caso de São João do Monte. Estamos aqui nesta discussão em que São João do Monte, infelizmente, não tem hipótese de pagar uma fatura da água. Ultrapassada esta provocação, que se pensasse um pouco nem lhe responderia, mas está respondido. A moção que vou apresentar não é do Partido Socialista, é em meu nome pessoal e pode ser assinada por todos aqueles que se revirem com o que está dito. Isto também tem a ver com uma resposta da AMPB, que foi aqui lida no ponto de expediente, e após um



requerimento que fiz onde pedia as contas. Como consumidor e munícipe quero saber para onde vai aquele 1,5€ que pagamos todos os meses. Qual é a rubrica do orçamento para onde entra? Vai para outros? Como vai para as câmaras? Isto não pode ser assim, estamos a falar de uma verba que por ano representa cerca de 800 mil euros. Estamos aqui todos a ser enganados. Mais, o que é que preocupa as pessoas que estão neste momento à frente dos cinco municípios, Tondela, Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Mortágua e Tabua, não são responsáveis por isso, mas que averiguem, porque tem as mãos limpas. Não tenhamos medo, porque estamos criminosamente a ser roubados por uma entidade. Se eu pagasse o preço que pago pela água para os serviços municipais em que o resultado de liquidez de exercício ficasse no meu concelho, como acontece por exemplo em Viseu e não venha dizer que em Viseu é mais barato, mas é a câmara que financia os serviços municipalizados, é mentira. Os SMAS tiveram, em 2013, um resultado líquido de mais de um milhão de euros, sendo esses resultado investidos em infraestruturas do concelho de Viseu. Nós, aqui, estamos a pagar cinco milhões de euros por ano, que é o resultado bruto, que sai do nosso concelho. Estou a fazer isto, não para defender os meus interesses, mas para defender os dos munícipes. Muito obrigado”

Apresentou, de seguida, a moção. (anexo 28)

O deputado Jorge Marques interveio. (anexos 29 e 30)

O deputado António Dinis tomou da palavra:

“Isto resulta da provocação do senhor deputado Jorge Henriques, como o Joaquim Santos disse, temos defendido isto há muito tempo. Se estivesse atento, via que fiz uma apresentação onde defendi a redução do encargo. Estava á espera que o deputado Jorge viesse falar da qualidade da água do nosso concelho, isso é que me preocupa. Pagamos água cara e a qualidade? Temos, aqui, o relatório recente da ERSAR, em que nos coloca no distrito como 95,49 %, há concelhos nomeadamente Viseu, que tem quase 100%. Estamos a falar de uma realidade. Estava à espera que o senhor deputado falasse sobre esse assunto, estamos a pagar caro e a qualidade não é assim tão boa. Isso é que era interessante, essa é a posição que estamos cá para defender. Ou então que se mostrasse indignado e já que se absteve na proposta apresentada pelo CDS, por não estar a acontecer nada em relação àquelas propostas que vocês próprios apresentaram e que não andam. Mas isso não preocupa o senhor deputado. Foi aprovada, espero que a câmara siga a



proposta que o CDS aqui apresentou. Era interessante que viesse cá defender os interesses da comunidade, assim como nós cá estamos. Não tem a ver com as consequências. Quem tem estado, aqui ouve-nos a mim e ao Joaquim Santos sucessivamente há um ano. Fomos empaleados. Tenho pena, que venha para aqui com este situações dizendo que “deveria-se demitir”. A mim o que me preocupa é a qualidade da água e deveria merecer a vossa atenção e de todos nós. “

Continuou os trabalhos, o deputado Alfredo Cabral a quem foi dada a palavra:

“Boa tarde a todos. Em primeiro lugar agradecer a minha presença aqui. Estou feliz, porque vejo que as discussões são mais acesas. Penso que o Jorge deveria ser um pouco mais astuto e às vezes não mexer em pontos que são cruciais. Avançou com uma proposta, pelo qual o senhor presidente da câmara me parece que o Joaquim Santos evocou algumas premissas que são sérias e que merecem reflexão. O Joaquim Santos também antecipou-se à votação, com uma declaração de voto, votei a favor da abstenção, mas se tivesse ouvido o senhor presidente da câmara não teria feito essa abstenção. Em relação à Eng^a Marina recordo alguma filosofia política do tempo em que eramos mais jovens. Só há nação ou estado com três elementos, que é o povo, o território e a língua. Gostaria de dizer que o assunto me parece muito mais sério, mas é engraçado, Portugal teve a maior taxa de natalidade quando eramos mais pobres. Talvez a razão não esteja tão ligadas a problemas de dinheiro, mas a problemas de atitudes.

Em resumo e síntese, queria elogiar o Dr. José António, porque ao ouvi-lo em algumas explicações, devemos elevar com aquilo que nos cabe na função de defendermos as populações. Não me parece lógico vir para uma assembleia com estas atitudes partidárias. A democracia assenta nisso, há várias ideologias e vários partidos, mas todos eles jogam no sentido de ir para servir o melhor. Perante a tirania deve o tirano fazer injustiças ou temer a justiça? Perante a tirania, deve temer quem é tirano ou temer quem no fundo é bom?

A grande conclusão, óh! Dinis, vale mais sofrer injustiça do que pratica-la. O que me leva a estar aqui presente, é discutirmos com dignidade, com elevação os assuntos que são de interesse de todos nós, sejam os do CDS, PS, PDS ou CDU. Discutir o melhor, as premissas e não o partido que, por vezes, o partido, por vezes, nem conhecemos.



Senhor presidente da mesa conduz muito bem. Há uma coisa que estive para fazer num ponto de ordem, julgo que não fica bem o diálogo.

Dr. José António continue que vai bem.”

O deputado Manuel Veiga interveio:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros vereadores, senhores deputados.

Inicialmente, hoje, não pretendia fazer intervenção. Mas este tema da água leva-me, aqui, a vir intervir. Esta situação, do aumento da água, veio provar o que nós já dizíamos há muito tempo e defendemos em termos nacionais, a privatização ou o caminho da privatização vai dar a este tipo de resultados. Houve estes acordos que foram feitos, e que pelos vistos não eram do conhecimento da assembleia nem da câmara, que agora temos de pagar. Se isto estivesse na competência da câmara não estaríamos, se calhar a discutir este ponto. Estaríamos, talvez, a discutir onde investir os dinheiros daquilo que foi o rendimento ou poderíamos estar, eventualmente, a dar apoios sociais com a água que era custeada pelo município.

Percebo e entendo, que no Movimento as pessoas tenham uma posição. Não pertenço ao Movimento, mas compreendo o que está a fazer. Se os munícipes já estão a tomar esta posição, cabe também a nós eleitos vir aqui defender. É esse o nosso papel, é essa a nossa missão.”

O deputado Jorge Henriques voltou ao debate:

“ Obviamente o pedido de demissão é um gracejo. Pena é que na resposta quer no Joaquim Santos, quer do António Dinis não se tenham demarcado do tom manifestamente ofensivo que o comunicado do MUAP e que veio no Jornal de Tondela traduz designadamente para com todos os eleitos locais. Eu e todos os eleitos locais do PSD repudiamos o comunicado, pena é que os senhores não o façam. Nunca me vendi a nenhum poder económico mas se o senhor se considera vendido?.. Em política não pode valer tudo, independentemente e enquanto membro do MUAP é o cidadão Joaquim Santos, mas o cidadão Joaquim Santos ou António Dinis não se podem esquecer que são



eleitos locais e como tal deduzo que sejam eleitos e que se consideram a defender as populações. O que aquele comunicado diz é que todos nós somos vendidos, não defendemos os interesses das populações. Eu considero que defendo os interesses daqueles que me elegeram e em mim confiaram. Dizer, também que me surpreende essa veia jurídica, mas talvez de mau jurista, porque sem esperar pelas decisões dos tribunais parte desse princípio com uma conclusão que tudo é ilegal, que tudo é errado. A posição do PSD é clara, aguardaremos com serenidade os resultados de todos os processos que estão em curso, alias como aguardámos o processo da União de Freguesias de Tondela Nandufe.

Em relação à moção que o PSD apresentou nesta casa, estamos convictos dos esforços que a autarquia está a realizar de modo a fazer regulamentação no sentido das conclusões da moção.

Sobre a moção que apresentou, vamos votar contra pelos considerandos. Em política não pode valer tudo.

Amigo Dinis, para além dos relatórios sobre a qualidade, como habitante de Tondela não me parece que a qualidade da água seja assim tão má.”

O deputado António Dinis replicou:

“Estamos aqui todos a falar muito aforicamente. Fui muito direto, aquilo que tem sido a minha posição, sobre o assunto da água, tem sido de coerência de princípio ao fim. Não tenho nada que me envergonhar ou ficar preocupado com isso. Em relação à questão da água, acho que não houve nenhum caso de envenenamento, mal seria. Mas são relatórios oficiais, não foi eu que inventei. Quando falamos de preços comparativos, são das mais caras. Quando uma vez quiseste-me demonstrar, uma vez, que 1,5 era mais pequeno do que 0,9, em relação ao preço da água, com essa argumentação não discuto.”

O senhor presidente da câmara solicitou a possibilidade de intervenção que lhe foi concedida e tomou da palavra, de seguida:

“Não é o adiando da hora que nos vai impedir de conversar. Gostaria de dizer duas ou três coisas relativamente rápidas.



Em primeiro lugar e só uma correção, penso que há pouco não tínhamos o valor preciso de IRS cobrado a 31 de dezembro de 2013, foram 499 986€. O que diz bem, que não é uma receita insignificante.

A questão que foi trazida do processo das águas, temos de vez em quando refazer a história para perceber as premissas de partida. Nós estamos a viver o momento, que julgo que nenhum de nós, dúvida da seriedade institucional e política como queremos debater este assunto. Ninguém duvidará que o maior gosto que um autarca, em particular o presidente da câmara de Tondela, pode ter ou gostaria de ter era ter condições de demonstrar que há objetivamente razões que assistiriam à defesa do preço do serviço da água. Se fosse uma receita do município, ainda me poderiam perguntar se estava a ter uma quebra na receita dos meus valores. Não é o caso. Os factos que o membro da assembleia Joaquim Santos aqui trouxe, são todos os factos evocados pelo MUAP. Desde o final do ano passado, várias têm sido as participações feitas à Procuradoria-Geral da Republica que por sua vez remeteu ao Tribunal Administrativo e Fiscal quer de Viseu, porque quatro destes municípios são do distrito de Viseu, e um cumulativamente ao TAF de Coimbra. Portanto, não é esta moção que me vai mandar para defender os interesses do meu concelho. Sou o primeiro defensor dos interesses do concelho. Em paralelo o Tribunal de Contas tem idêntico processo. Neste momento, para que não haja duvidas, estas entidades têm em mãos em avaliação jurídica se há razões de nulidade ou de anulabilidade, ou se há matérias lesivas que sejam condenáveis. O Tribunal de Contas já desenvolveu, através de um procurador e uma equipa de auditoria um conjunto de ações que estão em curso. Isto para ficar claro, ninguém está com subtilezas com esta questão. Se há matérias que não foram juridicamente bem tratadas, que sejam avaliadas pelos tribunais e que se tirem daí as suas conclusões. Se isso não for matéria suficiente para colocar em causa a renegociação do contrato de concessão, vamos avaliar as consequências disso. Neste momento estes tribunais estão a fazer uma avaliação.

Pergunta consequente, e a Associação de Municípios, os seus autarcas, os membros do conselho de administração não desenvolveram nada neste processo? Como sabem, já informei na assembleia, por decisão deste conselho de administração, solicitamos uma auditoria externa, à Deloitte, não para ir avaliar as condições contratuais



Alcides
PQ
[Signature]

de 2007, porque para isso estão os tribunais a trabalhar, mas para sabermos de lá para cá se os critérios que estão por detrás, nomeadamente em sede da taxa externa de rentabilidade, se estão a ser devidamente colocados ou se está haver alguma manipulação do estudo económico que possa desviar essa objetividade. Penso que maior certeza do que estamos a procurar ter, ninguém poderia fazer de outra forma. Há um caminho diferente? Há., em política nunca há um único caminho. É chegar à empresa e dizer: “meus senhores esta negociação não foi favorável, queremos renegociar ou rescindir este contrato”. Temos essa legitimidade, mas do outro lado dirão: “os senhores receberam à época os valores que receberam, 7,5 milhões de euros de amortização de rendas ou de custos de processos de investimento, mais o cofinanciamento do investimento, agora devolvam-nos isso e vamos repor esta concessão no quadro em que funcionam as demais concessões, como por exemplo a de Viseu.” O que está em causa é isto.

Questão última: sobre isto, há uma sobretaxa. Ela é para a concessionária? Não. A sobretaxa está na esfera da Associação de Municípios e que paga um diferencial que ronda 4, 5 milhões de euros de deficit de exploração de obras feitas e que não foram acomodadas. Respeito todo o debate político institucional, respeito todas as opiniões, mas quando uma moção diz: “vamos mandar o presidente” parece que o presidente da câmara, este ou outro, não tem a mesma vontade ou determinação, independentemente, de estar ou não escrito em movimentos mais ou menos apartidários. Não é isso que está em causa. Sou cidadão e julgo-me com a mesma legitimidade institucional para defender os direitos do nosso concelho e não preciso estar no movimento para isso. É a minha função. Neste momento estão a decorrer os processos que falei, todos os dados solicitados foram dados aos respetivos tribunais. Agora que produzam os seus resultados. Não são os três ou quatro milhões de lucros. O que a empresa disse, no auditório municipal, ouvi-o pela primeira vez, que até ao fecho da exploração, há-de atingir em acumulados mais de vinte e cinco milhões, e porquê? Porque demonstrou que não consegue fazer a demonstração de resultados com os diferentes prejuízos diferidos. Os investimentos que foram feitos em 2007 e 2008 como era a generalidade das PPP's, que o modelo de financiamento deste setor foi apoiado em PPP's, isso é verdade. Como se sabe nas parcerias publico privadas quando se dá um euro recebe-se três no final do período de pagamento. Que não haja a ilusão que há omissão, inépcia, desleixo ou incúria. Os



Cláudio
Q
Q

tribunais que se pronunciem. No final de outubro, ficará concluída a auditoria com a Deloitte, para avaliar se desde o momento que foi renegociado até aos dias de hoje os modelos de rentabilidade que estão a ser aplicados são ou não exagerados. Se for concluído que há lucros excessivos, então renegocie-se a parceria que é isto que o governo está a fazer. O governo quando está a negociar as parcerias publico privadas está a apoiar-se numa lógica em que consegue demonstrar que há lucros excessivos. Ora estamos a trabalhar com empresas que estão também a trabalhar para o governo na demonstração dos lucros excessivos, nomeadamente às concessionárias das redes rodoviárias. Respeito todas as opiniões, agora o que nunca aceitarei é que se faça querer que o presidente da câmara tenha uma atitude laxista em relação a esta matéria.

Já que estamos a discutir questões de Planalto, é bom termos presente que umas cruzam-se com outras. Dentro do Planalto Beirão não há só o sector da água, também há o dos resíduos, há empréstimos que tem de ser liquidados. Há um empréstimo que decorre durante dez anos e que teve um plano de pagamento que dizia que no ano anterior, 2013, era 40 000 euros por mês, este ano de 2014 são 80 000 euros por mês e em janeiro de 2015 serão 300 000 euros por mês. Este empréstimo está numa instituição que se chama BES, quer dizer que não é negociável. O que quer dizer que a assembleia intermunicipal terá que tomar uma decisão brevemente. Ou consegue renegociar ou vai ter de deixar de fazer bonificados em 2€/tonelada de resíduos o que terá implicações no custo final dos resíduos. O que é bom saber, também é que no Planalto Beirão existe uma central de valorização orgânica construída há sete anos e que tem de se pôr a funcionar, porque teve financiamento comunitário e isto implica substituir equipamentos que estão degradados porque nunca funcionaram o que representará 1,2 milhões de euros. O problema é que o bolo é o mesmo e quem tem de gerir tem de o fazer nas condições em que está agora.

O município de Tondela tal como os seus parceiros estão empenhados na defesa dos seus munícipes. Acho que ninguém melhor que o presidente da câmara gostaria que a água tivesse outro preço.

Ultima questão, o que é que neste momento está em causa? O presidente da câmara propôs à assembleia municipal, da segunda vez que se discutiu este assunto, que introduzíssemos um tarifário social para as famílias carenciadas e comprometeu-se num



segundo momento trazer os critérios de admissibilidade a questões sociais. Neste momento para trazermos o fecho deste ponto indica ter um regulamento que tem de entrar em discussão pública. Este regulamento irá trazer as condições em que serão concedidas reduções ou apoios sociais e tem de ser objeto de avaliação da ERSAR. A equipa de consultores que está a trabalhar está a cruzar o documento com a ERSAR, porque a ERSAR está a fazer alterações a este modelo. Ora, o que nos valeria estar a aprovar um regulamento se tem de ir a aprovação da ERSAR e se não estiver conformado com a nova arquitetura da ERSAR. Não posso garantir como certo, mas estou empenhado na assembleia ordinária, que será realizada em novembro ou dezembro, que esta base de trabalho esteja concluída para vos apresentar. Muito obrigado.”

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

“Senhor presidente nunca esteve aqui em causa que o senhor nunca tinha feito nada. Queria era dar-lhe uma competência para o senhor defender. Sei que está nos tribunais sem qualquer apoio jurídico, nem é o MUAP que vai financiar este apoio jurídico. A câmara é que deveria agir juridicamente, junto dos tribunais onde está a decorrer este processo. Houve uma reunião, em Lisboa, entre o MUAP e a ERSAR, obviamente que se fossemos acompanhados juridicamente teria tido outra força e mais argumentação. O senhor presidente, não sei se na assembleia municipal ou numa reunião com o MUAP, disse que os cinco municípios tinham reunido e que se estavam a munir de uma equipa de advogados. Quais? Quem? É isso que eu queria saber. Foi aquele advogado que é avençado da câmara municipal de Tondela? Isso para mim não é uma equipa de advogados. Por maior respeito que tenha pela pessoa, tem de ser alguém que esteja longe de quaisquer interesses que possam subsistir. Mais, o problema aqui, de suspeição que eu tenha, é quando me atiram algo para os olhos tenho de me defender. Há suspeição quando pedi documentos que não dão, há suspeição quando faço um requerimento através da assembleia municipal e depois vem uma resposta. Fica avisado que vou apresentar outro requerimento, porque quero saber quando é que o meu requerimento foi enviado à AMPB. Porque tudo o que aqui está não acredito. A resposta dada ao MUAP não foi esta que aqui está. Eles hão-de mostrar quando pediram à CADA. Isto para dizer que o comportamento da Associação e das Águas do Planalto tem sido



aparentemente promiscua, o que me dá o direito de duvidar dessa gente. O objetivo da moção é de confiar em si para nos defender.”

O presidente da câmara esclarece:

“ Quando o processo entra na Procuradoria-Geral da Republica, desce ao Tribunal Administrativo e Fiscal e já é a própria Procuradoria que defende. Não há nenhum custo judicial, nem custas sobre o MUAP. Que não haja duvidas que o processo não avança por causa de dinheiro para pagar.”

Colocada à votação a moção apresentada pelo deputado Joaquim Santos, esta foi rejeitada com os votos contra de: Carlos Cunha, Marina Leitão, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, António Lopes, Luciano Costa, Isaac Almeida, José Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, Fernando Rosa, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António F. Pereira, José Mendes e as abstenções de: António Dinis, António Dias, Firmino Melo e Manuel Veiga.

O deputado Jorge Henriques apresentou declaração de voto. (anexo31)

O deputado Alfredo Cabral afirmou que votou contra em virtude do assunto se encontrar nos Tribunais pelo que se deverá esperar por resultados.

Colocado à votação, o voto de pesar por Nelson Claro, foi aprovado por unanimidade.

4-Período aberto ao Público;

Neste ponto escreveram-se os cidadãos Jorge Ferreira, Idálio da Costa Ventura, Maria do Carmo Marques, Elísio Marques, José Gomes da Costa, Adelino Paula da Graça e Luís Henriques Pereira.



Os senhores Idálio da Costa Ventura, Maria do Carmo Marques, Elísio Marques, José Gomes da Costa cederam o tempo de intervenção ao senhor Jorge Ferreira que interveio. (anexo 32)

Interveio de seguida o senhor Adelino Paula da Graça:

“Cumprimento todos os presentes.

O Dr. Cabral falou há pouco que de um lado encontram-se os injustiçados, de outros os autores dessa injustiça. A minha freguesia tem sido injustiçada, isto é não se tem feito chegar cá aquilo a que ela tem direito. A minha freguesia representa um sexto da área do concelho. De há sete ou oito anos para cá foi feita uma única obra, a estrada 1510 que liga a sede da freguesia a Almofala. Para que esta obra fosse executada, a câmara exigiu da junta que esta assumisse as condições da área urbana. Esta estrada passa por seis povoações. Isto custou um décimo do custo da obra, pelo que a junta custeou cerca de 100 mil euros.

Foi feito, agora, a requalificação do adro da igreja, com um atraso de cerca de vinte anos. É um espaço onde se movimenta toda a freguesia e gostaria que fosse utilizada, em vez de calçada, pedra miúda, porque nos oferecia outro visual e era mais cómodo.

Esteve em orçamento em 2013, a estrada que liga a Cruzinha à Corte, está orçamentada em 350 mil euros tal como o acesso a Belazeima e o acesso a Vale do Lobo. Estas três obras importariam em 500 mil euros. Espero que ainda este ano sejam executadas.

Em relação ao nosso posto médico, a equipa de enfermagem foi-se embora, a médica há cerca de três meses que não dá consultas. Estamos em vias que este desapareça. Já propus à junta, que se fosse autarca nem que tivesse de assumir os custos administrativos tudo faria para que o posto médico não fosse encerrado. Não há custos para o estado com instalações, não paga água, luz nem limpeza. Espero os bons ofícios do presidente da câmara conjuntamente com a junta para que vejam esta situação.

Permitam-me que diga que é imperdoável, tenho uma casa de uma cunhada à venda há vários anos, dezenas de pessoas demonstraram interesse, mas quando verificam que não água nem saneamento, desistem. Espero os melhores ofícios do senhor presidente.”



O senhor Luís Pereira interveio, de seguida:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Vou ser muito breve. Em primeiro lugar, quero congratular-me com o facto de esta assembleia municipal se ter realizado aqui em São João do Monte. Concordo com a descentralização. Verifiquei que visitaram as obras intervencionadas. O que está feito está feito e parece-me com alguma qualidade. O que ardeu, ardeu e todos sabem as aflições por que passámos. O que pedia era que não passássemos por outra situação semelhante. Gostava que houvesse uma intervenção séria na parte que nos resta. Sei que foram intervencionados dois caminhos, acho que é pouco, há caminhos de muita importância que deveriam ser intervencionados. Refiro-me, também, à faixa de contenção das povoações. Sobre a aplicação da Lei que existe da limpeza dos matos junto às casas, nada se tem cumprido. Deixo um alerta e um pedido de preocupação para que numa ação conjunta de esforços intervenham na parte restante que não ardeu. Muito obrigado.”

O presidente da câmara tomou da palavra:

“Começaria por esta última intervenção do amigo Luís Pereira. Importa colocar uma questão: a câmara, a junta de freguesia ou a proteção civil que faça? Há coisas que devemos saber o que cada um tem de fazer. A faixa de limpeza dos 50 metros é da responsabilidade dos proprietários. A faixa de gestão dos combustíveis ao longo dos caminhos é da responsabilidade dos proprietários. O problema é que nós todos temos quase sempre a noção de apontar para que as instituições públicas façam, quando, o direito e as obrigações estão na nossa esfera. Esta vinda aqui acima teve dois objetivos: se por um lado, pudemos verificar as intervenções feitas no âmbito do FEM e do PRODOR, não me cansei de o dizer durante a deslocação que também era fundamental que se alterassem algumas práticas dos hábitos das pessoas, como a proteção do seu património e acrescentei que, durante o próximo mês, em articulação com os GIP's, começarão ações de sensibilização pedagógicas nesta área, para que as pessoas entendam que proteger os seus bens tem de começar por atitudes próprias. Não deixo de reconhecer ao amigo Luís a colaboração que tem demonstrado.



Naturalmente, que o nosso amigo Adelino Paula da Graça tem uma forma particular na vida e na política de estar, nomeadamente, não valorizar o que se faz e ambicionar sempre mais. Uma obra de um milhão e meio de euros não se faz todos os anos. É verdade que os alargamentos e requalificações foram feitos pela junta de freguesia, acompanhados por protocolo financeiro, para permitir a conclusão desses trabalhos. Hoje não sei se o mais importante é ter infraestruturas ou requalificar o que temos e dar condições de bem-estar às pessoas para que possam viver nas suas terras.

O movimento cívico trouxe um conjunto de argumentos que já são conhecidos. A maior parte são da esfera de gestão local. Esta assembleia ouve, mas é da responsabilidade local. Reitero o que já anteriormente disse na assembleia municipal, quando o mesmo movimento tomou a palavra. Quando vivemos o momento da constituição das Uniões de Freguesias, vivemos uma situação em que tínhamos de procurar garantir condições de governação e de constituição de listas. Nos sete casos em que se constituíram uniões de freguesias procuraram-se manter cinco princípios: que na junta existisse pessoas de ambas as freguesias agregadas, que os recursos financeiros fossem aqueles proporcionais ao que cada uma por si tinha, se uma povoação desse origem ao presidente de junta a outra freguesia agregada contribuísse com o presidente da assembleia de freguesia e que as reuniões de assembleia pudessem ser alternadas e que nas antigas juntas pudesse haver atendimento. Em todos os casos, esses objetivos foram cumpridos no pós-eleições. O que falhou da união Barreiro e Tourigo foi que, em janeiro, o membro da junta indicado por Tourigo, por razões pessoais, entendeu não poder continuar. São os eleitos locais que tem de encontrar a pessoas disponível para ocupar esse lugar. O presidente de junta ouviu as pessoas que entendeu terem condições para ocupar o lugar. De nada vamos conseguir encontrar outra solução. Se aqueles que ele ouviu dizem que não estão disponíveis, faz-se a reconstituição da composição da junta nos termos em que está. Não está uma pessoa representada do Tourigo. Pode o cidadão José António, não o presidente de câmara, ter alguma condição de imposição? A lista está constituída nos termos em que foi antes quando tinha um membro de Tourigo? Só há um caminho que é procurar criar condições de trabalho colaborativo entre todos. Tenho procurado estar presente em alguns acontecimentos da união de freguesias e não deixo de dizer que sinto na generalidade da povoação que a preocupação das pessoas é saber se os seus problemas são resolvidos.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 29-09-2014

Respondendo à questão, se pode alguém receber represálias? A questão nem se coloca. Saber se é um membro da junta, uma empresa ou seja quem for, o contexto de represália por si, é um contexto que na minha ótica está arredado por si.

Segunda questão, quem fiscaliza as piscinas do município? As piscinas do município estão licenciadas há muito tempo. Quem as fiscalizou foi quem acompanhou o projeto há época. No caso concreto, não pode ser da responsabilidade do município aprovar uma infraestrutura da freguesia. A freguesia é que aprova o licenciamento e funcionamento das suas obras. Se o presidente de junta atual entendeu solicitar um parecer às entidades competentes, a ordem dos engenheiros, para que pudesse avaliar se aquela infraestrutura tem condições para funcionar, é uma competência política local e tecnicamente sustentável. Se a ordem dos engenheiros diz que esse equipamento não tem condições de funcionar, tem de a seguir se refazer o projeto ou tomar as decisões locais. Em Portugal, como em qualquer local democrático, as leis são feitas para ser cumpridas, quem não cumpre assume as suas responsabilidades. Continuarei a estar presente no acompanhamento ao movimento associativo e às dinâmicas locais, a acompanhar os problemas da união de freguesias. Não sei estar de outra forma, a não ser estar em diálogo com todos.”

Nada mais havendo a tratar, a sessão da assembleia municipal foi dada por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar.

O Presidente da Assembleia: Carlos Correia

O 1º Secretário: [Assinatura]

O 2º Secretário: [Assinatura]

anexo,



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Exmo. Sr. Presidente da AM Tondela

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Caros Deputados

Portugal, Brasil, França, Rússia, África do Sul, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América são alguns dos países que participam na recente campanha “Desmascarar os corruptos” que pretende “sensibilizar cidadãos e governos para a urgência do combate à corrupção transnacional”. Actualmente sabe-se que cerca de 70 por cento dos casos de grande corrupção internacional, são “políticos **corruptos** que usam empresas-fachada para esconder a sua identidade e beneficiar dos seus bens ilícitos”. Em Portugal, escândalos recentes como os casos do BES ou do BPN revelaram o envolvimento de empresas offshore em negócios obscuros que terão servido para esconder prejuízos e beneficiar ilegitimamente responsáveis destas instituições” e “operações de investimento estrangeiro, em imobiliário de luxo ou na compra de participações em empresas portuguesas, têm sido feitas sem um escrutínio suficiente” alerta a organização **Transparência Internacional**.

Confesso a minha satisfação quando me deparei com esta notícia e a referida campanha. Nos últimos meses as notícias que têm surgido na comunicação social, quer relativas ao caso BES quer as mais recentes envolvendo o actual primeiro-ministro, têm lançado um clima de desconfiança nas entidades reguladoras e uma mais vez mais, na classe política nacional. Defendo um sistema de justiça nacional imparcial e acima de tudo funcional e célere, para que todos aqueles que cometam fraudes financeiras e fiscais sejam identificados, responsabilizados e cumpram efectivamente as penas justas para os crimes perpetrados. Só assim poderemos viver num país justo e democrático, onde os jovens possam ficar e criar os seus postos de trabalho e as suas famílias.

Infelizmente, Portugal registou no ano passado a taxa de natalidade mais baixa da União Europeia: 7,9 crianças por mil habitantes, inferior à de mortalidade (10,2), contrariando o aumento da população que se observa na restante Europa. As primeiras estimativas demográficas indicam que Portugal "perdeu" 60 mil habitantes, entre 1 de janeiro de 2013 e 01 de janeiro do corrente ano, uma quebra justificada não só pela diferença entre nascimentos e mortes, como também pelo saldo migratório. Efectivamente, com os maus exemplos que temos presenciado nos últimos anos confesso-me muitas vezes envergonhada ao observar incrédula aos actos cometidos por parte da classe económico-financeira, muitas vezes com a conivência da classe política. E quando falo em classe política, falo numa forma transversal a todos os partidos e ideais. Parte de nós, cidadãos deste concelho e deste país denunciar actos tão hediondos como estes e combater a desconfiança e a corrupção para que os jovens sintam de novo a confiança e a vontade de ficar, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento deste Portugal tão fracturado.

A deputada

Marta Marques

29 Setembro de 2014



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor presidente da assembleia municipal
Senhores membros da assembleia municipal
Senhor presidente da câmara municipal
Senhores vereadores
Senhores membros da assembleia municipal
Senhores representantes da comunicação social
Senhoras e senhores,

Em primeiro lugar, quero saudar o povo das freguesias de S. João do Monte e de Mosteirinho, pela forma generosa com que sabem receber. Também por isso, senhor presidente da junta e senhores autarcas aqui presentes, reafirmamos que podem contar, sempre, com o Partido Socialista para defender a justeza das vossas reivindicações e a evidência dos vossos anseios.

Em nome dos socialistas, obrigado por, mais uma vez, nos acolherem!

Não estamos em tempos de celebrações. A nossa vinda aqui é por motivos tão sérios quanto dramáticos! Mas, e porque cá estamos, façamos deste dia uma jornada de solidariedade com esta gente serrana que merece a nossa atenção e a nossa preocupação; quando mais não seja, que saibamos ser capazes de encontrar formas de evitar que alguma outra tragédia lhes caia em cima, como a que aconteceu no verão de 2013.

Senhoras e senhores deputados,

Faz hoje um ano que fomos eleitos e, com isso, assumimos a responsabilidade de defender os interesses dos nossos munícipes! Nunca nos esqueçamos disso. Em jeito de saudação, espero que este dia, que devemos celebrar, seja o ponto de viragem na efectiva vontade de, sem preconceitos partidários, sermos capazes de honrar os nossos compromissos!

E parece que foi há poucos dias, mas já lá vão 3 meses desde o nosso último encontro; esta sensação do “ontem” é porque continuam a exhibir-nos os mesmos filmes: continuamos a sentir o mesmo fardo das injustiças sociais; além disso, caiu-nos em cima mais uma enorme e pesada contrariedade: a



escandalosa história do BES e de toda uma cambada que girava á sua volta! Não quero aqui discutir a responsabilidade do governo, que agora, ao contrário do que até aqui, se escusa enquanto responsável pela nomeação do governador do Banco de Portugal; nem de um presidente da República que, tal como Pilatos, lavou as mãos ou que, como Herodes, dividiu as responsabilidades igualmente por todos os portugueses (por todos, quero dizer – pelos mesmos de sempre), os que pagam as faturas dos banquetes que serviram e servem de deleite aos, também, mesmos de sempre!

Enquanto isso, dizem-nos que o país vai bem, que o país vai muito bem! Enquanto o interior é esvaziado de tudo, só nós faltava mesmo que alguns ministros viessem pedir desculpas, como se isso fosse uma espécie de detergente que branqueasse todas as trapalhadas com que, diariamente, nos brindam!

Depois de um indiscriminado fecho de escolas, acarretando maiores custos para os contribuintes, maiores preocupações para os pais e maiores dificuldades para as crianças, o ministro da educação vem a público dizer que o início do ano letivo decorreu com toda a normalidade.

Depois de um indiscriminado fecho de tribunais, de um assassinato de centenas de comarcas, afastando os cidadãos do direito à justiça, vem a ministra da tutela tornar público o seu orgulho pela reforma que acabou de fazer!

Ambos, acordados para a realidade, envergonhados de todas as trapalhadas, mas cujas consequências nunca assumiram, nem assumirão, pedem desculpas aos portugueses, como se isso bastasse e evitasse a dramática situação em que colocaram alunos, professores, pais, advogados, cidadãos e funcionários de justiça!

A falta de ética destes governantes, mas também a de um Primeiro-ministro sem autoridade, ficou bem espelhada nesta triste encenação de uma espécie de programa “Perdoa-me”! Os portugueses mereciam, no mínimo, que estes dois ministros pedissem a sua demissão ou fossem demitidos. Mas Passos Coelho, sem rumo, hoje mais do que ontem (e não me pronunciarei sobre o caso Tecnoforma!), já nada manda.

Mas há um facto que tem de ser denunciado e ficar claro, porque diz respeito a todos nós, tondelenses. Na última reunião, denunciei que nos roubaram a comarca de Tondela. É um facto! Apesar as tentativas vãs de um membro do PSD tentar desmentir esta realidade e chegar ao cúmulo de dizer que os processos a transitar para Viseu seriam residuais, chegou a altura de esclarecer a verdadeira dimensão da maldade que nos fizemos. De dois, restamos um juízo; o quadro de pessoal do tribunal de Tondela foi reduzido a metade; os 3 camiões do RIV que se deslocaram, no mês de agosto, à nossa cidade, levaram para Viseu 2 500 processos; ficaram por cá 605, ou seja, processos comuns singulares, sumários e sumaríssimos! Ficamos reduzidos, como disse anteriormente, a uma espécie de julgado de paz! Pior do que isso, e dando de borla o bloqueio da plataforma *Citius*, é o entupimento que foi criado no tribunal de Viseu, quer por excesso de processos, quer por falta de



salas de audiências, o que terá dramáticas consequências de prescrição de processos, impedindo os cidadãos de verem as suas causas julgadas, num verdadeiro atentado aos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República.

Mas as consequências não se ficam por aqui: a extinção de serviços no interior do país incentivam à fuga dos nossos jovens para outras paragens; a ausência de serviços públicos de proximidade não atrai investimento. Conjugados estes dois factores – falta de gente e de serviços – estão criadas todas as condições que impedem a fixação de empresas! E quem desmentir esta realidade está, sem dúvida alguma, contra os interesses dos tondelenses!

Mas como nem só de desgraças vivemos, realçam-se alguns acontecimentos.

Em primeiro lugar, quero felicitar os ex-membros das comissões das antigas Festas da Mata, que nos surpreenderam com uma memorável noite, que nos fez regressar a um saudável passado; mais do que a sensação, ficou uma grande lição – o dinheiro não é tudo; com vontade e trabalho, com carinho e imaginação, conseguem-se excelentes resultados! Parabéns aos organizadores e parabéns à imensa e anónima multidão que, participando, reencontrou amigos, conviveu e regressou aos tempos que marcaram a sua geração!

Em segundo lugar, porque assistimos à organização de um Festival da Juventude, no Parque Urbano da cidade. Certamente que todos aceitamos e compreendemos estas realizações, mas permitam-me dois apelos: contenham-se os custos e não se faça concorrência às festas programadas nas localidades que já fazem parte da nossa cultura local e que se viram confrontadas por uma, diria, concorrência pouco leal, face aos desiguais recursos financeiros e conseqüente cartaz!

Por fim, a FICTON! Felicito a câmara municipal de Tondela por mais um ano que, apesar da chuva, se apresentou com a dignidade que Tondela merece. Este evento, que integra as comemorações do Dia do Município, foi contudo manchado por um acontecimento que não consigo calar. Se é de louvar a iniciativa do município, condecorando, a título póstumo, as vítimas do incêndio da Serra do Caramulo, do ano passado, não podemos consentir que, a dois discursos do senhor presidente da assembleia e do senhor presidente da câmara municipal, a cerimónia solene encerre de forma tão pouco digna. O discurso do ministro da Defesa Nacional, que se arredou da chuva de Santiago de Besteiros, que seria o local certo onde deveria ter estado, mas não esteve, foi precisamente o contrário do que seria de esperar de um governante isento e de bom senso. A sua presença faria sentido se ele viesse pedir desculpas (já que está na moda) da incapacidade que este governo tem demonstrado em resolver os problemas do nosso país, das nossas florestas e dos nossos bombeiros. Mas não! Nem uma palavra...nem uma virgula sequer! Este ministro veio a Tondela achincalhar uma plateia que estava ali para homenagear quatro soldados da paz, que perderam a vida na defesa da comunidade! Este ministro veio ali para fazer uma vergonhosa propaganda, apelando ao voto, como se a campanha eleitoral já estivesse em marcha! Este

4 

ministro veio ali à custa dos nossos impostos, para ofender tanta gente que, à traição, foi convidada para uma cerimónia protocolar e sentiu-se envolvida num comício onde só faltaram as bandeiras das cores da maioria governamental! Tenha vergonha, senhor ministro. Há limites para tudo, até para a falta de dignidade.

Obrigado pela vossa atenção.

Assembleia Municipal de Tondela – S. João do Monte, 29 de setembro de 2014

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista





anos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 29 de setembro de 2014

Foi há um ano atrás que ocorreram as eleições autárquicas. O CDS/PP apresentou-se a votos com um conjunto de compromissos que defenderá ao longo de todo o mandato. Reuniu um conjunto de candidatos aos vários órgãos que deram a cara pelo projecto que defendia uma redução dos impostos no concelho. Apesar de não termos alcançado os resultados que gostaríamos de ter, não deixámos de estar comprometidos com este projecto para o concelho, e por isso reunimos na freguesia de Castelões num saudável convívio. Valeu a pena confraternizar, trocar ideias, ouvir as pessoas, e manter viva a amizade e o respeito que todos juntos conquistámos. É assim que gostamos de estar na política! Acreditar nas pessoas, foi o nosso slogan.

O concelho de Tondela viveu neste mês de Setembro mais um feriado municipal e as festas do concelho. A FICTON continua a ser um evento de referência no contexto regional, numa demonstração da força das nossas gentes, dos nossos comerciantes, dos nossos empresários e gestores, do nosso movimento associativo e das nossas freguesias. Estive presente em poucos dias da edição deste ano, não podendo estar presente no feriado municipal do dia 16 de Setembro. Mas estive no dia 12, dia da abertura oficial. E não vos escondo que fiquei muito decepcionado. Foi uma festa com muita chuva e pouca alegria, com dois discursos desinteressantes, em condições de conforto e acústicas muito débeis, com pouca gente, em que a estrela da noite foi o fogo-de-artifício.

As más-línguas diziam que poupou no jantar para gastar no fogo! Mas eu até gostei do jantar, gostei do fogo-de-artifício, mas não gostei em particular do discurso do presidente da câmara.

O que se destaca no discurso, além das habituais figuras de retórica que todos conhecemos, é o enfoque no nosso tecido industrial exportador. Realmente Tondela dá um contributo muito positivo para a nossa balança comercial e garante um saldo positivo nas exportações. Mas o que é que o senhor presidente da câmara fez para ajudar a impulsionar estes resultados? Trouxe para o concelho algum novo investimento exportador? Houve lançamento de novos projectos de investimento nas nossas zonas industriais? Tomou alguma iniciativa fiscal municipal para estimular a captação de novos investimentos? Delineou alguma estratégia para a melhorar a

1
competitividade do concelho e os factores de contexto? O que fez neste ano de trabalho neste domínio?

Em concelhos vizinhos houveram novos investimentos, novos projectos industriais e novas iniciativas com o objectivo de melhorar a competitividade territorial e captar novos investimentos. Mas e em Tondela nada. É preocupante!

Ficamos todos contentes com 10 estágios por ano ao longo de três anos. Nos outros concelhos são às centenas os postos de trabalho criados, nós ficamos contentes com meia dúzia. Longe vão os tempos em que, anualmente, apresentávamos e lançávamos, em conjunto com os nossos empresários e os outros empreendedores, centenas de postos de trabalho e milhões de euros de investimento. Que diferença! Como dizia o deputado do CDS/PP eleito por Viseu que recentemente estive no nosso concelho, Tondela está a ficar completamente para trás e a perder a corrida com outros territórios vizinhos. Infelizmente é verdade! Tondela liderante, sim, mas pelas suas gentes e instituições; agora, executivo autárquico liderante...só fantasia!

A rábula do fecho das escolas do primeiro ciclo no concelho foi mais uma demonstração de falta de visão e falta de coragem. Eu também tenho acesso a alguma informação de alguns secretários de estado, obviamente do CDS/PP, e sei o que se passou em Tondela. Mas gostaria de ouvir a versão do senhor presidente da câmara, deixando desde já algumas perguntas:

- 1 – Quantos alunos estão no centro escolar de Campo de Besteiros neste ano lectivo?
- 2 – Qual a capacidade de alunos deste centro escolar e a taxa de ocupação?
- 3 – O que diz a carta escolar do concelho sobre o ano da transferência dos alunos das escolas de Tourigo, Vilar de Besteiros e Caparrosa para o centro escolar de Campo de Besteiros?
- 4 – Essas escolas não eram as que estavam no tal compromisso de transferência com o ministério da educação quando se estabeleceu o protocolo de financiamento deste centro escolar?
- 5 – Afinal o executivo acredita ou não no modelo de processo educativo em que assentam os centros escolares?

O Grupo Parlamentar do CDS/PP



anexo 4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 29 de setembro de 2014

MOÇÃO

Os tempos que vivemos em Portugal exigem de todos os agentes políticos uma atenção particular às condições de vida das suas populações. Nestes tempos difíceis, muitas famílias e empresas vivem o seu dia-a-dia na amargura permanente de contar os poucos euros de que dispõem para honrar os seus compromissos.

Os encargos mensais dos munícipes do nosso concelho com o fornecimento de água, resíduos sólidos e saneamento são os mais elevados de toda a nossa região e uns dos mais altos do país, demonstrado claramente nas últimas assembleias, e reforçado recentemente no estudo apresentado pela DECO.

Em todas as freguesias do nosso concelho, são frequentes as queixas dos seus fregueses aos senhores presidentes de junta relativas a estes encargos exagerados da água, saneamento e resíduos. Todos sabemos disso, e sabemos que cada um de vós, individualmente, pouco ou nada pode fazer para alterar a situação.

O PSD apresentou uma proposta, que foi favoravelmente votada nesta assembleia há quase um ano atrás, para uma redução dos encargos da água, resíduos sólidos e saneamento às famílias mais carenciadas e numerosas do concelho.

O executivo comprometeu-se a cumprir essa proposta, não tendo até ao momento efectuado nenhuma diligência nesse sentido.

Assim, o grupo parlamentar do CDS/PP vem solicitar ao executivo autárquico para compulsar e cumprir a proposta aprovada há mais de um ano nesta assembleia, e manifestar o seu desagrado e preocupação por verificar que os tondelenses continuam a pagar água muito cara e de qualidade inferior à que é disponibilizada noutros territórios vizinhos.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela
Exmas. e Exmos. Membros da Mesa
Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia
Exmas. e Exmos. Membros desta Assembleia

Em junho apresentámos a esta casa moção, que intitulámos com frase desse referencial da filosofia grega, Aristóteles, de que **“É fazendo que se aprende a fazer aquilo que se deve aprender a fazer”**.

Pela referida moção e face à iminência do encerramento de algumas escolas no concelho de Tondela, propusemos, e nesse sentido esta Assembleia o aprovou, que a Câmara Municipal de Tondela, desenvolvesse todos os esforços junto do governo português no sentido de garantir em funcionamento as escolas com mais de 21 alunos inscritos, a saber EB de Caparrosa, EB de Tourigo e EB de Vilar de Besteiros.

Dois meses decorridos e iniciado o ano letivo, não podemos deixar de reconhecer esse esforço por parte do executivo camarário, particularmente na pessoa do senhor presidente da câmara, que tem a seu cargo tal pelouro, e que garantiu em funcionamento para o presente ano letivo as escolas de Dardavaz, Tourigo e Vilar de Besteiros. Importa pois vincar a atuação do senhor presidente da Câmara em todo o processo, particularmente destacar a via negocial porque optou, sem grandes ruídos, provando que o PSD de Tondela, não segue o caminho do populismo e demagogia fáceis, antes faz, realiza e concretiza no interesse das populações. Afinal, **“é fazendo que se aprende a fazer aquilo que se deve aprender a fazer.”**





02006
UNANIMIDADE
[Handwritten signatures]

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas. e Exmos. Membros desta Assembleia

VOTO DE RECONHECIMENTO

Ao lembrarmos alguns dos vetores fundamentais de desenvolvimento do nosso concelho e os momentos de difícil decisão da parte de quem se encontra ao leme do município e, indo de encontro à cerimónia evocativa do feriado municipal, no dia 16 de setembro, com eleitos e representantes das populações do concelho de Tondela, não podemos, de forma alguma, olvidar os trágicos acontecimentos do Verão de 2013, que perdurarão, para sempre, na memória do tempo.

O nosso concelho foi atingido de forma clamorosa pelos trágicos incêndios que esventraram a magnífica beleza da nossa Serra do Caramulo. Foram prejuízos incalculáveis que as nossas populações sentiram na pele e no seu percurso de vida.

MAS,

MAIS DOLOROSA, AFLITIVA E INESQUECIVEL foi a perda da vida dos valentes soldados da paz que pereceram no combate aos fogos florestais desse fatídico Verão.

Como os intrépidos soldados da paz costumam afirmar:

- SABEMOS QUE VAMOS! Não sabemos se voltamos!

Também nós, imbuídos do espírito do poeta Camões queremos deixar aqui o nosso contributo para que a memória desses abnegados jovens “SE VÁ DA MORTE LIBERTANDO” e que não nos esqueçamos da razão pela qual deram a sua vida.

Hoje, em nome da população do concelho de Tondela, queremos de forma sentida manifestar as nossas condolências e o nosso apreço aos familiares dos Bombeiros Voluntários, tragicamente falecidos nesse fatídico incêndio da serra do Caramulo, do Verão de 2013.

A lembrar:

Bernardo Manuel Santos Cardoso - Bombeiros Voluntários do Carregal do Sal

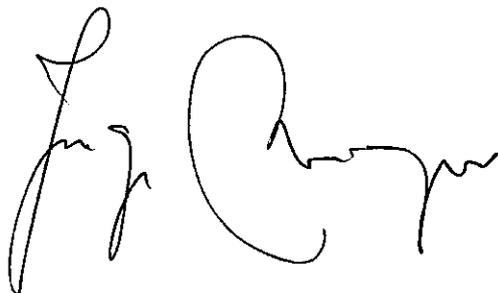
Cátia Pereira Dias - Bombeiros Voluntários do Carregal do Sal

Bernardo Albuquerque de Vasconcelos Figueiredo - Bombeiros Voluntários do Estoril

Ana Rita Abreu Pereira - Bombeiros Voluntários de Alcabideche.

Aos seus familiares pela perda incalculável dos seus entes queridos e a todos os heroicos soldados da paz, sempre prontos na defesa das populações e do seu património, sempre espelhando o altruísmo de quem pelos outros se empenha e quantas vezes dá a vida, **queremos deixar aqui o nosso sentido reconhecimento pelo seu abnegado espírito de luta e pelo incansável empenho e esforço que manifestam, sempre que sentem o grito de alerta para a defesa das nossas gentes e dos bens.**

BEM HAJAM e que lá no alto sintam o nosso agradecimento.





arexof

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa
Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José António,
Srs. Deputados Municipais, Srs. Vereadores, Comunicação Social

Começo por felicitar o Município de Tondela e a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho pela iniciativa de descentralizar a Assembleia Municipal e trazê-la para um dos limites do concelho, parece-me um sinal importante para estas localidades mais isoladas, demonstra uma profunda preocupação com a coesão territorial e com estas populações que sentem a interioridade como ninguém.

Com certeza o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não escolheu a data para esta realização ao acaso, esta Assembleia Municipal acontece num dia particularmente interessante para a vida política portuguesa, um dia que a todos deve importar, pois todos os acontecimentos que se foram sucedendo ao longo dos últimos tempos trazem novas reflexões, novos posicionamentos e acima de tudo elementos novos para aquele que é o nosso futuro coletivo.

Nada melhor que fazer um pouco de pedagogia e contar-vos aqui um momento histórico que aconteceu há alguns séculos, mas que recentemente foi trazido a público por um partido com assento nesta assembleia; e que, tenho que admitir, me causou imensos calafrios, pois eu pensava sinceramente que o novo estado islâmico ainda não tinha células no nosso distrito.



Claudio
A

Todos já deverão ter ouvido falar da Conspiração da Pólvora, que aconteceu em 1605 no Reino Unido e cujo plano era fazer explodir o parlamento inglês a 5 de Novembro. Guy Fawkes foi no entanto apanhado pelas autoridades quando montava o ataque com 36 barris de pólvora na assembleia britânica.

Este acontecimento deu origem ao filme V for Vendetta, em português V de Vingança, que conta a história de alguém que defende a anarquia e que teima vingar-se do estado, através de ações diretas e violentas contra um regime.

Foram inúmeras as frases imortalizadas que ficaram com este pedaço histórico, e caros deputados, qual o meu espanto quando, na semana passada, vejo responsáveis partidários utilizarem uma expressão desse conhecido vingador, e com uma particularidade, dita de forma contrária. Dizia ele, o dirigente local, que, e passo a citar: “Um governante deve ter medo do seu povo, mas o povo não deve ter medo do seu governante”. Para que não haja dúvidas, a frase que esse tirano utilizou em busca daquela liberdade que felizmente nós conhecemos hoje, e volto a sublinhar o tirano do filme V de vingança foi: **“O povo não deveria ter medo dos seus governantes, e sim os governantes terem medo do seu povo”**.

Tenho que admitir que esta linguagem me assustou, um filme de vingança, clima de medo, tirania, atentados com pólvora, assassinatos, explosão de assembleias, só me resta concluir que ainda bem que o Senhor Presidente não agendou nenhuma Assembleia Municipal para o dia 5 de Novembro, não fossem eles comemorar a data com um atentado e não ficaria nenhum deputado em Tondela para discutir o futuro do território.



Cherul
Q
\$

Já o disse por inúmeras vezes neste plenário, sou neta de Abril, vivo em democracia, respeito opiniões convergentes e divergentes, mas acima de tudo respeito a vontade dos cidadãos e as suas escolhas, que deixaram bem claro qual a melhor solução para o Concelho de Tondela.

Não é a primeira vez que, e vindo de diferentes quadrantes políticos, se tenta mistificar que existe um clima de medo, o tal terrorismo que paira sobre a civilização, teimam em afirmar que as pessoas não votam em plena consciência, querem a todo custo dizer que o voto não foi livre.

A estratégia populista de utilizar o medo como argumento.

A demagogia de ter como projeto apenas aquela expressão de combater poderes ocultos e instalados.

O fazer política apenas com expressões populares, que não têm uma ideia, mas que contêm aquelas palavras brejeiras, popularuchas, carregadas de vingança e não de paixão como nos quiseram iludir, começam a ser uma árvore que já deu frutos.

De que valerá a António Costa vitimizar-se e fazer do populismo a sua arma?

Apenas analisar um estilo que foi toldando a política portuguesa, e que começa a cair em desgraça, pois as responsabilidades governativas e os cargos executivos não se coadunam com vitimizações, prendem-se sim com responsabilidade e ações.

Em suma, tenho a certeza que todos os autarcas que andam nestas funções o fazem por profunda paixão, que amam e sentem o Concelho de Tondela como seu, por isso eu não quero



Handwritten signature in black ink, followed by a blue ink signature or stamp.

acreditar que alguém, deputado municipal, presidente de junta ou outro, de qualquer partido, se reveja e identifique com posições que usam frases de tiranos e que adoram fazer política com frases calorosamente populares, mas de uma mediocridade e um vazio inqualificável.

Termino, e para adequar o estilo, com uma frase do famoso filme V de Vingança, e que espero sinceramente que não se aplique a ninguém desta sala, “A nossa integridade é vendida por tão pouco”.

Vera Machado

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, restante mesa,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Sra. e Srs.
Vereadores, um cumprimento muito especial a todo o elenco da
junta da união de freguesias de São do Monte e Mosteirinho anfitriã
da presente sessão de trabalho, restantes membros da assembleia
municipal e demais presentes.*

Permitam-me nesta assembleia fazer eco de uma iniciativa ^{muito} ~~em~~ particular que corre termos num quadro mais vasto no qual o Governo tem procurado direcionar a sua atuação política no sentido de uma progressiva e ponderada transferência de atribuições e de competências do Estado não só para os municípios mas também para os respetivos fenómenos de associativismo.

Reporto-me ao programa «**APROXIMAR – Programa de Descentralização de Políticas Públicas**».

Naturalmente que todos reconhecemos a importância de discutir, mais do que as funções do estado propriamente ditas, a forma como as mesmas se concretizam e materializam mormente no domínio das relações do Estado com outros agentes, sejam públicos ou privados, com particular relevância nos mecanismos da prestação de serviços públicos às pessoas, às famílias e às empresas.

E assim no caso específico da administração local, o objetivo do Governo é, num cenário de profundo respeito pelo princípio da subsidiariedade, promover o reforço do municipalismo e dos fenómenos de associativismo intermunicipal, como o são as comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas.

O programa “*APROXIMAR*” visa acima de tudo colocar o cidadão no centro e acrescentaria eu, no centro localizado no seu território, onde vive, onde carece dos serviços... pretendendo assim revolucionar a relação dos serviços da administração pública com as pessoas.

Com a implementação da estratégia de reorganização dos serviços de atendimento da administração pública do programa *APROXIMAR*, o Governo estima **poupar entre 72 e 127 milhões de euros por ano nos custos de funcionamento**, representando 10% da fatura atual.

Essa poupança resultará, em primeiro lugar, da otimização do património do Estado, desde logo na **redução do custo de rendas pagas pelos serviços** da Administração Pública, mas também da gestão dos recursos humanos e dos custos de funcionamento.



Esta estratégia terá tido a virtualidade, inclusivamente, **de convencer a troika a abandonar, no memorando, a obrigação de encerramento das repartições das finanças.**

A implementação do Programa *APROXIMAR* será «progressiva e gradual» e o projeto piloto começará por quatro das 21 Comunidades Intermunicipais - escolhidas de acordo com uma seleção técnica - que são a do Oeste, Alto Tâmega, Região de Leiria e Viseu Dão Lafões, ficando a implementação nas duas áreas metropolitanas, Porto e Lisboa, para o final.

O que se pretende é então a criação de uma loja do cidadão em cada concelho e de espaços de cidadão em zonas mais periféricas do mesmo território.

Outra modalidade também prevista é o "porta-a-porta", que passará pela disponibilização de transporte às pessoas que tenham dificuldade de mobilidade e precisem de se dirigir pessoalmente a serviços públicos de atendimento distantes das suas residências.

Oxalá se alcancem os objetivos almejados porquanto os mesmos são inequivocamente uma mais-valia para o cidadão em particular e para os municípios no geral podendo trazer uma nova dinâmica às populações e um grau de satisfação e de eficácia na resolução das questões do seu quotidiano.

Por fim permitam-me ainda um pouco mais da vossa atenção para **alguns indicadores económicos que não poderíamos deixar de registar sobretudo pelo significado que encerram.**

Em 12 de Setembro pretérito Portugal registou a segunda maior **subida do emprego** na zona euro, com crescimento de 0,9% face ao primeiro trimestre do ano, segundo o EUROSTAT.

A **produção industrial** cresceu, em Julho, 2,2% na média da Zona Euro, o que significa um acelerar do crescimento, já que em Junho o aumento tinha sido de 0,2%. Na União Europeia o aumento foi também de 2,0%, o que também representa um acelerar do crescimento geral.

O país que mais aumentou a sua produção industrial foi a Irlanda ocupando Portugal o terceiro lugar, onde a produção industrial aumentou 3,6%, o maior aumento desde Abril.

O **PIB cresceu** 0,6% em Portugal no 2.º trimestre numa altura em que a zona euro apresenta um crescimento nulo.

Interessante é a percepção internacional sobre Portugal revelada no **salto de 15 posições de Portugal no ranking de competitividade**

A **redução da taxa de desemprego** de 17,7% (previsão inicial do Orçamento do Estado para 2014) para 13,9% (dados do INE referentes ao segundo trimestre), o aumento das exportações, o turismo "a bater recordes históricos" e a "confiança" dos agentes económicos são, para o governante, "sinais de esperança".

Os juros da dívida soberana de Portugal descem em todos os prazos.

Continuamos contudo aquém do desejável para uma recuperação mais rápida da economia nacional. Mas estes dados não poderão deixar de ser considerados num debate político sério sendo certo que contrariam as habituais declarações derrotistas da oposição que deveriam reconhecer e valorizar por uma questão de honestidade intelectual como sinais positivos que se veem acentuando e a apoiar os esforços feitos pelos portugueses e pelas empresas no sentido de se conseguir uma recuperação sustentada da situação económica e financeira do nosso País.

Estes dados encorajadores são motivos de confiança e esperança no futuro mobilizando os dirigentes, militantes e simpatizantes do PSD e de todos os portugueses que querem vencer a crise para este novo tempo que começámos a construir em Portugal, em torno de uma agenda de futuro apontando a natalidade, os problemas dos deficientes, a coesão territorial, a

economia social, a economia verde, a agricultura e o mundo rural, o crescimento económico e o programa de reindustrialização como linhas desse programa.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page. The signature is cursive and appears to be 'Cristiana', with initials 'C.M.' below it.

- Sr. Presidente A.M.
- Leitores vereadores da mesa
- Sr. Presidente de Câmara
- Sr. Vereadores
- Caros colegas e especial o
- Sr. Presidente de União de freguesias de S. João do Norte e Mosteirinho que nos acolhe:
- Natalício público
- Comunicações social

① *(Handwritten signature/initials)*

No passado dia 26 de Setembro o Conselho Nacional do PSD reuniu para analisar, ~~de~~ e debater o relatório apresentado a 15 de Julho ao Porto, pela Comissão Independente para uma política de utilidade em Portugal. Este desafio tinha sido colocado pelo Presidente do Partido, Dr. Pedro Passos Coelho no Congresso do PSD, ~~relatório~~ a que chamou desígnio nacional.

Não posso estar mais de acordo com a desígnio ~~que~~ isto que o problema com que nos batemos atravessa toda a sociedade portuguesa e não tem ideologia política tem sido fracos consequências em nível de cobrir

vivência da nossa identidade como povo, da
nossa economia, do estado social e da di-
tribuição populacional pelo todo nacional.

As ISS refletem a sentença e o impacto da
desertificação são a reflexão do interior e
dentro desta ou mais isolada. A falta de
crianças leva ao encerramento das escolas,
a falta de motivação para fixação de famé-
lias nessas aldeias e até já em sede de
frequência.

O relatório está suficientemente bem feito
para se dispensar, pois qualquer um pode
ter acesso a ele pela internet, de referências
indesimilmente os ~~dados~~ ^{medidas} propostos para
discussão.

O que refletirá conosco após era uma
abordagem que passa pelo papel ^{essencial} de mulher
nesta questão.

A Mulher enquanto ser é essencial para
que possamos existir crianças. Ainda não foi
eventado, graças a Deus, nenhuma incubado-

Na parte a substituir e começar a "fabricar as
cas" sem limite. ②

É portanto ~~essencial~~ fundamental que se pense
se nos países, nos países que levaram à
abandono de mulher no papel de mãe. ③

É apenas 3 gerações, correspondentes à de
meia mãe, meia e das meias filhas,
tudo se modifica para as mulheres portu-
guesas.

A geração de meia mãe foi educada pa-
ra ser mãe e dona de casa. Pouca era a
de mulheres empregadas e até mesmo as
com carreira profissional e curso superior.
Depois a sua 1ª missão era procriar (tempo
de Salazar). Toda a sociedade enaltecia
este papel e promovia esta função.

Na geração seguinte, a meia, até com o
25 de Abril, a mulher passou a ter outros
horizontes, outros estatutos, outros objetivos

A carreira profissional começa a ser falada, o ac-
so do ensino de democratizar-se, os valores anti-
disciplinários aparecem e a mulher co-
meça a ambicionar outras possibilidades
para a sua vida.

A geração actual, a das minhas filhas, já
foi educada num ambiente totalmente diferente.
As mulheres são hoje incalculáveis ~~em~~
níveis em profissões até agora só destina-
das aos homens. São valorizadas na so-
ciedade pela sua prática profissional (não
nos podemos esquecer que o estatuto de
dona de casa foi sempre muito maltratado,
seja remunerada, seja não, faz parte
do pessoal não-activo).

São livres de escolher se querem ou não
ter filhos.

Esta sociedade tem valorizado muito
pouco a condição de mulher-mãe. Tem

com peritos para ajudar a colocar o
problema no Centro das preocupações do
português.

Espero que os outros partidos <sup>as organizações
e o de solid
a cidade</sup>
avancem as propostas
este desafio e ~~conveniente~~; se esta
selecção tem diálogo que permite uma
moderação rápida e suficiente para inventar
a queda.

29 / Setembro / 2010
Mareia Sáez

EXMºS:

- SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;
- SR. PRESIDENTE DA CÂMARA E SRS. VEREADORES;
- SRS. MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:
- CAROS COLEGAS PRESIDENTES E VOGAIS DAS JUNTAS DE FREGUESIA;
- COMUNICAÇÃO SOCIAL;
- PÚBLICO PRESENTE;
- CARAS AMIGAS E AMIGOS:

Começo por saudar-vos e agradecer a presença de todos na União das Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho.

É com enorme prazer, que vos recebemos.

Obrigado por terem escolhido esta freguesia, para a realização desta Sessão da Assembleia Municipal.

Parece que foi ontem, mas no entanto, já passou quase um ano desde que começou este mandato.

Um ano de entrega e trabalho intenso. Deixo aqui uma palavra de reconhecimento aos meus vogais de Junta. Paula e Casimiro obrigado pela vossa dedicação e lealdade.

Agradeço a Assembleia de Freguesia, pela confiança que tem demonstrado e pela sua atitude construtiva.

Para o Presidente da Assembleia, um agradecimento especial, pela sua atitude, disponibilidade e ajuda. Amigo Nuno: obrigado!

Este foi um ano especialmente difícil:

Primeiro, a enorme tragédia, que foi o fogo de 2013, que destruiu a nossa floresta, causando enormes prejuízos à nossa população. Mas foi também um momento em que todos nos unimos e talvez por isso não se verificaram perdas humanas.

Um agradecimento especial a todos Bombeiros, mas em especial aos da nossa Secção, esses seres humanos, que dão tudo a troco de quase nada!

Obrigado também à Protecção Civil do nosso concelho.

Perdeu-se uma parte do potencial produtivo da nossa freguesia.

Foi necessário concentrar os meios ao nosso dispor, na tentativa de serem resolvidos os problemas mais graves.

Depois tivemos as grandes chuvas de Inverno e devido à instabilidade dos terrenos, causada pelo fogo, as enormes enxurradas, que danificaram várias infraestruturas, com especial relevo, para vias de acesso.

Agradeço à Câmara Municipal, a sua acção rápida, na ajuda à reparação de alguns danos, nomeadamente através da elaboração de candidaturas a várias entidades públicas.

Sr. Presidente da Câmara: já algo foi feito, mas muito ainda há para fazer. Como sabe a nossa área geográfica é muito grande e muito há ainda para fazer, nomeadamente na preservação da área que não ardeu e também nas faixas de protecção junto das áreas habitadas. Contamos com o apoio da Câmara!

Aproveito para lhe pedir, que interceda, junto dos organismos oficiais, para que verba destinada ao pagamento dos prejuízos causados aos

particulares, (nomeadamente canalizações destruídas), seja disponibilizada o mais rapidamente possível.

A nova realidade, decorrente de uma Revisão Administrativa, injusta e que não teve em atenção o bem-estar das populações, resultou na união das freguesias de São João do Monte e Mosteirinho.

Este facto, aliado a uma Lei Autárquica, que em alguns casos, nos limita, devido a burocracias e regras, pouco flexíveis, são mais um obstáculo.

Mas os desafios são para encarar de frente e para vencer.

Mais uma vez obrigado à Câmara e aos seus serviços, que nos apoiaram nesta fase de transição.

Dois exemplos, de que não estamos a ser esquecidos:

- a intervenção de fundo, que vai ser feita na estrada Cruzinha – Daires – Souto – Corte, cujo traçado acabamos de visitar;
- a requalificação do adro da nossa igreja matriz, obra lançada no anterior mandato e já em fase de conclusão.

Sr. Presidente da Câmara, Sra. e Senhores Vereadores, Sr. Presidente e caros membros da Assembleia Municipal: agradecemos o que está a ser feito, mas queremos mais e melhor para a nossa terra, nomeadamente:

- Construção, requalificação e manutenção de acessos (municipais, urbanos e florestais);
- Manutenção e construção de novos pontos de água;
- Reforçar o apoio à Secção local dos Bombeiros;

-Pressão junto das entidades competentes, para que a nossa Extensão de Saúde funcione em pleno e para que sejam repostos os serviços de enfermagem e materno-infantil. Aproveito para informar, que está em circulação um Abaixo-assinado, promovido pela nossa Assembleia de Freguesia, no sentido de exigir aquilo a que temos direito em termos de saúde.

-Requalificação da rede elétrica;

-Requalificação do espaço da Feira;

-Requalificação de património urbano e religioso;

-Requalificação da Praia Fluvial de Paraíso;

-Requalificação de infraestruturas desportivas (Campo da Feira e Polidesportivo);

-Apoio ao movimento associativo, recreativo e desportivo da União das Freguesias (Associações, Comissões de Festas, etc.);

-Aquisição de nova carrinha, para transporte de alunos e serviço do Centro de Dia (apoio domiciliário);

-Aquisição de carrinha 4 x4 , para substituir a que foi roubada;

-Requalificação da rede e tratamento da água para consumo humano.

Temos noção dos tempos difíceis que vivemos e das limitações financeiras daí resultantes.

No entanto, sabemos, que quando o homem sonha, se empenha e trabalha, a obra nasce.

Mais uma vez o meu muito obrigado pela presença de todos.

Tenho dito.

0202011

Cláudio
R
A

DECLARAÇÃO DE VOTO

A PESAR DE NÃO TERER VOTADO FAVORAVELMENTE
A RESOLUÇÃO EM CAUSA, VOTAMOS AGORA A SUAS
IMPLEMENTAÇÕES, POR SE TRATAR DE DAR
CUMPRIMENTO A UMA DECISÃO DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL.

NA ALTIMA DAS FORTES FAVORAVELIS A RESOLUÇÃO
PODE SER ENTENDIDA NÃO SER ESSA A
FUNDAÇÃO PRESTA DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA
DO PREÇO DO AIGUS NO NOSSO CONCEITO.

PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PS

Cláudio

2014.09.26
Câmara Municipal de Tondela
Q
A

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 27 de junho a 26 de setembro 2014)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 30 de junho, realizaram-se diversas reuniões, das quais se salientam as seguintes:

- com responsáveis de empresas: Civibérica, Floponor, UCB, Rui Costa e Sousa Irmão, Lda, Joaninha, José da Costa e Filhos, Lda, Hipermercado “Continente Bom Dia”, Enfermédica, Gialmar;
- presença nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Tomaz Ribeiro e Cândido de Figueiredo;
- com responsáveis do Jardim de Infância de Tondela;
- Tomada de posse do Comandante dos Bombeiros Voluntários do Vale de Besteiros;
- do Conselho Executivo da CIM Viseu Dão Lafões;
- com responsáveis do banco Caixa Geral de Depósitos;
- com a Sr^a presidente da CCDRC, Prof Dr^a Ana Abrunhosa;
- do Conselho Diretivo da Ecobeirão;
- com os Presidentes de Junta ou Uniões de Freguesia de Caparrosa / Silves, Tonda, Santiago de Besteiros, Castelões, Molelos, Barreiro / Tourigo;
- com responsáveis da Fundação Abel e João Lacerda;
- na conferência “Cultura, inovação e valorização dos recursos territoriais no Portugal 2020”;
- no evento “Prove Viseu Dão Lafões”;
- na inauguração da empresa “Bricocereja”;
- com elementos da família Almeida Cardoso;
- instalação do Conselho Municipal da Juventude;
- com responsáveis do “Recreio do Caramulo”;



- no Conselho Municipal de Educação;
- visitas de trabalho ao Fial, para avaliação da rede de águas residuais; à extensão de saúde de Canas de Santa Maria; à empreitada da Ex-ER230; a obras em curso no concelho; a obras na União de Freguesias Vilar de Besteiros / Mosteiro de Fráguas; ao Clube Atlético de Molelos;
- com responsáveis da Agência Portuguesa do Ambiente, em Coimbra, no âmbito de licenciamento de ETARS;
- com responsáveis dos Bombeiros Voluntários do Vale de Besteiros;
- com a Juíza Presidente da Comarca de Viseu;
- com responsáveis da Cooperativa Vários;
- com responsáveis da REFER, em Lisboa;
- com responsáveis da Escola Profissional de Tondela;
- com responsáveis do ACES Dão Lafões;
- com o Sr. Padre Rocha;
- na conferência de imprensa da CIM Viseu Dão Lafões no âmbito do “Equipamento de Proteção Individual”;
- na inauguração do pavilhão Multiusos de Felgueira, a convite do Sr. Presidente da Câmara de Mortágua;
- do Conselho Estratégico da CIM Viseu Dão Lafões;
- na inauguração do monumento alusivo ao Frango do Campo, a convite do Sr. Presidente da Câmara de Oliveira de Frades;
- na homenagem aos bombeiros falecidos no incêndio da Serra do caramulo, inserida nas comemorações do feriado municipal de Carregal do Sal;
- na apresentação do “Portal de Transparência Municipal”, em Lisboa;
- com representantes da Secretaria de Estado da Administração Local, no âmbito do programa “Aproximar”;
- com pais, encarregados de educação e presidentes de Junta e Uniões de Freguesia de Parada de Gonta, Dardavaz, Santiago de Besteiros e Caparrosa/Silvares , no âmbito da proposta de encerramento das escolas

do 1º Ciclo do Ensino Básico, proveniente do Ministério da Educação e Ciência;

- com os diretores dos dois Agrupamentos de Escolas de Tondela;

- da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

- Ponto de situação das intervenções no âmbito do FEM e Proder

Plano de valorização ambiental da Serra do Caramulo

Reuniões desenvolvidas com o ICNF para articulação de implementação de medidas de fiscalização, ordenamento e planeamento florestal

Acompanhamento da execução dos trabalhos no âmbito das candidaturas realizadas ao FEM /PRODER para recuperação das áreas ardidas:

a) Fundo de Emergência Municipal:

Como podemos observar durante a visita os trabalhos de recuperação de bermas e taludes estão na sua fase final, decorrendo neste momento trabalhos na EM1510 entre Almofala e Abóboda, tendo-se definido em termos de programação serem os últimos a realizar. Estes trabalhos, nas várias freguesias, totalizam um valor de cerca de 330.000,00€.

Ainda durante a visita foi possível conhecer também os trabalhos relativos á recuperação de caminhos, nomeadamente em Malhapão. Como também podemos observar, aqueles que eram os trabalhos previstos inicialmente aquando a realização da candidatura, e por força da necessidade de remoção da madeira ardida e conseqüente utilização dos caminhos por parte dos madeireiros, sofreram significativas alterações, tendo aumentado de uma forma exponencial o seu grau de degradação; Neste contexto referem-se trabalhos como recuperação de valetas, aquedutos, plataforma sendo muitas vezes necessário o saneamento de solos. Os trabalhos realizados neste domínio totalizam um valor de 77.334,2€. Encontram-se também concluídos os trabalhos de recuperação da sinalização informativa.

Encontra-se em fase de procedimento concursal a recuperação da estrada Municipal Cruzinha-Corte, cuja intervenção irá rondar cerca de 370.000,00€.

No que se refere às candidaturas realizadas ao PRODER no âmbito da recuperação da área ardida, como é conhecido foram realizadas 6 candidaturas, cujo valor apresentado sofreu uma redução em sede de aprovação correspondendo neste momento a investimentos na ordem dos 820.000,00€. Sobre esta matéria, encontram-se em fase final os procedimentos concursais sendo previsível o início dos trabalhos durante a segunda quinzena de outubro.

- Ficton

A Feira Industrial e Comercial do Concelho de Tondela é o certame de maior dimensão, de maior expressividade, relevância e projeção que o Concelho anualmente apresenta.

Assim, em mais uma edição, a Ficton foi a montra da afirmação de vitalidade dos serviços e da indústria do nosso território, onde se projetaram as áreas de desenvolvimento associadas à valorização dos produtos locais e da gastronomia, mas também as mais importantes indústrias e empresas sediadas no concelho.

De igual forma, estiveram presentes na Ficton o movimento associativo concelhio, as Freguesias e a Feira de Artesanato, que inclui as Artes e Ofícios Tradicionais e o Artesanato Contemporâneo.

A Ficton é também por excelência o evento que serve para divulgar a grande força criativa e a capacidade de atracção dos potenciais investidores no Concelho.

A programação cultural e musical, com uma esmerada e atrativa escolha de artistas de renome nacional, a par de espetáculos com grupos locais que reforçam a nossa identidade e a dimensão artística do nosso território, fazem das festas do Concelho uma força empreendedora dentro do nosso território.

- Reorganização da rede escolar

Na sequência da proposta emanada pelo Ministério da Educação e Ciência para a reorganização da rede escolar, nomeadamente no que respeita às escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância, o Município

Handwritten signature and initials in the top right corner.

desenvolveu um trabalho de forte sensibilização com os serviços do Ministério da Educação e Ciência, em particular com a DGESTE, tendo por base uma análise profunda e específica de cada situação e uma forte articulação com os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, pais e encarregados de educação envolvidos e os diretores dos Agrupamentos de Escolas do concelho.

Assim, as várias reuniões desenvolvidas, que decorreram num clima de cooperação, responsabilidade e com espírito construtivo, procurando respostas agregadoras e pedagogicamente sustentadas, onde tivemos presente, sobretudo, a defesa do interesse dos alunos e o seu sucesso no processo de ensino-aprendizagem.

Não podemos deixar de reconhecer que houve situações em que, por ser tão diminuta a frequência de alunos e a heterogeneidade de níveis no mesmo grupo de alunos, pedagogicamente, os serviços manifestaram reservas quanto ao funcionamento de determinadas escolas em tais características.

A serenidade, o equilíbrio, a ponderação e a capacidade de diligência foram determinantes para os resultados alcançados, privilegiando o diálogo ao invés de um confronto institucional.

E os resultados demonstraram a nossa razão e da nossa estratégia.

Neste contexto, foi possível encontrar soluções de compromisso, que satisfazem o desejo de proximidade ansiado pelas populações, sem comprometer as condições pedagógicas essenciais para o sucesso escolar e para o bem-estar dos alunos, funcionando as escolas em causa em dependência funcional direta dos respetivos Agrupamentos.

A situação atual relativa aos índices demográficos negativos e à conseqüente diminuição da população escolar, levam-nos a refletir sobre a reformulação da nossa Carta Educativa, que como já referimos na última Assembleia Municipal, foi já elaborada assumindo um carácter evolucionista.

Este trabalho de ajustamento da Carta Educativa à realidade social e demográfica que vivemos, e que se prevê venha a existir no futuro, exige uma reflexão profunda e ponderada, cujos resultados terão necessariamente de advir das contribuições de todos os agentes educativos locais.

- Novo quadro de apoios comunitários

A Estratégia EUROPA 2020 procura congregar todos os Estados Membros da União Europeia, e as suas Regiões, ao longo da próxima década, em torno de uma **trajetória de crescimento** assente nas seguintes **prioridades** comuns e partilhadas:

- (a) o conhecimento e a inovação, para que o crescimento seja Inteligente;
- (b) uma economia de baixo carbono em termos de recursos e competitiva, para que o crescimento seja Sustentável;
- (c) uma economia com altas taxas de emprego e que assegure a coesão social e territorial, o aumento das qualificações, e a luta contra a pobreza, para que o crescimento seja Inclusivo.

Estas prioridades traduzem-se em **cinco metas**, incluindo no caso de Portugal os valores que constam do PNR - Plano Nacional de Reformas (entre parênteses apresentam-se os resultados a alcançar por Portugal até 2020):

1. **Empregabilidade:** 75% da população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos deve estar empregada (75%);
2. **Intensidade em Investigação e Desenvolvimento (I&D):** 3% do PIB da UE deve ser investido em despesas de I&D (2,7% a 3,3%);
3. **Nível de educação:** a taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da população dos 30 aos 34 anos deve ter formação superior concluída (10% e 40%, respetivamente);
4. **Inclusão social:** 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza e de exclusão (200.000);
5. **Clima e energia:** cumprimento dos objetivos em matéria de clima e energia "20/20/20", com o conseqüente aumento da eficiência energética em 20%, redução das emissões de gases com efeito estufa em 20%, face aos níveis de 1990 (30% se as condições o permitirem), e aumento para 20% da presença de energias renováveis no consumo final (redução do efeito de estufa em 1%; 31% de energias renováveis; aumento da eficiência energética em 20%).

Prioridades Nucleares

- **Sustentar e reforçar a criação de valor**, através de uma nova dinâmica produtiva e empreendedora;
- **Estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão**, indutora da inovação, do crescimento e da competitividade, capaz de articular e valorizar a sua diferenciação e especialização;
- **Afirmar um tecido económico industrializado e exportador**, assente numa competitividade produtiva direcionada para os mercados internacionais e na substituição de importações por produtos nacionais;
- **Reforçar a coesão territorial**, através de uma redução das disparidades e das assimetrias territoriais existentes, combinando os vetores de coesão económica e social com a coesão territorial e o equilíbrio ambiental;
- **Gerar, captar e reter talento qualificado e inovador**, apostando na capacidade de educar os jovens, na existência de condições para promover a sua fixação e na captação de talento exterior;
- **Dar vida e sustentabilidade às infraestruturas existentes**, por via da promoção de atividades que lhes confirmam maior utilização, suprimindo carências das populações e promovendo o emprego, nomeadamente através de processos de refuncionalização;
- **Consolidar a capacitação institucional**, melhorando o desempenho das organizações na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, através da qualificação dos seus recursos humanos, da utilização de novos métodos de trabalho e do funcionamento em rede, baseado em verdadeiras parcerias.

Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020

Eixos prioritários

Eixo 1: Investigação, desenvolvimento e inovação (IDEIAS)

Eixo 2: Competitividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR)

Eixo 3: Desenvolver o potencial humano (APRENDER)

Eixo 4: Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR E CONVERGIR)

Eixo 5: Fortalecer a coesão social e territorial (APROXIMAR E CONVERGIR)

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)

Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)

Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)

Eixo 10: Assistência técnica

Assim, neste quadro, os novos fundos comunitários estarão mais vocacionados para o apoio à atividade económica e às empresas, bem como para iniciativas locais de emprego, que apostem nos recursos endógenos, em particular na produção de produtos que tenham por base a valorização de recursos do território, pelo que teremos de alterar paradigmas e expectativas relativamente aos modelos de investimento para o futuro.

- Programa “Aproximar” - Programa de Descentralização de Políticas Públicas

Os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões farão parte do projeto piloto que irá implementar o programa Aproximar que prevê a instalação de uma Loja do Cidadão por Município, bem como a criação do Espaço do Cidadão nas Freguesias que dispõem de recursos humanos permanentes, ou que estão mais distantes da sede do concelho.

Este programa não prevê o fecho de serviços, mas apenas a sua reorganização, para além de passar a disponibilizar serviços adicionais de atendimento, que até agora são inexistentes, e que respondem ao perfil do Município e das necessidades da sua população.

Este programa contempla também a implementação de soluções de mobilidade, nomeadamente o projeto “Portugal Porta a Porta”.

- Projeto piloto dos GIPs para fiscalização de rearborizações e faixas de proteção a aglomerados urbanos

Ações realizadas no âmbito da Proteção Civil e defesa da floresta contra incêndios

Acompanhamento da execução dos trabalhos no âmbito das candidaturas realizadas ao PRODER para execução de faixas de gestão de combustíveis:

Conclusão da execução de faixa de gestão de combustível da rede primária 2ª fase – 51.038,04€+IVA

Continuação da execução de faixas de gestão de combustível na rede secundária – 78.663,90€+IVA

Avaliação e acompanhamento de intervenções realizadas em caminhos flores no âmbito da sua beneficiação: Castelões, Guardão

Reunião com os GIPS para implementação de projeto piloto para a operacionalização de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, previsto no DL 124/06 de 28 de junho, com a última redação dada pelo DL 83/2014 de 23 de maio, em conjunto com o Município de Tondela. Este projeto tem como objetivo a realização de ações de sensibilização em conjunto com os Gips, Proteção Civil Municipal e juntas de freguesia, junto da população de modo a promover a limpeza de terrenos localizados nas faixas de proteção aos aglomerados populacionais, divulgando e sensibilizando a população para a prevenção dos incêndios florestais.

Em termos operacionais irão ocorrer ações de informação junto da população sobre os locais onde se localizam as faixas de proteção realizadas por uma equipa constituída pela e posteriormente a equipa dos Gips irá contactar os proprietários dos terrenos inseridos nas faixas de proteção, identificando as parcelas de terreno para posterior realização de cadastro e eventual notificação de infratores.

Informação sobre a Situação Financeira do Município

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apresenta-se de seguida a informação relativa à situação financeira do Município de Tondela, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2014 a 22 de setembro de 2014.

1 - RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2014 a 22-09-2014

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (72,60%)
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%	(4) = (3)-72,60%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.256.501,00	3.818.240,61	89,70%	17,10%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	113.841,00	59.283,59	52,08%	-20,53%
04	TAXAS, MULTAS E O. PENALIDADES	279.186,00	129.071,33	46,23%	-26,37%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	43.661,00	6.305,07	14,44%	-58,16%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.939.126,00	8.536.337,79	71,50%	-1,10%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	417.385,00	233.590,22	55,97%	-16,64%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.064,00	38.173,76	73,32%	0,72%
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	43.659,00	297,20	0,68%	-71,92%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.757.277,00	2.340.247,98	26,72%	-45,88%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	6.313,00	28.318,77	448,58%	375,98%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	40.459,00	20.171,97	49,86%	-22,74%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1.381.324,13	1.381.324,13	100,00%	27,40%
TOTAL		27.330.796,13	16.591.362,42	60,71%	-11,90%

Através do quadro síntese da execução orçamental da receita conclui-se que o Município de Tondela, no período em análise, regista uma taxa de execução da receita de 60,71%. Assim, face ao grau de execução padrão esperado (72,60%), verifica-se um desvio negativo de 11,9%. Contrariando a referida tendência de evolução, surgem os impostos diretos onde se destaca, sobretudo, a execução registada ao nível da derrama que no período em apreço regista já um

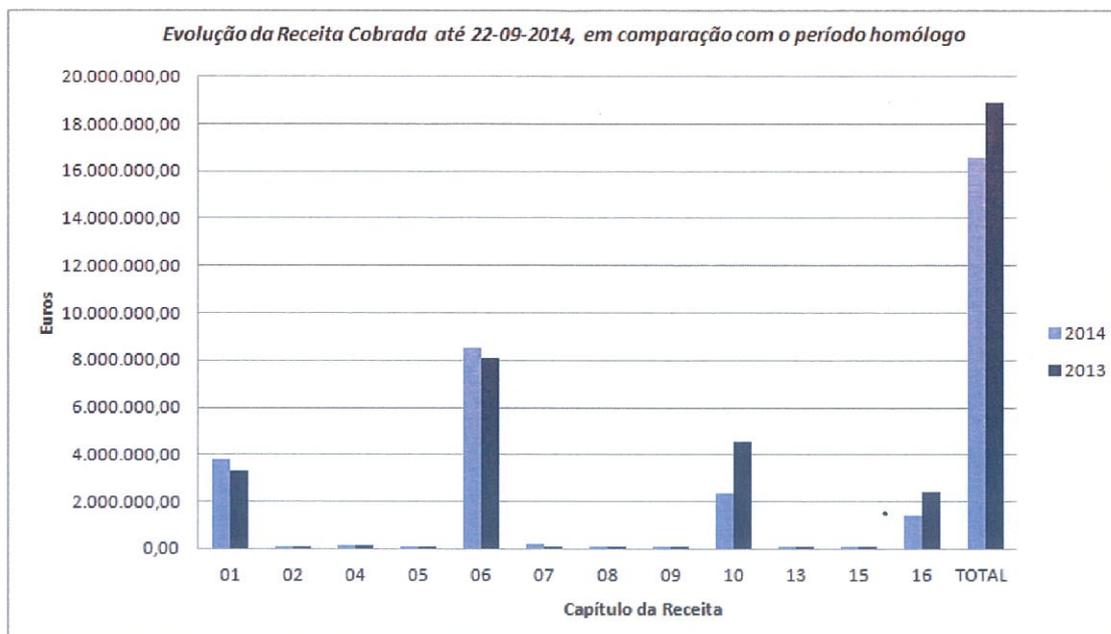
grau de execução de 149%, quando em igual período de 2013 este indicador se cifrava apenas nos 64%.

Em termos de valores absolutos, a execução global da receita atingiu cerca de 16,6 milhões de euros verificando-se que são, nesta data, as transferências correntes e os impostos diretos as componentes que assumem o maior peso na estrutura da receita cobrada, com um peso de 51% e 23%, respetivamente, reforçando assim o peso relativo que cada uma delas apresentava no anterior reporte, a 23-06-2014 (49% e 22%, respetivamente).

1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA COBRADA

Observando o gráfico abaixo, podemos concluir que, globalmente, o nível de cobrança registado pelo Município, até ao dia 22 de setembro de 2014, é bastante satisfatório contudo, quando comparado com o período homólogo, verifica-se uma arrecadação efetiva da receita inferior à registada em 2013, em cerca de 2,3 milhões de euros.

A variação em causa pode explicar-se por duas ordens de razão. Por um lado, a baixa execução do capítulo 10 - Transferências de capital, que comparativamente a 2013 apresenta uma execução inferior em cerca de 2,2 milhões de euros, variação que resulta não só do reajustamento registado ao nível da distribuição do FEF, conforme determinado pela Lei do Orçamento de Estado para 2014, como também, de algum abrandamento na execução física de projetos de investimento co-financiados, ou ainda da situação de reprogramação em que se encontram algumas obras já com execução física, tudo factos que, conseqüentemente, determinam atrasos na arrecadação das respetivas participações. Por outro lado, pela execução do capítulo 16 - Saldo da gerência anterior, que se apresenta inferior em pouco mais de 1 milhão de euros comparativamente a 2013, em larga medida influenciado pela correção do valor do alcance ocorrido em 2003 o qual, orçamentalmente, ascende a 826.623€.



2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da despesa que se apresenta verificamos que, no período em análise, o Município de Tondela apresenta um grau de execução de 53,36%, registando, assim, um desvio negativo de 19,24%.

Período 01-01-2014 a 22-09-2014

AGRUP.	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DOTAÇÕES CORRIGIDAS (1)	DESPESA PAGA (2)	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (3) = ((2)/(1))*100%	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (72,60%) (4) = (3)-72,60%
01	Despesas com Pessoal	4.948.233,56	3.566.909,95	72,08%	-0,52%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.213.261,44	3.861.384,91	62,15%	-10,46%
03	Juros Outros Encargos	74.929,00	59.946,43	80,00%	7,40%
04	Transferências Correntes	3.043.409,00	2.056.003,26	67,56%	-5,05%
06	Outras Despesas Correntes	316.465,00	258.104,50	81,56%	8,96%
07	Aquisição de Bens de Capital	10.181.070,13	3.445.468,84	33,84%	-38,76%
08	Transferências de Capital	873.205,00	543.608,01	62,25%	-10,35%
09	Activos Financeiros	-	-	-	-
10	Passivos Financeiros	1.570.123,00	768.810,90	48,97%	-23,64%
11	Outras Despesas de Capital	110.100,00	24.128,65	-	-
TOTAL		27.330.796,13	14.584.365,46	53,36%	-19,24%

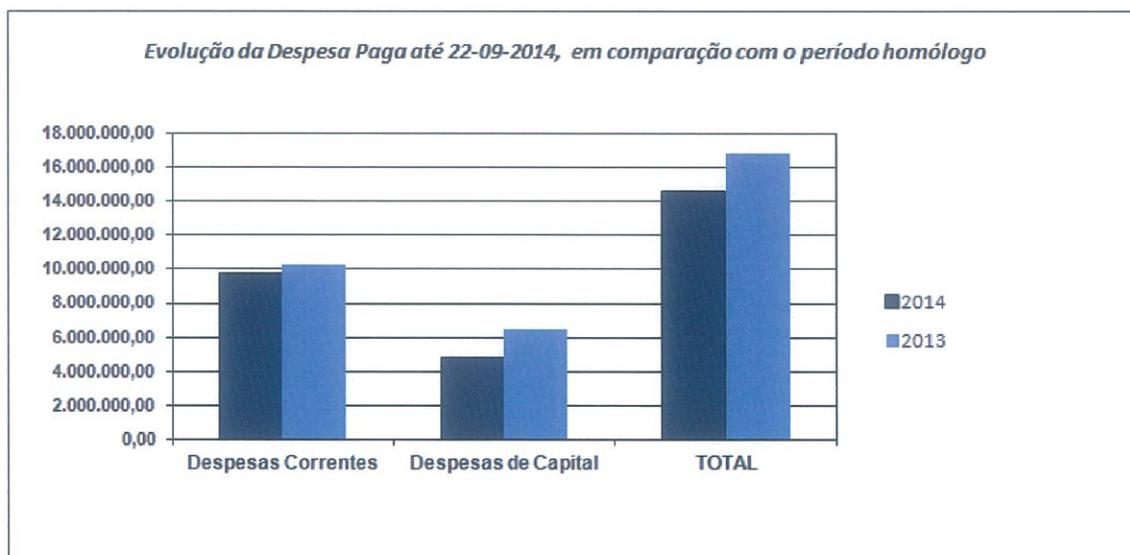
Handwritten signatures and initials in blue ink.

A execução da despesa atingiu no final do período em análise um total de aproximadamente 14,6 milhões de euros, sendo que o agrupamento de despesa que mais se destacou, em termos de valores absolutos, foi a Aquisição de bens e serviços correntes, com um total de despesa paga a rondar os 3,8 milhões de euros.

As Aquisições de bens de capital, com um total de despesa paga na ordem dos 3,4 milhões de euros, apresentam-se como o agrupamento de despesa com o desvio negativo mais significativo, em virtude do já referido abrandamento na execução física de algumas obras.

2.2 – EVOLUÇÃO DA DESPESA PAGA

Através do gráfico que se apresenta, é possível verificar que as despesas correntes e de capital evoluíram no mesmo sentido, ambas diminuíram face ao período homólogo. A diminuição das despesas de capital é, no entanto, muito mais significativa do que a ocorrida ao nível das despesas correntes, pelos motivos já antes apontados. Concluindo, e globalmente, a despesa paga pelo Município diminuiu cerca de 2,2 milhões de euros, quando comparada com o período homólogo, em respeito com a evolução da receita.



2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Alcides
Amor
R
B

No que respeita à execução dos compromissos verifica-se que no final do período em análise o Município já comprometeu cerca de 82,61% da dotação corrigida do seu orçamento.

Período 01-01-2014 a 22-09-2014

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
Despesas Correntes		14.596.298,00	13.244.277,13	90,74%
01	Despesas com Pessoal	4.948.233,56	4.842.859,47	97,87%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.213.261,44	5.082.168,69	81,80%
03	Juros Outros Encargos	74.929,00	67.478,94	90,06%
04	Transferências Correntes	3.043.409,00	2.951.012,17	96,96%
06	Outras Despesas Correntes	316.465,00	300.757,86	95,04%
Despesas de Capital		12.734.498,13	9.333.408,09	73,29%
07	Aquisição de Bens de Capital	10.181.070,13	7.161.744,03	70,34%
08	Transferências de Capital	873.205,00	711.100,19	81,44%
09	Activos Financeiros	-	-	-
10	Passivos Financeiros	1.570.123,00	1.436.435,22	91,49%
11	Outras Despesas de Capital	110.100,00	24.128,65	-
TOTAL		27.330.796,13	22.577.685,22	82,61%

Verifica-se, ainda, que no total dos compromissos assumidos são as despesas correntes que assumem o maior peso, cerca de 59% do valor total comprometido até à data, contra os 41% dos compromissos assumidos com despesas de capital.

Dentro das despesas correntes são, por sua vez, as despesas com pessoal que apresentam a maior fatia dos compromissos assumidos pelo Município, com um grau de execução de 97,87%, refletindo esta percentagem a assunção do compromisso pelo valor global da despesa estimada para todo o ano em curso.

Não obstante, tem todos os agrupamentos de despesa se registam graus de execução muito satisfatórios, a rondar os 90%, o que traduz claramente a política rigorosa de assunção de compromissos seguida no Município, com inscrição do valor integral de todos os compromissos assumidos.



2.4 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), a Assembleia Municipal aprovou, na reunião do dia 20 de dezembro de 2013, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;
- os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;

Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Assim, apresenta-se no quadro a seguir os compromissos plurianuais, desta natureza, assumidos desde o último reporte a 23-06-2013 até à data de reporte do presente relatório, ou seja, 22-09-2014.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS EM 2014

(ao abrigo da autorização prévia genérica concedida em 20-12-2013 pela Assembleia Municipal)

Descrição sumária do compromisso plurianual	2014	2015	2016
Despesa Extra GOP			
Estágios Emprego e/ou Contratos de Emprego-Inserção (CEI) e/ou Contratos de Emprego-Inserção* (CEI*)	34.804,81	43.704,17	
Projetos constantes nas GOP			
Fornecimento contínuo para instalação elétrica em BTN do Balneário Termal de Sangemil	24.653,88	8.218,03	
Protocolo de apoio celebrado com a Junta de Freguesia do Guardão - participação na aquisição de imóvel da sede da junta de freguesia	6.000,00	6.000,00	6.000,00
Protocolo de Colaboração no âmbito de execução e exploração dos serviços de transporte público coletivo de passageiros - transporte escolar na área pedagógica associada à EB 2,3 Prof. Doutor Mota Pinto	12.720,00	25.440,00	
Contrato de fornecimento no âmbito do projeto " Regime da Fruta Escolar" para o ano letivo 2014/2015	3.280,00	6.560,00	
Protocolo de apoio celebrado com a Junta de Freguesia de Santiago de Besteiros - participação das obras de reparação da calçada de acesso ao cemitério da freguesia	10.000,00	12.000,00	
Total dos compromissos plurianuais por ano económico	91.458,69	101.922,20	6.000,00

3 – CONCLUSÃO

Em face do exposto, conclui-se que o Município, no período em análise, apresenta já taxas de execução da receita e da despesa acima dos 50% (60,71% e 53,36% respetivamente). Valores estes que embora ligeiramente abaixo do esperado (72,60%) são, ainda assim, muito satisfatórios, considerando a pressão que habitualmente a execução orçamental sofre no último trimestre de cada ano.

Conclui-se ainda que o Município de Tondela apresenta, face ao período homólogo, uma diminuição tanto no lado da receita cobrada como da despesa paga, cerca de 2 milhões de euros em ambos os lados.

O Município continua a revelar uma enorme capacidade de gerar poupança corrente para financiar o seu investimento, visto que o valor da poupança corrente vem aumentando e consolidando em valores muito positivos, ultrapassado já os 3 milhões de euros no final do período em análise.

	Execução Orçamental em 23-06-2014	Execução Orçamental em 22-09-2014
Receita Corrente	8.517.760,27	12.821.002,37
Receita de Capital e outras	3.127.976,04	3.770.360,05
TOTAL DA RECEITA	11.645.736,31	16.591.362,42
Despesas Correntes	6.649.818,04	9.802.349,05
Despesas de Capital	3.106.619,75	4.782.016,40
TOTAL DA DESPESA	9.756.437,79	14.584.365,45
<i>Poupança corrente</i>	<i>1.867.942,23</i>	<i>3.018.653,32</i>

Tondela, 24 de setembro de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Tondela



(José António de Jesus)



ano 13

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela
Exmas. e Exmos. Membros da Mesa
Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia
Exmas. e Exmos. Membros desta Assembleia

Neste ponto da Ordem do Dia, e tendo presente o Relatório Financeiro apresentado e junto aos documentos que instruíram a convocatória a Assembleia, venho destacar a boa situação económica e financeira do Município de Tondela, que o referido documento deixa claramente transparecer. Destaco naturalmente a significativa redução do passivo global, conseguido fundamentalmente graças à liquidação de valores referentes aos empréstimos bancários. Mas destaco também o controlo orçamental realizado pelo Executivo camarário na parte da despesa, e que conforme referido naquele relatório "evidencia um esforço por parte do Município em racionalizar em 2014, a despesa total."



22.11.2014
Alcides
R
R

Reitero os cumprimentos,

Nada mais oportuno no dia de hoje e pelo facto de estarmos em S. João do Monte, do que pensar e refletir sobre os territórios de baixa densidade populacional, afinal este tema deve ser definitivamente colocado na agenda de todos.

Sá Carneiro disse que “para restituir a dignidade indispensável a todos é urgente reequilibrar o espaço português, promovendo o desenvolvimento regional como pressuposto e condição que é do próprio desenvolvimento nacional.”

Com base nesta premissa, que não é de todo partidária e sim transversal a todos os quantos se preocupam com o bem-estar das populações, penso que é nossa obrigação abandonar populismos imediatos e encontrar um novo paradigma de desenvolvimento, que privilegie a redução das assimetrias pela via da criação de riqueza, em detrimento da função corretora e redistribuidora do Estado.

A estratégia deverá ser assente numa lógica onde a fixação de pessoas e a gestão de valor se faça a partir dos recursos



endógenos e das capacidades territoriais, pois este ciclo vicioso não se encerra com mais estado.

Primeiramente, os recursos próprios tem que ser valorizados e capitalizados para um desenvolvimento sustentável. Falo da água, dos produtos minerais, da biodiversidade, da agricultura, da floresta, em simbiose com capacidades empresariais, centros de conhecimento e investigação, ou seja uma estratégia que coloque em interação a economia com o território, reforçando a atratividade e a competitividade destas regiões, atraindo e fixando massa crítica.

Em particular, o caso desta união de freguesias, que detém uma vasta área com recursos naturais infindáveis e que terão que ser a base para um desenvolvimento harmonioso da região, pois a floresta e a agricultura são atividades geradoras de emprego e valor para o concelho.

Outro dos pilares, e em paralelo com a valorização dos recursos locais, prende-se com questões de governança que deverá ser de uma vez por todas planificada ao nível territorial.

Uma planificação que articule atores, setores, havendo intervenções que olhem para estes territórios de baixa



Alcald
[Handwritten signature]

densidade com elevado potencial mas de forma congregada e articulada.

A consolidação do papel das Comunidades Intermunicipais é prioritário, e neste âmbito destacar o papel do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela que conseguiu incluir nos eixos de ação estratégicos e prioritários a floresta, enquanto elemento fundamental para o desenvolvimento do território, quer se trate de madeiras, biomassa ou mesmo os não lenhosos, como o mel, os cogumelos, que acrescentem valor e diferenciação à região.

Fundamental é também alargar e aprofundar a descentralização administrativa, passando competências do estado central para a administração local, em continuidade com o que já vem sendo feito.

A nova geração de políticas públicas territoriais, nomeadamente através da gestão de novos fundos comunitários terá que garantir desconcentração na aplicação de programas regionais temáticos, assegurando uma repartição justa e transparente, à luz destes objetivos de convergência e coesão.



Clareta
Q
Q

Para terminar, e pese embora as políticas nacionais tenham um papel muito importante na inversão desta tendência de desertificação, não nos podemos esquecer do nosso papel enquanto autarcas, enquanto cidadãos ativos para combater este flagelo.

A porta do desenvolvimento territorial abre por dentro, por isso temos que ser nós, atores no território a potenciar as nossas características diferenciadoras, não temos de esperar nem depender cronicamente do assistencialismo estatal.

É o abrir a porta a um crescimento duradouro e à criação de emprego qualificado, devolvendo a esperança a estas regiões.

Bom exemplo de políticas de coesão territorial é o pioneiro Tondela+10, cuja fase de pré-inscrição já terminou e que brevemente entrará numa fase de inscrição, com o respetivo caderno de encargos que permitirá selecionar os 10 estagiários que encontrarão aqui uma oportunidade empreendedora e de se fixar no interior.

E em resposta ao deputado Dinis, o Tondela+10 não é um simples estágio que termina em 12 meses, é muito mais do que isso, é o desenvolver de uma ideia de negócio e a possibilidade



Cláudio
PSD

de a implementar. Eu sei que muitos apreciam mais o modelo assistencialista, mas como o executivo municipal tem uma estratégia de desenvolvimento sustentada, que ao invés de dar o peixe ensina-os a pescar.

Desenganem-se aqueles que acham que o encerramento de serviços é a única causa da desertificação e do abandono do mundo rural, isso é apenas um paliativo para uma doença que se resolve com criatividade, com massa crítica, com empresas inovadoras, coma interação de todos na construção de um futuro que é nosso.

Cláudio



FICTON 2014. Pese a invernía que abalou os últimos días da Feira, e que afetou como é óbvio uma maior participação de público, o certo é que mais uma vez a vitalidade, a capacidade empreendedora e a força liderante do Concelho na Região, foram evidentes, reiterando mais uma vez as enormes potencialidades que Tondela já tem na zona centro do País. Integrado no programa da Feira é justo destacar um conjunto de realizações, ^{e imensas outras} de carácter cultural, desportivo, social, e outras, superiormente organizadas pelo Município, e por todas as Associações que contribuíram com o seu trabalho e a sua dedicação para o êxito da FICTON. Uma palavra de apreço para os nossos Bombeiros, que mais uma vez, no dia 16 de Setembro, Feriado Municipal, e à semelhança dos anos anteriores deram o melhor de si, para dar mais brilho às Festas da Cidade. Para terminar queria associar-me à justiça dos galardões que este ano foram atribuídos aos bombeiros falecidos no incêndio do último ano, que devastou a Serra do Caramulo, bem como aos prémios atribuídos aos melhores alunos dos Agrupamentos de Escolas do Concelho e da Escola Profissional de Tondela.

FESTIVAL URBANO. Numa feliz organização da Câmara Municipal de Tondela, a que se associaram a AFERT- Associação Folclórica e Recreativa do Tourigo, Mocidade Vinhalense, CCRD – Centro Cultural Recreativo de Desporto, de Santiago de Besteiros e Motoclube de Tondela, o nosso parque urbano foi obsequiado durante o mês de Julho por múltiplas ações de carácter musical e recreativa, presenciadas por cerca de 10.000 pessoas de todos os escalões etários, e provenientes de quase todos os pontos do Concelho. Este Festival ^{II FESTAS DO PATRÃO} constituiu um verdadeiro êxito, que na minha perspectiva, e de todos que o acompanharam deverá ser calendarizado em anos futuros.

CONTINENTE. Com um investimento na ordem dos quatro milhões de euros, um novo espaço comercial nasceu em Tondela – o Continente Bom Dia, do grupo SONAE. É um investimento que na minha perspectiva pessoal, pesem os inconvenientes que trazem para o comércio tradicional, vem valorizar Tondela e deu trabalho direto a cerca de 90 pessoas.

Abílio Rodrigues dos Santos

anexo 10

Claud
R
S

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta nesta Assembleia um voto de congratulação pelo excelente comportamento de atletas da Cooperativa de Solidariedade Social – VARIOS, nos Jogos Europeus de Antuérpia – 2014, que conseguiram para Portugal 3 medalhas de ouro, uma de prata e outra de bronze, nas modalidades de natação e atletismo. Para os atletas Rafael Dolores e Patrícia Santos, os nossos parabéns pelos excelentes prémios alcançados, que honram não só a Cooperativa Vários, como também a nossa Região e o nosso País.

União de Freguesias de São Monte e Mosteirinho, 29 de Setembro de 2014.

Abílio Rodrigues dos Santos

ano 17

Handwritten signature in blue ink, followed by a circular stamp containing a stylized 'Q' and a signature.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL (S. JOÃO DO MONTE)

**Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Sr. Presidente do Município de Tondela
Exmo. Senhores membros da mesa
Exmo. Senhores membros da Assembleia
Minhas Senhoras, meus Senhores**

Senhor Presidente da Câmara, venho aqui manifestar o meu agradecimento, e o dos pais dos alunos que frequentam a escola dos Outeiros de Baixo-Dardavaz, e de todos aqueles que na minha Freguesia lutaram para que a nossa escola não encerra-se.

A minha Freguesia não vai esquecer todo o esforço que Vossa Excelência, delenciou, para que a nossa escola, esteja no ano letivo: 2014-2015 funcionar: no próximo ano teremos mais uma luta: Obrigado

29-09-2014

António Lopes

EXMO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
EXMO SR. PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE TOLEDELA
SENHORES DEPUTADOS
SENHORES VEREADORES
SENHORES REPRESENTANTES DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
SENHORAS E SENHORES,

ANO 18

NO DIA 6 DE JULHO DO CORRENTE ANO, FOI UM DIA ESPECIAL E IMPORTANTE PARA A "MINHA FREGUESIA", PELA INAUGURAÇÃO DA OBRA DE « REQUALIFICAÇÃO DA ZONA DE LAZER DE FERREIRÓS DO DÃO ».

O RIO É VERDADEIRAMENTE IMPORTANTE.
A PRIMEIRA IMPORTÂNCIA É POR SER UM CURSO DE ÁGUA VIVA E ABUNDANTE.
DEPOIS, FOI A SEGUNDA REGIÃO DO MUNDO A SER DEMARCADA POR CAUSA DO EXCELENTE « VILHO » QUE TEM O SEU NOME.
EM TERCEIRO LUGAR É UM RIO RICO EM TERMAS DE ÁGUAS QUENTES: ALCAFACHE E SANGEMIL.

MAS ESTE LUGAR É MUITO IMPORTANTE: FOI O PONTO ESCOLHIDO DESDE TEMPOS REMOTOS PARA SER CONSTRUÍDA A BELA, A MAGNÍFICA PONTE ROMANA, ONDE PASSA A IMPORTANTE ESTRADA QUE LIGA AS POPULAÇÕES DA SERRA DA ESTRELA (SEIA, GOUVEIA, ETC....) A VISEU, A QUAL PODEMOS APRECIAR TODA LIMPA E ILUMINADA, COMO BEM MERECE!
ALÉM DISSO, NESTAS PROXIMIDADES FORAM CONSTRUÍDOS INÚMEROS MOINHOS, ONDE DURANTE SÉCULOS AS POPULAÇÕES VIZINHAS VINHAM MOER OS SEUS CEREAIS PARA O PÃO DE CADA DIA.
POR ISSO E PELA SUA POPULAÇÃO QUE, DESDE HÁ MAIS DE MIL ANOS, CONSTRUÍU, VIVEU E VIVE AQUI - FERREIRÓS É VERDADEIRAMENTE IMPORTANTE.

PORTANTO, NESTE MOMENTO CABE-ME AFIRMAR:

"FINALMENTE EXISTIU UM PROJETO E EXISTE UMA OBRA!"

FOI UM PROJETO COM CANDIDATURA AO "PRODER" ATRAVÉS DA ADIFCS, COM A COLABORAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL E JULIA DE FREGUESIA DE FERREIRÓS DO DÃO NO VALOR APROXIMADO DE 91.000,00 EUROS.

É COM CERTEZA UMA MAIS VALIA PARA A FREGUESIA E PARA O
CONCELHO, MAS NÃO POSSO DEIXAR DE DIZER, SEM AJUDA DA
CÂMARA, ERA IMPOSSÍVEL DE REALIZAR ESTA OBRA. POR ISSO O
MEU AGRADECIMENTO PÚBLICO, VAI PARA O DR. JOSÉ AUGUSTO QUE,
CONFORME TÍNHAMOS ACORDADO VERBALMENTE, TEVE O GESTO DE
CUMPRIR A SUA PROMESSA. FELICITO-O POR SER "HOMEM DE PALAVRA".
MAIS UMA VEZ O MEU MUITO OBRIGADO AO SEU HONOR PRESIDENTE DA
CÂMARA E A TODOS OS SEUS HONORÁRIOS VEREADORES.

POR FIM AGRADECER A TODAS AS PESSOAS QUE MARCARAM PRESENÇA,
NESSA TARDE inesquecível, NA BONITA PAISAGEM DO RIO DAÇ.

FERRÊRES DO DAÇ, 29 DE SETEMBRO DE 2014
LUCIANO ALVES DA COSTA

arrodos
Clayton

Joaquim Santos

De: Secretariado CIM Dão Lafões <secretariado@cimvdl.pt>
Enviado: segunda-feira, 22 de Setembro de 2014 14:42
Para: Secretariado CIM Dão Lafões
Assunto: Convite_Marca Turística Viseu Dão Lafões



CONVITE

MARCA TURÍSTICA VISEU DÃO LAFÕES

O Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, o Presidente da Câmara Municipal Presidente do Turismo Centro de Portugal, têm a honra de convidar V. Exa. p de apresentação da estratégia de comunicação da "Marca Viseu Dão Lafões" realizar no próximo dia 29 de setembro, segunda-feira, pelas 17h00, no Sola Dão, na cidade de Viseu.

Agradecemos confirmação de presença até às 17h do dia 22 de setembro para o telefone 232 812 156 ou para o e-mail: secretariado@cimvdl.pt.





Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Presidente da Câmara Municipal

Restante Mesa

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

Senhora e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores

O Concelho de Tondela, foi palco no mês de Setembro, de dois eventos de relevo que dignificaram e elevaram a toda a região – estou a falar naturalmente da **FICTON** e do **CARAMULO MOTORFESTIVAL**; permitam-me que Vos dirija umas breves palavras para este último, já que o acompanhei mais de perto, e que sobre o Fiston, outros haverão que por certo sobre ele se pronunciarão.

O **CARAMULO MOTORFESTIVAL**, na sua 9.ª edição, é já um evento de referência e de relevância para o Caramulo, a Freguesia do Guardão, o Concelho de Tondela e Região Centro; atrever-me-ia dizer que a nível nacional, não haverá outro com o cariz com que se apresenta – não é somente um evento desportivo motorizado, que atrai a si os adeptos da velocidade – mas sim um evento que oferece a que o visita um leque mais alargado de actividades e que cativa dessa forma o interesse de toda a família. É um evento que potencia o turismo, a economia local e regional, trás valor acrescentado a toda a região.

Fernando Batista, Presidente do Clube Targa, referiu-se na conferência de imprensa ao **CARAMULO MOTORFESTIVAL** como sendo único no País, precisamente por essa particularidade – não é um evento isolado, destinado a um público-alvo, é mais abrangente e a oferta passa por exemplo por:

- Rampa do Caramulo (Campeonato de Portugal de Montanha)
- Rampa Histórica do Caramulo
- Passeio Histórico Viseu-Caramulo
- Rally Histórico Luso-Caramulo
- Passeio Histórico Salamanca-Caramulo
- Raiada do Caramulo - Desfile de Bicicletas Antigas
- Passeio Land Rover - 65 Anos
- Passeio Honda S2000
- Rally Histórico Targa Clube
- Passeio Ferrari
- Exibição da KS Team of Portugal
- Passeio Ducati
- Vespa Caramulo
- Concentração Porsche Club de Portugal
- Passeio Club MX-5 Portugal
- Passeio ACP Clássicos

- Exibição de Trial de Motos
- Passeio Cabeças de Fósforo do Botulho
- Passeio MGF/TF
- Exibição de Karting e Mini Moto4
- Pista TT
- Exposição de Arte, Automóveis, Motociclos, Velocípedes e Brinquedos Antigos do Museu do Caramulo
- Exposição Temporária "Rush", de João Louro
- Presença de pilotos veteranos/Sessões de Autógrafos
- Feira de Automóvelia
- Concentrações e desfiles de Clubes
- Espectáculo Aéreo com Avião Acrobata
- Actividades Radicais Outdoor
- Parque para veículos clássicos
- Parque Júnior para crianças
- Música ao Vivo
- Motorplex - Cinema ao ar livre

A edição deste ano, apesar do tempo inconstante que se fez sentir – com períodos de chuva intensa e outros de calor abrasador - superou as expectativas em termos de público, ultrapassando por exemplo, logo no Sábado, o número de entradas no Museu relativamente ao fim-de-semana do ano anterior – sinal de que o **CARAMULO MOTORFESTIVAL** está cimentado e esperam-se novidades para o ano, em que completa a sua 10ª edição.

A região toda ela teve a ganhar – ganhou o comércio, as unidades hoteleiras em toda a região e à volta estiveram esgotadas, e falou-se da região, BEM acrescento, falou-se muito e bem, o que deve ser sinal de satisfação para todos nós.

Termino, felicitando a organização do **CARAMULO MOTORFESTIVAL**, bem como a Câmara Municipal de Tondela pelo apoio, sem o qual não seria possível pôr em prática tão importante acontecimento, que tanto nos honra e dignifica.

Aproveito para convidar os presentes a visitar a exposição temporária patente no Museu do Caramulo até 18 de Outubro - "**Lendas da Competição**" que é dedicada aos grandes modelos que fizeram história na competição automóvel em Portugal e no estrangeiro. Vale a pena!

António Augusto Ferreira

29 | Setembro | 2014

Cláudio

DECLARAÇÃO DE VOTO.

= PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS =

ENTENDEMOOS QUE A JUSTIÇA FISCAL NÃO SE FAZ COM A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS, OU PARTE DELA, A FAVOR DO CONTRIBUÍVEL.

NÃO ENTANTO, É PARA QUE ESTES MESMOS CONTRIBUÍVEIS SINTAM QUE VALE A PENA ABDICAR DESSE BENEFÍCIO, O MUNICÍPIO ^{DEVERIA} UTILIZAR AS ~~RECEITAS~~ RECEITAS EM CAUSAS COM ATIVIDADES DE CARÁCTER PÚBLICO, ESPECIALMENTE EM AUMENTO. E DIVERSIDADE NO ÂMBITO DA LEI DO DIREITO DE OPOSIÇÃO, E A INICIAL ~~PARA~~ 2015. ^{NOSSO}

ATÉ LÁ, O VOTO SEM ABSTENÇÕES.

PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PS

Corfinitos

António Lago

António Almeida

António Almeida

João Baptista



Grupo 22
CDS-PP

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 29 de setembro de 2014

Declaração de voto

O deputado municipal António Manuel Dinis Ribeiro Marques, eleito pelo CDS/PP, vota contra a proposta do executivo autárquico de fixar a taxa variável do IRS em 5%, sendo o voto dos restantes membros do CDS/PP a abstenção.

O CDS/PP não concorda com a taxa máxima do IRS aos munícipes do concelho de Tondela pelas seguintes razões:

- 1 – A carga fiscal em Portugal é muito elevada, e em particular o IRS, que foi aumentado muito significativamente nos últimos anos por imposição da troika;
- 2 – O CDS/PP a nível nacional defende uma moderação fiscal desde que as condições económicas o permitam;
- 3 – As contas do Município de Tondela apresentam indicadores positivos, com uma melhoria de quase 3 milhões de euros nas suas contas (valores referidos pelo presidente da câmara);
- 4 – A componente variável do IRS anualmente arrecadado para o município de Tondela ronda o meio milhão de euros, pelo que um alívio fiscal para os tondelenses de 2,5% no IRS como já propôs o CDS/PP no ano anterior, seria facilmente absorvido pelos resultados do exercício económico;
- 5 – Tondela em 2011 fez uma enorme redução de taxas e impostos, em particular no IMI, e o país e as pessoas não se encontravam tal mal como hoje se encontram;
- 6 – Não é aceitável que vivendo as pessoas hoje pior do que viviam em 2011 e estando as contas do município em 2014 melhores (profusamente descrito pelo senhor presidente da câmara na assembleia de 29 de Setembro em S. João do Monte), as taxas do município não possam ser reduzidas.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP



anexo 23
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 29 de setembro de 2014

Declaração de voto

O CDS/PP votou favoravelmente a fixação do valor da derrama proposta pelo executivo, mas decidiu apresentar uma declaração de voto defendendo o seguinte ponto de vista:

Isentar ou reduzir o valor da derrama para os novos investimentos a serem captados para o nosso território, como forma de aumentar a competitividade fiscal para com territórios vizinhos e assim minorar alguns custos de contexto relacionados com a nossa interioridade. Essa redução seria por um período limitado de tempo, que adicionaria aos benefícios já existentes por parte do actual regime fiscal para novos investimentos.

Reforça o CDS/PP que concorda com o pagamento da derrama por parte das empresas nos nossos territórios, e por isso vota favoravelmente esta proposta do executivo autárquico de Tondela.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP



anexo 24

1

Amal
Q
A

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

DECLARAÇÃO DE VOTO

Mais uma vez estamos perante uma proposta para aprovação da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem**.

A posição do Partido Socialistas tem sido bem clara: remeter para os consumidores uma taxa que deve ser paga pelos operadores de telecomunicações é, não apenas injusta, mas também uma clara violação dos nossos direitos, enquanto utilizados por esses mesmos operadores.

Os municípios têm todo o direito de cobrar taxas pela utilização dos seus solos, mas os mesmos municípios, a quem compete ser uma espécie de provedor dos seus munícipes, deveria saber e poder exigir dos mesmos agentes uma taxa semelhante pela utilização de propriedades privadas – a Lei quando nasce, ou é para todos, ou não é constitucional!

Assim, não havendo coragem política para assumir a injustiça de tal Lei, opta-se pela solução mais fácil, isto é, obedecer às instituições, tenham nós ou não razão.

Enquanto não houver essa igualdade de direitos, e que estão consagrados na nossa Constituição, opor-nos-emos sempre à aplicação desta tão famigerada como vergonhosa taxa.

Assembleia Municipal de Tondela, em S. João do Monte, em 29 de setembro de 2014.

O grupo parlamentar do Partido Socialista

Luís Pereira
Marta Marques
Alex
Jorge Baptista
Rafael
António Almeida



MOÇÃO

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela
Exmas. e Exmos. Membros da Mesa
Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia
Exmas. e Exmos. Membros desta Assembleia

Considerando, que:

- a) A Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10/2), estabelece que os direitos e os encargos relativos à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP).
- b) A aplicação de tal taxa reflete-se no cliente final das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo. Ora tal situação vem há muito sendo considerada de injustiça por vários dos membros desta Assembleia, que entendem dever tal montante ser suportado pelas referidas empresas.
- c) O executivo camarário necessita de ter na sua posse todos os elementos que lhe permitam elaborar o orçamento para o ano de 2015 e esta é também uma receita que importa refletir no mesmo,

Propõe o PSD que:



1º Se aprove a taxa municipal de direitos de passagem proposta para o ano de 2015 pelo executivo camarário, designadamente pela emergência desta deliberação para a elaboração do orçamento para 2015;

2º Se mandate a Câmara Municipal de Tondela, no sentido de indagar junto da ANMP se é legalmente admissível imputar a referida taxa às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, ou antes a aplicação da mesma deve refletir-se nos municípios.



DECLARAÇÃO DE VOTO.

VOTAMOS CONTRA A TAXA DE SERVIÇOS
 PELA PSD PORQUE É UMA FORMA
 DE TENTAR DISCRETIZAR O SENTIDO
 DA APLICAÇÃO DA TMDP.

ALÉM DISSO, É NA REQUISIÇÃO DE
 DISCUSSÃO DESTE PONTO, OS
 REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO
 NA ANMP CERTAMENTE DEVE
 SE SENTIRAS NO JEITO DE PRUBA
 DEVE A TAXA SEJA SUBSTITUÍDA
 PELOS OBRIGADOS DE SERVIÇOS
 MÚLTIPLOS.

Pel' os membros do PS




Freguesia
TONDELA e NANDUFE

Contribuinte N.º 510 840 515

Aredo 27
Cleul
R

**Ex.mo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal
De Tondela**

Assunto: Voto de Pesar

Ex.mo(s) Senhor(es)

No passado dia 22 de Julho faleceu na sua residência em Tondela, na Rua Marechal Gomes da Costa, o Sr. Nelson Claro dos Santos, de 81 anos de idade.

O Sr. Nelson Claro veio muito cedo para a nossa terra, apenas com 18 anos de idade.

Este nosso saudoso amigo era natural de Cantanhede, e desde os princípios dos anos cinquenta que se radicou em Tondela, tendo constituído família com o passar do tempo.

Facilmente se integrou nos usos e costumes desta terra hospitaleira, fomentando a amizade com a juventude local que perdurou por todo o sempre.

Começou a fazer parte dos órgãos sociais de diversas coletividades e Instituições, nomeadamente da Paróquia, com elevada incidência na Associação Artística de Socorros Mútuos “19 de Março” e da Filarmónica Tondelense.

Foi Presidente desta Junta de Freguesia nos anos de 1981 a 1993, tendo honrado o compromisso que tomou, sempre em prol dos benefícios para a freguesia e para a população, tendo contribuído para o engrandecimento em todas as instituições por onde passou, não era Tondelense de nascimento, mas sentia Tondela como se o fosse.

Tondela, 29 de Setembro de 2014.

Presidente da Freguesia Tondela e Nandufe

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' followed by a horizontal line and a final flourish.

(José Manuel Pereira Mendes)



MOÇÃO

Em 2007, foi assinada pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, em representação dos municípios de Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Tábua e a empresa Águas do Planalto, uma adenda ao contrato inicial que existia entre aquelas entidades.

Considerando que:

- Não foi precedida de qualquer concurso público
- Não teve o visto do tribunal de contas
- Não teve o visto prévio do IRAR (Instituto Regulador da Água e Resíduos)
- Teve parecer negativo do IRAR após a assinatura da adenda
- Não foi aprovada em reuniões de câmara municipal
- Não foi aprovada nas assembleias municipais
- Viola o contrato inicial no que respeita ao prazo
- Viola o contrato inicial na formação de preços
- Fez um empréstimo encapotado à AMRPB

e ainda que,

as conclusões do parecer do IRAR, emitido em 2008, mostram, de uma forma clara e objetiva, que a adenda foi feita de uma forma contrária à lei, ao referirem que:

1. A celebração do aditamento ao contrato de concessão deveria ter sido precedida da emissão de parecer do IRAR, o que não sucedeu no caso vertente.
2. A preterição de uma formalidade essencial num procedimento administrativo determina a sua anulabilidade.
3. Os novos investimentos previstos consistem na renovação e substituição de equipamentos ou de infra estruturas existentes verificando-se, aparentemente, a inexistência de justificação para a realização dos referidos investimentos, na medida em que não trazem benefícios associados.
4. A cobrança da tarifa de colocação de contador e a tarifa de mudança de contador suscitam **fundadas dúvidas quanto à sua legalidade**,
5. Devido ao nível de detalhe apresentado, este Instituto não consegue identificar inequivocamente as infra estruturas que serão construídas/ renovadas no âmbito do presente aditamento
6. Alguns dos pressupostos do modelo económico **não se afiguram realistas**
7. A prorrogação do prazo da concessão, passando de um prazo de 15 para 30 anos, **afigura-se indesejável** do ponto de vista da concorrência no sector das águas e não foi demonstrado pelas partes que tal prorrogação seria indispensável face a outras alternativas de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão.

Os últimos dados publicados pela ERSAR, referentes ao ano de 2012, para um consumo mensal de 10m³ de água, ou seja, 120m³ anuais, estabelece o ranking a nível nacional dos preços apresentados na tabela 1. Daqui se conclui que em 2012 éramos já o 7º concelho mais caro a nível nacional.

Concelho	Preço 120m ³ em 2012
GRÂNDOLA- INFRATRÓIA	244,56
SANTO TIRSO	223,92
TROFA	223,92
PAÇOS DE FERREIRA	218,88
VILA DO CONDE	212,88
ESPOSENDE	192,96
CARREGAL DO SAL	184,92
MORTÁGUA	184,92
SANTA COMBA DÃO	184,92
TÁBUA	184,92
TONDELA	184,92

Tabela 1. Fonte ERSAR

Concelho	Preço 120m ³ em 2014
GRÂNDOLA- INFRATRÓIA	252,16
SANTO TIRSO	230,88
TROFA	230,88
PAÇOS DE FERREIRA	225,68
CARREGAL DO SAL	224,86
MORTÁGUA	224,86
SANTA COMBA DÃO	224,86
TÁBUA	224,86
TONDELA	224,86
VILA DO CONDE	219,50
ESPOSENDE	198,96

Tabela 2. Fonte ERSAR, Inflação, Águas
do Planalto

A tabela 2 resulta da aplicação da taxa de inflação em 2012 (2,8%) e 2013 (0,3%) e da atualização extraordinária de preços feita pela Águas do Planalto ao abrigo da adenda assinada em 2007.

Em 2014, esta tabela de preços mostra que somos a quinta água mais cara do país, apenas ultrapassados pelo condomínio de luxo situado na península de Tróia e pelos concelhos de Santo Tirso, Trofa e Passos de Ferreira. O restante concelho de Grândola paga apenas 96.76€ anuais por 120m³.

O relatório de contas da Águas do Planalto de 2013, resumido na tabela 3, mostra os lucros crescentes desta empresa mesmo com a diminuição do número de clientes e do volume de água vendida.

	2011	2012	2013
Capital Social	2.675.000	2.675.000	2.675.000
Volume de negócios	5.739.007	5.759.256	6.128.914
Clientes	35.011	35.012	34.708
Volume de água vendida (10^{^3} m³)	2.829	2.690	2.618
Lucros	1.088.589	1.078.463	1.238.245
Rentabilidade do capital social	40,70%	40,30%	46,30%

Tabela 3: dados do Relatório de Contas da Águas do Planalto 2013

No referido relatório de contas, na página 18 consta que:

- a) O número de roturas na rede de distribuição de água mantém-se elevado, tendo-se registado 1131 roturas durante este ano...
- b) A persistência de elevados números de roturas reforça a necessidade da Entidade Concedente proceder à renovação das redes de distribuição

A Águas do Planalto tem um lucro acumulado de 3.405.297€ nos últimos 3 anos e as câmaras são responsáveis pela renovação das redes de distribuição que servem para alimentar ainda mais o lucro da empresa.

A taxa de rentabilidade em relação ao Capital Social, que é o dinheiro efetivamente investido pelos sócios da empresa, quase chega aos 50% ao ano, sendo completamente imoral quando obtida à custa de muitas pessoas que têm ordenados e reformas extremamente baixas, concluindo-se que é extremamente lesivo dos interesses dos municípios que nos elegeram e que temos obrigação de defender.

Faltam ainda 13 anos para o fim do contrato e mais 10 para as renovações previstas, num total de 23 anos.

Em resumo,

- a) A adenda altera substancialmente o contrato inicial sendo na prática um **novo contrato**
- b) Não foi precedida de **concurso público**
- c) Viola a Constituição da República Portuguesa ao **não permitir recursos para os tribunais comuns**
- d) Obriga a AMRPB a garantir o **equilíbrio económico-financeiro** da Águas do Planalto
- e) Não teve o parecer prévio do IRAR
- f) Trata-se de um contrato leonino que significa ***“que uma das partes lesa os direitos da outra parte, aproveitando-se normalmente de uma situação desigual entre os pactuantes”*** em que os lucros de 3 anos totalizam 3.405.297€ e ultrapassam em 27% o capital social da empresa, ou seja o capital efetivamente investido pelos seus sócios, quando a empresa tem ainda mais 23 anos de contrato assegurado.

Assim,

Por todas estas razões, a assembleia municipal de Tondela, reunida em sessão ordinária no dia 29 DE SETEMBRO de 2014, decide:

Delegar no presidente da câmara municipal de Tondela a defesa, junto da AMRPB (Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão), o seu empenho na utilização de todos os meios legais, tendo como finalidade obter a declaração de nulidade da adenda ao contrato de concessão das águas, nos municípios de Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Tábua, assinada, assinada entre a AMRPB e a Águas do Planalto, em 2007.

São João do Monte, 29 de setembro de 2014

Joaquim Santos



Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa.

Exmo Senhor Presidente do Município, senhoras e senhores vereadores,

Caríssimos deputados,

Minhas senhores e meus senhores:

95, foram os anos que o Besteiros Futebol Clube comemorou no passado sábado, dia 27/09.

Trata-se do clube desportivo mais antigo do concelho de Tondela e também um dos mais antigos do distrito de Viseu.

Além do futebol teve participações em campeonatos de rugby, em andebol e no futsal.

Hoje, “por força da idade”, atravessa um momento menos bom, mas, tenho a esperança que a determinação dos besteirenses lhe saberá imprimir um rumo que o traga de novo para as competições desportivas federadas.

Aproveito para agradecer ao sr. Vereador do desporto (Dr. Miguel Rodrigues) o ter-nos honrado, com a sua presença, na pequena cerimónia comemorativa.

Campo de Besteiros, 29 de Setembro de 2014

João Manuel dos Santos Marques

anexo 30

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa.

Exmo Senhor Presidente do Município, senhoras e senhores vereadores,

Caríssimos deputados,

Minhas senhores e meus senhores:

Nunca serão demais as lágrimas que foram e possam ainda vir a ser choradas pelas vítimas dos fogos florestais que sucumbiram na defesa da nossa gente e dos seus bens.

Todas as homenagens nunca serão de mais!

Há contudo outros considerandos!... É que para além dos bombeiros falecidos, há também os esquecidos. Aqueles que foram mantidos a leste e ignorados.

Começo pelos que não sendo de cá, nos vieram ajudar. Obrigado pela vossa ajuda.

Aos daqui, mais concretamente os Bombeiros Voluntários do Vale de Besteiros, quer os da sede em Campo de Besteiros, quer os da secção de S. João do Monte, manifesto o meu singelo reconhecimento pelo vosso sacrifício.

Aos desfardados, os dirigentes que dia, após dia, andaram pelas portas do inferno e percorreram centenas e centenas de quilómetros e não descansaram, no apoio logístico a todos estes bravos e ainda os anónimos que: saquinho após saquinho, um pão, uma peça de fruta, um talher embrulhado e um guardanapo, ajudaram a servir milhares de pequenos almoços, milhares de refeições e milhares de reforços alimentares, um grande bem haja para eles.

Aos generosos; empresas e cidadãos que demonstraram ter alma grande e quiseram apoiar, um sincero agradecimento

Campo de Besteiros, 29 de Setembro de 2014

João Manuel dos Santos Marques



anexo 31
Alcides
R

DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas. e Exmos. Membros desta Assembleia

Os membros da Assembleia Municipal do PSD, votaram contra a **Moção** ora apresentada pelo Partido Socialista, porquanto:

a)A mesma apresenta no seu introito um vasto conjunto de considerandos e insinuações nos quais o PSD não se revê de todo que em nada dignificam o exercício da atividade política, designadamente as funções de membro desta Assembleia;

b)A mesma lavra em premissas que se encontram no momento em análise judicial, através de vários processos intentados em várias e diferentes instâncias judiciais pelo auto proclamado MUAP.

Pelo que, e como sempre o PSD defendeu deverá aguardar-se pelas decisões de tais instâncias para que em consciência e em rigor se possa tomar uma posição sobre a legalidade ou não do Contrato de Concessão de Exploração do sistema de abastecimento público de água ao domicilio à empresa Águas do Planalto.

Jorge Manuel Henriques Rodrigues-deputado Assembleia Municipal

o nº do 31
Cecel
Q
E

ASSEMBLEIA DA CÂMARA EM SÃO JOÃO DO MONTE

29 DE SETEMBRO DE 2014

EXMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA/SENHORES DEPUTADOS/ORGÃOS DE INFORMAÇÃO

MINHAS SENHORAS/MEUS SENHORES

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

MAIS UMA VEZ O MOVIMENTO CIVICO DE TOURIGO E POUSADAS ESTÁ PRESENTE NESTA ASSEMBLEIA PARA TRAZER AQUI O SEU GRANDE DESCONTENTAMENTO PELO QUE SE PASSA NO TOURIGO E POUSADAS, FRUTO DO DESPREZO QUE O SENHOR PRESIDENTE DA UNIÃO DE JUNTAS DE FREGUESIA DE BARREIRO DE BESTEIROS E TOURIGO, SENHOR JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES E SEUS ACESSORES TEM PARA COM AS NOSSAS TERRAS E TAMBÉM DA CULPA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ASSIM COMO DA COMISSÃO POLÍTICA DE TONDELA DO PSD QUE NÃO QUIZERAM E NÃO SOUBERAM FAZER CUMPRIR O ACORDO PRÉ-ELEITORAL DO QUAL O SENHOR SE FEZ GARANTE..... FÊ-LO COM UMA TAL FIRMEZA NA REUNIÃO DE 16 DE JANEIRO DE 2013 NO SALÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DO TOURIGO, ONDE O SENHOR PRESIDENTE ESTEVE PRESENTE ACOMPANHADO DOS SENHORES DR. MIGUEL RODRIGUES, PEDRO ADÃO, JOSÉ CARLOS COIMBRA E AINDA OS SENHORES AMADEU DA COSTA VENTURA, CÉLIO VIEGAS ROSA, FELIX MARQUES COIMBRA E IDÁLIO DA COSTA VENTURA, QUE MARCOU ESSAS PESSOAS PRESENTES AO PONTO DO SENHOR IDÁLIO TER FICADO IMPRESSIONADO COM "A TÃO GRANDE FIRMEZA DO SENHOR PRESIDENTE DANDO O SEU GARANTE"... QUE LEVOU A INTERROGÁ-LO DE NOVO, SE ERA MESMO ASSIM,.... TENDO O SENHOR PRESIDENTE RESPONDIDO:-"SE EU FOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE TONDELA E CONFORME CONVERSACÕES JÁ EFECTUADAS NOS ÚLTIMOS TEMPOS COM OUTRAS FREGUESIAS QUE IRÃO SER INTEGRADAS, "DOU A TOTAL GARANTIA QUE TODOS OS DIREITOS E ACORDOS SERÃO ESCRUPULOSAMENTE RESPEITADOS".

PERGUNTAMOS: - O QUE TEM O SENHOR PRESIDENTE MAIS A DIZER A SOBRE ESTE ASSUNTO?.... POIS NADA FOI RESPEITADO NEM DA SUA PARTE NEM DA PARTE DO DR. MIGUEL RODRIGUES QUE NOS AFIRMOU QUE ERA DO SEU PELOURO E QUE TERIA E IRIA RESOLVER ESSE ASSUNTO????..... ESTAMOS Á ESPERA QUE RESOLVA!!!.....

MESMO SE NA ULTIMA ASSEMBLEIA DO 30 DE JUNHO NA RESPOSTA A NOSSA PERGUNTA O SENHOR DISSE QUE..."O QUE PROMETI FOI RESPEITADO PORQUE UMA PESSOA DO TOURIGO FOI ELEITA",... O SENHOR ESQUECEU-SE QUE, COMO DISSE O SENHOR PRESIDENTE DA UNIÃO DE JUNTAS DE BARREIRO DE BESTEIROS E TOURIGO JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES NESTA MESMA REUNIÃO, CITO...." EU NÃO DIGO QUE ELES NÃO SABEM LER!!!..." AFIRMO QUE SABEMOS E PORTANTO NÓS LEMOS BEM QUE NO ACORDO PRÉ-ELEITORAL, NO PARAGRAFO 3 - Alínea d) ESTÁ BEM ESCRITO O SEGUINTE:-Em qualquer dos casos, se ocorrer alguma alteração ou recomposição da Junta da União de Freguesias, a mesma deverá **sempre** observar, na sua

composição, a proporção de duas pessoas da actual Freguesia de Barreiro de Besteiros e uma pessoa da actual Freguesia do Tourigo, observando-se a especificidade de cargo executivo.

FRISAMOS BEM SENHOR PRESIDENTE " A MESMA DEVERÁ **SEMPRE**", NÃO É UMA SÓ VEZ.

ATÉ HOJE, SENHOR PRESIDENTE, NO TOURIGO E POUSADAS PRÁTICAMENTE NADA FOI FEITO DE SUBSTANCIAL COMO TRABALHOS. TUDO AQUILO QUE FOI FALADO, ESCRITO, EXPLICADO E ENTREGUE PELO SENHOR AMADEU DA COSTA VENTURA AO SENHOR PRESIDENTE DA UNIÃO DE JUNTAS DE FREGUESIA DE BARREIRO DE BESTEIOS E TOURIGO SENHOR JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES, CAÍU NA CAIXA DOS ESQUECIMENTOS E POR CIMA ELE CONSEGUE TER A CORAGEM DE MENTIR, DIZENDO QUE OBRAS, NÃO ESTÃO NEM FORAM FEITAS PORQUE ELE NÃO ESTAVA AO CORRENTE, QUE SÓ AGORA DESCOBRIU, (EXEMPLO O MURO DO CEMITÉRIO DO TOURIGO E OUTROS TRABALHOS).

PARA REFRESCAR A MEMÓRIA DO SENHOR PRESIDENTE JOSÉ HELDER VIEGAS ALVES E TAMBÉM PARA O INCENTIVAR A NÃO MENTIR E CUMPRIR A LEI, NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2013, NUMA REUNIÃO DO EXECUTIVO NA SEDE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARREIRO DE BESTEIOS E TOURIGO, DA QUAL O SENHOR PRESIDENTE JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES SE "**ESQUECEU DE FAZER A ATA**" QUE SERIA A ATA Nº. 2/2013, FORAM ENUMERADOS OS TRABALHOS A FAZER NO TOURIGO E EM 02 DE NOVEMBRO DE 2013 NA PRIMEIRA REUNIÃO PÚBLICA DA UNIÃO DE JUNTAS (ATA Nº. 2/2013) FOI LIDA EM PÚBLICO E ENTREGUE AO SENHOR PRESIDENTE PELO SENHOR SECRETÁRIO AMADEU DA COSTA VENTURA, A LISTA DOS TRABALHOS A REALIZAR NO TOURIGO. TAMBÉM NA VISITA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2013 REALIZADA NO TOURIGO COM OS SENHORES JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES, JOSÉ CARLOS FERREIRA, AMADEU DA COSTA VENTURA, CÉLIO VIEGAS ROSA E FÉLIX MARQUES COIMBRA PARA VER E ANALISAR OS TRABALHOS A FAZER, UMA PARTE DESSES TRABALHOS FORAM ANALISADOS E POR FALTA DE TEMPO FOI DECIDIDO O SENHOR PRESIDENTE INDICAR UMA DATA PARA ACABAR DE VER ESSES TRABALHOS MAS AINDA ESTAMOS A ESPERA QUE VENHA VER!!!..... AINDA NA REUNIÃO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2013 (ATA Nº. 05/2013, FOI ENTREGUE A LISTA DAS OBRAS A EFETUAR NO TOURIGO. CONTUDO É MAIS FÁCIL DIZER QUE NÃO SABE..... SE NÃO SABE É PORQUE NÃO VEIO, PORQUE NÃO LÊ OS DOCUMENTOS QUE LHE SÃO ENTREGUES, NÃO ELABORA AS ATAS E NÃO LÊ AQUILO QUE ESCREVE, POIS TEMOS AQUI ESTE DOCUMENTO ESCRITO POR SUA MÃO ONDE ESTÃO ANOTADOS OS TRABALHOS A REALIZAR.....

NÓS NÃO MENTIMOS SENHOR PRESIDENTE É A PURA REALIDADE.....

ONDE ESTÁ A ATA DO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2013 (QUE SERIA A Nº.3/2013) SENHOR PRESIDENTE???.... O SENHOR PRESIDENTE JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES ESQUECEU-SE DE A ELABORAR OU RECEOU MENTIR, OU RECEOU TRANSCREVER O QUE SE PASSOU NESSA REUNIÃO ONDE DEMONSTROU TODO O SEU AUTORITARISMO, PREPOTÊNCIA E ONDE DISSE, CITO:-"QUEM MANDA AQUI SOU EU E SE AS PESSOAS DO TOURIGO PENSAM QUE VÃO FAZER DE MIM "GATO SAPATO" COMO FIZERAM COM O MEU PAI QUANDO ELE ESTEVE NA JUNTA DE FREGUESIA, ESTÃO ENGANADOS" SE NOS LEMBRAMOS BEM..... NO DISCURSO DE TOMADA

Handwritten signature and initials in blue ink.

DEGRADAREM. O ESPAÇO DE LAZER CONSIDERADO UM POLO DE ATRAÇÃO E LAZER DAS PESSOAS, PRÁTICAMENTE ABANDONADO, COM BANCOS CAÍDOS, SILVAS E ERVA POR CORTAR, ARVORES PLANTADAS O ANO PASSADO SECAS, A PISCINA COM AGUA INQUINADA, VIVEIRO DE MOSQUITOS E MELGAS, QUE SE ASSIM CONTINUAR PODERÁ SER UM PROBLEMA PARA A SAÚDE PÚBLICA E AFETAR AS PESSOAS DAS CASAS VIZINHAS.

SERÁ NECESSÁRIO QUE CHAMEMOS AS ENTIDADES DE SAÚDE PÚBLICA PARA QUE AVALIEM ESTA SITUAÇÃO???... OU OS SENHORES SE DIGNAM A FAZER O NECESSÁRIO???...

OS MOINHOS ESTÃO ABANDONADOS, NUNCA MAIS FUNCIONARAM, TEM PEÇAS PARTIDAS E TELHAS ARRANCADAS QUE CERTAMENTE DEIXAM ENTRAR ÁGUA PARA DENTRO DOS MOINHOS E OS DANIFICA. É PENA VER TUDO ISTO NESTE ESTADO E NÃO HAVER NINGUÉM QUE TENHA O MINIMO DE CONSCIÊNCIA PARA RESPEITAR AQUILO QUE É O NOSSO PATRIMÓNIO. FALTA AQUI UMA PESSOA DO TOURIGO NA JUNTA COMO FOI ESTABELECIDO, RESPONSÁVEL PARA QUE TUDO ISSO SE FAÇA E SE RESPEITE, MAS OS SENHORES NÃO SABEM RESPEITAR NEM OS VOSSOS ELEITORES NEM O NOSSO PATRIMÓNIO.

EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014 O SENHOR AMADEU DA COSTA VENTURA CONVERSOU COM A SENHORA DEPUTADA JOANA COSTA ACERCA DA "VERGONHOSA" ELEIÇÃO DO SEU SUBSTITUTO E ESTA DISSE-LHE PARA NÃO SE PREOCUPAR QUE EXISTIA UM ACORDO TÁCITO ENTRE O SENHOR PRESIDENTE JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS, O SENHOR HÉLDER MANUEL VENTURA DA COSTA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS E ELA PRÓPRIA SENHORA DEPUTADA JOANA COSTA QUE IRIAM ORIENTAR OS SERVIÇOS NO TOURIGO E QUE O TOURIGO NÃO SAÍRIA PREJUDICADO.

SABENDO TUDO AQUILO QUE DIZIAM ESTAS PESSOAS DO PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS E AGORA SÃO OS SEUS VASSALOS, DUM LADO NOS DEIXA TRISTES, DE OUTRO LADO NOS PROVOCA UM SORRISO AMARGO.

ACHA O SENHOR PRESIDENTE QUE ISTO É UMA RESOLUÇÃO LEGAL E DEMOCRÁTICA???...

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA É UMA PESSOA INDEPENDENTE E A SENHORA DEPUTADA É DEPUTADA E NADA TEM A VER COM O EXECUTIVO, PERTENCE AOS SECRETÁRIOS QUE FORAM, LEGAL UM E VERGONHOSAMENTE OUTRO, ELEITOS, DE SE OCUPAREM. MAS PELO QUE OBSERVAMOS ATÉ AGORA A CAPACIDADE DESTES ELEMENTOS DEIXA A DESEJAR..... E ESTA É A NOSSA CONVICTA OPINIÃO, NÃO TEMOS MEDO DE O AFIRMAR AO VER E CONSTATAR CERTOS COMPORTAMENTOS E CERTAS COISAS QUE TEREAMOS TEMPO DE APRESENTAR AQUANDO DAS REUNIÕES E ASSEMBLEIAS DA UNIÃO DE JUNTAS.

SENHOR PRESIDENTE, JÁ QUE FALAMOS DESTA VERGONHOSA ELEIÇÃO, QUERIAMOS-LHE FAZER UMA PERGUNTA, QUE O SENHOR VAI ACHAR FORA DO CONTEXTO, MAS QUE PARA NÓS É BASTANTE IMPORTANTE. ACHA O SENHOR PRESIDENTE QUE UMA PESSOA QUE TRABALHE NUMA EMPRESA, NUMA ESCOLA, ATÉ NUMA CÂMARA OU NA SUA VIDA PRIVADA, SE SE EXPRESSAR LIVREMENTE PODE OU DEVE RECEBER REPRESÁLIAS DE ALGUÉM???...

OBRIGADO SENHOR PRESIDENTE, ERA BEM O QUE QUERIAMOS OUVIR.....

CONTINUAMOS POIS E QUEREMOS DIZER AQUI QUE NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2014, LOGO APÓS A VERGONHOSA ELEIÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA UNIÃO DE JUNTAS DE FREGUESIA DE BARREIRO DE BESTEIROS E TOURIGO, SENHOR JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES, PEGOU NO SEU TELEMÓVEL E LIGOU PARA O SENHOR DEPUTADO JAIME MIGUEL QUE TINHA PEDIDO SUSPENSÃO DE SEU MANDATO POR 30 DIAS E SE ENCONTRAVA NO ESTRANGEIRO E LHE DISSE MAIS OU MENOS NESTES TERMOS... “ OH PÁ, JÁ ESTÁ FEITO, TUDO CORREU COMO NÓS QUERIAMOS”..... POR AQUI SE VÊ SENHOR PRESIDENTE QUE TUDO ESTAVA ESTUDADO PREVISTO DE ANTEMÃO..... QUE O SENHOR PRESIDENTE DA UNIÃO DE JUNTAS SENHOR JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES NÃO TENDE LUDIBRIAR-NOS PORQUE PERDE O SEU TEMPO. ATÉ OS SEUS PRÓXIMOS O TRAEM!!!....

TUDO SE DESCOBRE QUANDO AS COISAS SÃO ANORMAIS E ILEGAIS E INFELIZMENTE HOJE VERIFICAMOS QUE ELAS SE PASSAM NO TOPO DA HIÉRARQUIA GOVERNAMENTAL E NO FUNDO DA HIÉRARQUIA QUE SÃO AS FREGUESIAS, MAS NÃO ESQUECEMOS TAMBÉM AS HIÉRARQUIAS INTERMEDIÁRIAS.

NO ESPAÇO DUM ANO EIS OS TRABALHOS REALIZADOS NO TOURIGO:

- 1- UM MURO NO CONTADOR DE AGUA DA ZONA DE LAZER
- 2- UMA REGADEIRA NA RUA DO FUNDO
- 3- UMA REGADEIRA NO VALE DO BARRO
- 4- UMA REGADEIRA NO OLIVAL
- 5- DUAS SARGETAS
- 6- UM MUPI PARA AFIXAR INFORMAÇÕES
- 7- COLOCAÇÃO DUM TUBO DE 6 METROS NA RUA DA ESCOLA
- 8- CORTES DE ERVAS NOS ARRUAMENTOS DO TOURIGO E POUSADAS E PARTE DO LAZER
- 9- COLOCAÇÃO DE HERBICIDA NO CEMITÉRIO
- 10- PODA DE 4 ARVORES JUNTO A SEDE DA JUNTA E 1 JUNTO AO JARDIM INFÂNCIA
- 11- LIMPEZA DO CAMINHO AGRÍCOLA DO ESPORÃO
- 12- GRELHA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA IGREJA JUNTO A SACRISTIA

ONDE ESTÃO OS PROTOCOLOS DA CONSTRUÇÃO DO PARQUE INFANTIL???

A CONSTRUÇÃO DA COZINHA NO SALÃO DE EVENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS???

A BENEFICIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA???

A REQUALIFICAÇÃO DA ZONA DE LAZER QUE A EX-JUNTA DE FREGUESIA DO TOURIGO TINHA VINDO A PEDIR NAS REUNIÕES DA CÂMARA ANTES DA CRIAÇÃO DA UNIÃO DE JUNTAS???

A BENEFICIAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DO CAMPO DE FUTEBOL???

O PROJETO DA ROTA DO ESPORÃO (PASSEIO PEDESTRE)???

PROJETO DE PRESERVAÇÃO DAS GRAVURAS RUPESTRES???

E TUDO O MAIS INSCRITO NA LISTA DE TRABALHOS???

VEREMOS NO FIM DO ANO QUAL A SOMA GASTA COM AS OBRAS NO TOURIGO E POUSADAS, MAS POR ESTE ANDAR O SALDO QUE RESTERÁ NAS CONTAS DA EX-FREGUESIA DO TOURIGO SERÁ BASTANTE ELEVADO, MESMO SEM AS SOMAS QUE DEVERIAM SER OBTIDAS COM OS PROTOCOLOS.

ENTRISTESSE-NOS MUITO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, QUE O SENHOR PRESIDENTE DA UNIÃO DE JUNTAS DE FREGUESIA DE BARREIRO DE BESTEIROS E TOURIGO JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES ASSIM COMO SEU TESOUREIRO SENHOR JOSÉ CARLOS FERREIRA ANDEM A DIZER QUE TUDO O QUE FOI FEITO NO TOURIGO ESTÁ MAL FEITO E ILEGAL, TODA A CAMPANHA... “ DE MENTIR E DENEGRIR” E “DE DIVIDIR PARA REINAR”, COM O APOIO DE ALGUMAS PESSOAS “INTERESSADAS”, NÃO É DIGNO DAQUELES QUE OCUPAM LUGARES REPRESENTATIVOS DA POPULAÇÃO PELAS QUAIS FORAM ELEITOS,SÃO PROCEDIMENTOS QUE SE PAGAM MUITO CARO.

LEMBRAMOS AQUI SENHOR PRESIDENTE QUE, NUMA REUNIÃO DO EXECUTIVO DA JUNTA DA UNIÃO DE JUNTAS DE FREGUESIA DE BARREIRO DE BESTEIROS E TOURIGO EM 21 DE OUTUBRO DE 2013 (QUE O SENHOR PRESIDENTE ESQUECEU DE ELABORAR A ATA) FORAM APRESENTADOS PELO SENHOR SECRETÁRIO AMADEU DA COSTA VENTURA VÁRIOS ASSUNTOS E TRABALHOS A REALIZAR NO TOURIGO, CITOU TAMBÉM DONS QUE A JUNTA DE FREGUESIA DO TOURIGO DAVA ÀS ASSOCIAÇÕES LOCAIS E ÀS CRIANÇAS DAS ESCOLAS. O SENHOR PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARREIRO DE BESTEIROS E TOURIGO, SENHOR JOSÉ HÉLDER VIEGAS ALVES DISSE QUE A JUNTA DO BARREIRO DE BESTEIROS NUNCA DEU NENHUM SUBSIDIO PARA AS ASSOCIAÇÕES NEM PARA ESCOLAS. ACONTECE AGORA QUE O SENHOR PRESIDENTE EM VEZ DE FAZER OS TRABALHOS NECESSÁRIOS NO TOURIGO, PASSOU A DAR SUBSIDIO ÀS ASSOCIAÇÕES, É UMA MANEIRA DE QUERER APAZIGUAR E COMPRAR AS PESSOAS. PARA NÓS, SENHOR PRESIDENTE, ISSO NÃO É SABER GERIR NEM HUMANAMENTE NEM MATERIALMENTE, O QUE NOS INTERESSA SÃO OS TRABALHOS QUE DEVEM SER REALIZADOS ALÉM DOS SUBSÍDIOS QUE JÁ ANTES ERAM DADOS.

deed


RESTA-NOS A CONSOLAÇÃO DE QUE SE HÁ MUITAS COISAS QUE CRITICAM, ELAS EXISTEM, FOMOS CAPAZES DE AS TER FEITO, FORAM FRUTO DE MUITO TRABALHO E ABNEGAÇÃO, DE DEDICAÇÃO E DÁDIVA..... NEM TODOS PODEM DIZER O MESMO..... TODO O DINHEIRO FOI BEM EMPREGUE E BONIFICADO. JAMAIS O DINHEIRO VINDO DOS NOSSOS IMPOSTOS E DO MUNICIPIO FOI EMPREGUE EM OBRAS MILIONÁRIAS INACABADAS.... NÃO TEMOS LIÇÕES DE GESTÃO A RECEBER, PRINCIPALMENTE DAQUELES QUE DIZEM QUE SÃO PRESIDENTES HÁ 30 ANOS E QUE NÃO RECEBEM LIÇÕES DE NINGUÉM.....

SENHOR PRESIDENTE, QUEREMOS EXPRESSAR AQUI CLARAMENTE, QUE ESTAMOS ATENTOS A TUDO AQUILO QUE SE PASSA NA UNIÃO DE JUNTAS DE FREGUESIA DE BARREIRO DE BESTEIROS E TOURIGO, TUDO O QUE É ANORMAL E ILEGAL, SERÁ FIRMEMENTE OSCULTADO E DENUNCIADO. QUE NINGUÉM PENSE NO EXECUTIVO QUE PODE FAZER O QUE QUER E PASSAR POR CIMA DA LEGALIDADE E FICAR IMPUNE.

NÓS NÃO ABDICAREMOS JAMAIS DE UMA PESSOA DO TOURIGO NO EXECUTIVO DA UNIÃO DE JUNTAS DE BARREIRO DE BESTEIROS E TOURIGO. É A SUA PALAVRA QUE ESTÁ EM CAUSA SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.

VIVEMOS NUMA DEMOCRACIA E NÃO ABDICAREMOS DA NOSSA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NEM DOS NOSSOS DIREITOS.

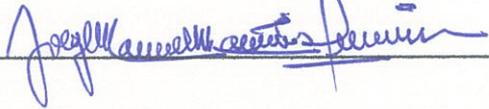
MEMBROS DO EXECUTIVO

MOVIMENTO CÍVICO DE TOURIGO E POUSADAS

ASSINATURAS

JORGE MANUEL MARTINS FERREIRA

POETA 502



IDÁLIO DA COSTA VENTURA

ELIAS MARQUES

MANUEL AMADEU GOMES VENTURA DA COSTA

ALFREDO JORGE FERREIRA VENTURA

MANUEL FERREIRA DA SILVA

SÉRGIO FERREIRA VENTURA

AMADEU DA COSTA VENTURA

MANUEL ANTÓNIO DE MATOS RODRIGUES

TOURIGO, 29 DE SETEMBRO DE 2014

A handwritten signature in cursive script, possibly reading 'Luis', written in black ink.A second handwritten signature, more stylized and less legible than the first, also in black ink.